

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

EMERSON LOPES BARBOSA

**INTERLOCUÇÃO DIALÓGICA NA POLÍTICA DE EXTENSÃO: ANÁLISE DO
PROGRAMA "UFPB NO SEU MUNICÍPIO"**

**JOÃO PESSOA-PB
FEVEREIRO DE 2023**

EMERSON LOPES BARBOSA

**INTERLOCUÇÃO DIALÓGICA NA POLÍTICA DE EXTENSÃO: ANÁLISE DO
PROGRAMA "UFPB NO SEU MUNICÍPIO"**

Texto apresentado para defesa de dissertação para o Grau de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Linha de pesquisa: Políticas Sociais e Desenvolvimento

Orientadora: Profa. Dra. Alicia Ferreira Gonçalves

JOÃO PESSOA-PB
FEVEREIRO DE 2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B238i Barbosa, Emerson Lopes.

A interlocução dialógica na política de extensão:
uma análise do programa "UFPB no seu município" /
Emerson Lopes Barbosa. - João Pessoa, 2023.
156 f. : il.

Orientação: Alicia Ferreira Gonçalves.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Antropologia - Extensão universitária. 2.
Políticas públicas. 3. Interlocução dialógica. 4.
Gestão social. I. Gonçalves, Alicia Ferreira. II.
Título.

UFPB/BC

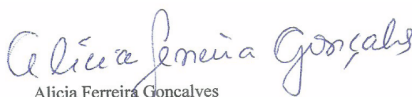
CDU 572:374.72(043)

Ata da Defesa da Dissertação de Mestrado do Aluno Emerson Lopes Barbosa

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, às quatorze horas, realizou-se via plataforma virtual, a sessão pública de defesa da Dissertação intitulada: “A interlocução dialógica na Política de Extensão: uma análise do programa “UFPB no seu município””, apresentada pelo aluno Emerson Lopes Barbosa, o qual concluiu os créditos exigidos para obtenção do título de MESTRE EM ANTROPOLOGIA, área de Concentração em Antropologia Social, segundo encaminhamento da Profa. Dra. Marcia Reis Longhi, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPB e segundo os registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação da Pós-Graduação. A Profa. Dra. Alicia Ferreira Gonçalves (PPGA/UFPB), na qualidade de orientadora, presidiu a Banca Examinadora da qual fizeram parte as professoras doutoras Maria Elena Martinez Torres(PPGA/UFPB) e Victoria Puntriano Zuniga de Melo (UFPB), examinadora externa. Dando início aos trabalhos, A Senhora Presidente, Profa. Dra. Alicia Ferreira Gonçalves, convidou os membros da Banca Examinadora para comporem a mesa. Em seguida foi concedida a palavra ao mestrando para apresentar uma síntese de sua Dissertação, após o que foi arguido pelos membros da Banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de arguição, as examinadoras deram o parecer final sobre a Dissertação, à qual foi atribuído o seguinte conceito: Aprovado. Proclamados os resultados pela Profa. Dra. Alicia Ferreira Gonçalves, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos, e para constar eu, Antonio Marcelo do Nascimento Neto, Secretário do PPGA, lavrei a presente ata que assino juntamente com as demais membros da Banca Examinadora. João Pessoa, 28 de fevereiro de 2023.

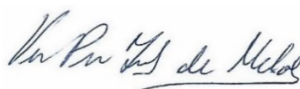


Emerson Lopes Barbosa
(Mestrando)



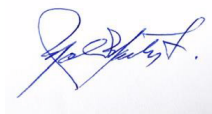
Alicia Ferreira Gonçalves
Coordenadora GIPCSA

Profa. Dra. Alicia Ferreira Gonçalves
(Presidente da Banca)



Profa. Dra. Victoria Puntriano Zuniga de Melo

(Examinadora Externa - UFPB)

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'M. E. Martinez T.', is centered above a horizontal line.

Profa. Dra. Maria Elena Martinez Torres
(Examinadora Interna - PPGA/UFPB)

Aos povos paraibanos, que com suas culturas, histórias e tradições me ensinaram o valor da colaboração e articulações em redes.

AGRADECIMENTOS

Quero expressar minha profunda gratidão a todos que foram fundamentais para a realização deste trabalho de pesquisa:

À Universidade Federal da Paraíba (UFPB) por ter aberto linhas de pesquisa que permitiram o desenvolvimento de perspectivas inovadoras.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pelo financiamento da minha pesquisa durante todo o período de sua execução.

À minha orientadora, a Professora Dra. Alicia Ferreira Gonçalves, por sua orientação, empatia e compreensão ao longo de todo o processo.

Às Professoras doutoras que fizeram parte da banca examinadora, Dra. Maria Elena Martinez Torres e a Dra. Victoria Puntriano Zuniga de Melo, por suas valiosas contribuições e sugestões que ajudaram a aprimorar este trabalho.

Aos colegas servidores docentes e técnicos administrativos de outras unidades da UFPB que compartilharam seus conhecimentos e ofereceram importantes contribuições para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos servidores terceirizados pelas suas contribuições no exercício de suas funções nas diversas áreas.

À minha companheira Karenn Lima, por seu apoio, companheirismo e suas contribuições essenciais como pesquisadora.

À amiga e parceira extensionista Graça Rodrigues por sua amizade, colaboração e apoio.

E, por fim, agradeço a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para minha formação enquanto ser humano, mesmo que não tenham sido citados diretamente nesta dedicatória.

*“Entre as redes -
diálogos constroem,
pois pontes são.”*

(Emerson Lopes)

RESUMO

BARBOSA, Emerson Lopes. **A interlocução dialógica na Política de Extensão:** uma análise do programa "UFPB no seu município". João Pessoa, 2023. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023

Esta pesquisa apresenta estudo sobre a rede de extensão do programa "UFPB no seu município", com o objetivo de mapear seus elementos característicos e validar o conceito de Interlocução dialógica. A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa e imersiva para identificar as relações estabelecidas, comparar o nível de interações, avaliar os impactos nas microrregiões, investigar ações de desenvolvimento local e analisar evidências de fomento a uma cultura de impacto social. A pesquisa mostrou que as ações do programa têm trazido benefícios significativos para as comunidades locais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. Foram identificadas possíveis medidas de desenvolvimento local e enfatizou-se a importância da "Interlocução dialógica" como meio para estabelecer relações mais colaborativas interinstitucionais/intersectoriais entre as instituições de ensino e as comunidades locais, destacando a metodologia imersiva formulada e sua replicabilidade em outras instituições de ensino. A pesquisa contribuiu para o fortalecimento da extensão universitária como um processo de construção conjunta do conhecimento e da promoção da transformação social. Porém, a pesquisa reconhece as limitações e sugere futuras pesquisas para aprimorar a prática da extensão universitária e fortalecer as parcerias entre a academia e as comunidades.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Interlocução dialógica. Extensão universitária. Gestão Social.

ABSTRACT

BARBOSA, Emerson Lopes. **The dialogical interlocution in the Extension Policy:** an analysis of the program "UFPB no seu município". João Pessoa, 2023. Dissertation (Master's in Anthropology) – Center for Human Sciences, Letters and Arts, Federal University of Paraíba, João Pessoa, 2023

This research presents a study on the extension network of the program "UFPB no seu município," aiming to map its characteristic elements and validate the concept of dialogic interlocution. The research used a qualitative and immersive approach to identify established relationships, compare the level of interactions, evaluate the impacts on micro-regions, investigate local development actions, and analyze evidence of promoting a culture of social impact. The research showed that the program's actions have brought significant benefits to local communities, contributing to improving their quality of life. Possible measures for local development were identified, and the importance of "dialogic interlocution" was emphasized as a means to establish more collaborative inter-institutional/inter-sectoral relationships between educational institutions and local communities, highlighting the formulated immersive methodology and its replicability in other educational institutions. The research contributed to strengthening university extension as a process of joint knowledge construction and promotion of social transformation. However, the research recognizes limitations and suggests future research to improve university extension practices and strengthen partnerships between academia and communities.

Keywords: Public Policies. Dialogic interlocution. University Extension. Social Management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Evolução tecnológica do Governo Federal.....	18
Figura 2: Organograma de Objetivos Geral e Específicos.....	22
Figura 3 - Distinção entre Progressão Horizontal e Progressão Vertical.....	40
Figura 4 - Emaranhado rizomático.....	51
Figura 5 - Fluxo da Interação Dialógica.....	66
Figura 6 - Fluxo da Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade.....	67
Figura 7 - Fluxo da Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão.....	68
Figura 8 - Modelo rizomático de rede.....	71
Figura 9 - Quadruple Hélice da Interlocução Dialógica.....	87
Figura 10 - Ecossistema da Interlocução Dialógica.....	88
Figura 11 - Estrutura do Programa UFPB no seu município.....	90
Figura 12 - Polígonos territoriais formados a partir das microrregiões.....	106

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quantidade de Núcleos da Rede Rizoma: Tecnologia em Extensão.....	33
Gráfico 2: Quantidade de público alcançado em relação a população da microrregião de João Pessoa.....	103
Gráfico 3: Quantidade de público alcançado em relação a população da microrregião de Guarabira.....	104
Gráfico 4: Quantidade de público alcançado em relação a população da microrregião do Litoral Norte.....	105
Gráfico 5: Total de Público atingido por Microrregião.....	107
Gráfico 6: Total de Público Atingido por Área Temática.....	108
Gráfico 7: Quantidade de Parcerias formais criadas com Gestores públicos.....	121

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Distinção entre cooperação, coordenação e colaboração.....	46
Quadro 2: Elementos-chave para o estudo das Culturas Extensionistas e de Projetos.....	73
Quadro 3: Distinção entre as descrições e objetivos do Programa UFPB no seu município.....	91
Quadro 4: Indicadores de impacto social em comunidades externas.....	92
Quadro 5: Linhas de atuação do Edital durante os ano.....	92
Quadro 6: Linhas de Atuação em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	93
Quadro 7: Níveis de internacionalização.....	94
Quadro 8: Tipos de produtos aceitos.....	95
Quadro 9: Identificadores de entrevistados.....	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Áreas enfatizadas por Microrregião.....	128
--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS

ABPEducom - Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação

COPAC - Coordenação de Programas de Ação Comunitária

FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IESP - Instituição de Educação Superior Pública

IFES - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

IFPB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ONG - Organizações Não Governamentais

OSCIPS - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

IFPB/PROEXC - Pró-reitoria de Extensão e Cultura

PODE - Portal de Dados da Extensão

PodEx - Programa de Podcasts da Extensão

PROBEX - Programa de Bolsas de Extensão

UEPB - Universidade Estadual da Paraíba

UEPB/CCHE - Centro de Ciências Humanas e Exatas

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UFPB/PROEX - Pró-reitoria de Extensão

UFPB/PROEX/COEX - Coordenação de Extensão Cultural da Pró-reitoria de Extensão

UFPB-PROEX-COPAC - Coordenação de Programas de Ação Comunitária

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

ZABESSABE - Núcleo de Arte e Cultura Zabé da Loca

SUMÁRIO

1. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS.....	17
1.1. Trajetória Metodológica fundamentada na Rede Rizoma.....	22
1.2. Metodologia.....	26
2. DA CULTURA DO TEMPO À "ANTROPOLOGIA DO PROJETO".....	38
2.1. Primeiro Movimento (Andante) - A Cultura Técnica e o Capital Temporal.....	39
2.2. Segundo Movimento (Moderato) - O Projeto.....	43
2.3. Terceiro Movimento (Allegro) - O Território e as Redes	48
2.4. Quarto Movimento (Rallentando) - A Cultura dos Projetos.....	51
3. "A ANTROPOLOGIA DAS REDES RIZOMÁTICAS".....	54
3.1. Antropologia Organizacional.....	54
3.1.1. Identidade institucional.....	55
3.2. Do Estado às Culturas Burocráticas.....	57
3.3. A invenção da Cultura extensionista.....	62
4. NAS TEIAS DA INTERLOCUÇÃO (ETNO)DIALÓGICA.....	77
4.1. Caminhos para a Interlocução Dialógica.....	77
4.2. A origem de conceitos dialogicus-precursores.....	80
4.3. Um acontecimento, uma composição conceitual.....	83
5. TERRITÓRIOS DE INTERLOCUÇÃO E PARTICIPAÇÃO	90
5.1. O Programa Institucional "UFPB no seu município".....	90
5.2. Formulando Políticas Institucionais de Extensão.....	110
5.3. (Inter)ações intersetoriais e atores sociais.....	120
5.4. As políticas e os Territórios.....	125
5.5. Em busca do impacto social positivo da Cultura extensionista.....	128
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
7. REFERÊNCIAS.....	140

8.	ANEXOS.....	149
8.1.	ANEXO A.....	149
9.	APÊNDICES.....	151
9.1.	APÊNDICE I.....	151
9.2.	APÊNDICE II.....	153
9.3.	APÊNDICE III.....	155

1. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

Nos anos 90, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foram implementadas políticas neoliberais e uma reforma da Administração Pública Federal. Essa reforma foi caracterizada pela adoção de tecnologias digitais e mudanças organizacionais no governo, como descrito por Marques (2016).

A partir de meados da década de 1990, as mudanças sociais impulsionadas pelas interações entre homem e tecnologia levaram à implementação de uma reforma administrativa que visava tornar o setor público mais transparente. Com o aumento da acessibilidade e da disponibilidade de tecnologias de informação e comunicação em âmbito global, a população passou a exigir cada vez mais a visualização de resultados nas diferentes esferas do poder público, o que se reflete no crescente clamor por maior participação social dos cidadãos nas decisões que afetam a coletividade no âmbito público (MARQUES, 2016).

No momento atual, a humanidade está passando pela Quarta Revolução Industrial, também conhecida como Revolução 4.0. Klaus Schwab¹ afirma que essa mudança não está limitada apenas à indústria, mas tem impactos na sociedade como um todo. Isso se deve ao fato de que a evolução da tecnologia da informação e comunicação (TIC), que teve início nos anos 90, criou um ambiente propício ao aumento do uso de seus recursos por toda a sociedade. Com isso, houve uma ampliação no acesso e uso de componentes eletrônicos (hardwares), aplicativos e programas web (softwares), serviços de internet banda-larga e computação voltados ao processamento de dados. Esses recursos são utilizados por meio de dispositivos tecnológicos, tais como computadores pessoais, dispositivos móveis, e-mail, serviços de envio e recebimento de informações online, entre outros (PERES; HILBERT, 2009; SANTOS, 2014).

Na Figura 02 podemos acompanhar a evolução das transições tecnológicas do Governo Federal.

¹ Klaus Martin foi o fundador e presidente executivo do Fórum Econômico Mundial, é autor do livro “A 4ª Revolução Industrial, 2016”;

Figura 1: Evolução tecnológica do Governo Federal



Fonte: Portal GOV.BR (2022)

A Universidade Pública tem como missão formar cidadãos conscientes e construtores de novos conhecimentos que tenham valor perante a sociedade que a custeia com recursos públicos. As instituições de ensino superior públicas atuam em vários setores: pesquisa, docência e extensão², por meio dos quais se relaciona com as mais diversas áreas da sociedade. As universidades públicas carregam o papel da “construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural” (SANTOS, 2004, p. 53-54).

As universidades públicas têm enfrentado um crescente questionamento por parte da sociedade, o que segue a tendência neoliberal na economia. Essas críticas são motivadas por diferentes fatores, tais como a percepção de elitização do público da universidade e do conhecimento, a demanda por maior transparência e prestação de contas das ações desenvolvidas, a necessidade de medidas de impacto e

² O conceito atual de extensão universitária, em sua natureza dialógica, foi estabelecido nas décadas de 70 e 80 a partir das reflexões do pensador pernambucano Paulo Freire (1983), que destacou a importância do diálogo e do compromisso com o indivíduo e sua realidade para a realização da extensão universitária. Freire reconhecia o outro como um ser sujeito de suas próprias ações e capaz de compreender sua própria realidade, concedendo-lhe o direito de ser um indivíduo dotado de subjetividade, e não apenas um objeto quantitativo de ações institucionais.

responsabilidade social que alcancem as camadas mais desfavorecidas da sociedade, entre outros. Desde as eleições de 2018 e durante o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), as pressões por "resultados" e "produtividade" em todos os setores públicos foram ainda mais intensas.

Neste sentido, o presente trabalho teve por proposta analisar: a) o processo de interação nas relações de parcerias entre universidade-sociedade a partir da "Interlocução Dialógica"³; b) a despeito de limitações, compreender como a "Antropologia do projeto" colabora para a criação de uma cultura de impacto social e desenvolvimento local baseada em políticas institucionais de extensão universitária contextualizadas em microrregiões ou microterritórios⁴.

Nesta perspectiva, o problema de pesquisa pode ser formulado na seguinte pergunta: em que medida a "Interlocução dialógica" pode contribuir para o aprimoramento das parcerias entre universidade e comunidades do território paraibano?

A hipótese para a problemática em questão se dá na seguinte formulação inicial: Hipótese 1 (H1) - Os pressupostos da "Interlocução Dialógica", utilizados para a criação de redes de parcerias intersetoriais dão subsídios para ações comunicativas dialógicas, que tem potencial para a articulação territorial por meio de parcerias entre a Universidade, o Estado, o Mercado (empresas vinculadas ao território dos municípios) e a Sociedade Civil.

Sendo assim, este trabalho procurou refletir como a "Antropologia do projeto" pode gerar ações de extensão que conseguem se articular com parceiros de diversos setores da sociedade (Gestores públicos, movimentos sociais, ONG's, OSCIP's, empresas, etc.) fomentando assim um processo de "interlocução dialógica" interinstitucional e intersetorial. Por meio dessa reflexão, consideramos a viabilidade

³ Por "interlocução dialógica" iremos utilizar por hora a compreensão de Barbosa (2020) que a caracteriza como conjuntos de práticas baseadas na dialogicidade e reciprocidade para a elaboração de ações de extensão colaborativas. Retomaremos a construção epistemológica desse conceito no capítulo 4.

⁴ Neste trabalho, a noção de microterritórios adotada é a de um espaço de convergência social em que os indivíduos compartilham, de forma pública e coletiva, a territorialização deste espaço a partir de diversas formas de representações sociais, relações e códigos de comunicação disponíveis (MONTROYA-GALLEGO, 2018).

de encontrar soluções que possibilitem a execução de políticas de extensão universitária, através da democracia participativa, que integrem as multiplicidades e pluralidades das necessidades sociais, fortalecendo o espírito da identidade com o território e a cidadania nos indivíduos por estas ações atingidos.

A nosso ver, a presente trabalho se justificou pela necessidade de entender de que modo a "Antropologia do projeto" na extensão universitária, somada à "Interlocução Dialógica", pode favorecer a participação social, contribuindo efetivamente para a sustentabilidade nos territórios. Neste sentido, compreendemos o papel da universidade como articuladora e interlocutora dos processos de avanços na sociedade.

Este trabalho caracterizou-se numa pesquisa exploratória sobre as possibilidades de ações colaborativas interinstitucionais e intersetoriais a partir de uma gestão da extensão universitária vinculada aos territórios dos municípios paraibanos, utilizando-se da "interlocução dialógica" enquanto processo de mediação entre gestores e comunidades potencializado pela "Antropologia do projeto". Assim, essa análise buscou apresentar conceitos e definições fundamentais para o desenvolvimento de uma política de extensão universitária mais adequada e contextualizada às comunidades onde as ações são realizadas, incentivando os agentes extensionistas a se envolverem e colaborarem com gestores públicos e a sociedade civil para elaborar propostas de ações que atendam efetivamente às necessidades locais e gerem maior impacto social.

Vale salientar o entendimento do papel e os limites de ações das universidades na sociedade, não querendo tomar a responsabilidade social somente para as IES, mas compreendendo seu papel de articuladora e interlocutora dos processos de avanços, assim como as responsabilidades dos gestores públicos e tomadores de decisão no processo de formulação de políticas públicas.

Esta pesquisa exploratória e descritiva é de grande relevância por sua originalidade, uma vez que buscou avaliar o nível de relacionamento e ação conjunta entre as Instituições de Ensino Superior (IES) e atores sociais e a sociedade civil, considerando o impacto social das políticas institucionais de extensão e a

participação da sociedade no processo de desenvolvimento de ações de extensão universitária. Compreender como esses atores se relacionam e trabalham juntos forneceu informações valiosas para aprimorar a efetividade e relevância das ações de extensão universitária e, assim, contribuir para o desenvolvimento social e a transformação de comunidades locais.

Esta trabalho se adequa à linha de pesquisa “Políticas Sociais e Desenvolvimento” por analisar do ponto de vista (MALINOWSKI, 1978; GEERTZ, 1989) dos sujeitos, as interfaces entre universidades mediante as políticas de extensão (ações, programas, projetos) e seus efeitos (MALINOWSKI, 1978) nos microterritórios e suas respectivas comunidades em termos de sustentabilidade. Para Brundtland (1987), sustentabilidade⁵ é a otimização da utilização de recursos naturais com vistas à sua preservação e manutenção para o não comprometimento das próximas gerações.

Acrescente-se que esta pesquisa dá continuidade ao trabalho de conclusão de curso (TCC) iniciado pelo autor (BARBOSA, 2020). O estudo intitulado "Territórios de interlocução e participação: O Edital 'UFPB no seu Município' como meio de interlocução multissetorial para o fomento de políticas públicas" teve como objetivo a pesquisa da comunicação institucional, a fim de contribuir com a revisão de conceitos e práticas relevantes para a compreensão da extensão no âmbito do programa "UFPB em seu município". Os resultados demonstraram a capacidade de articulação dos extensionistas em vários setores da sociedade, tanto públicos quanto privados.

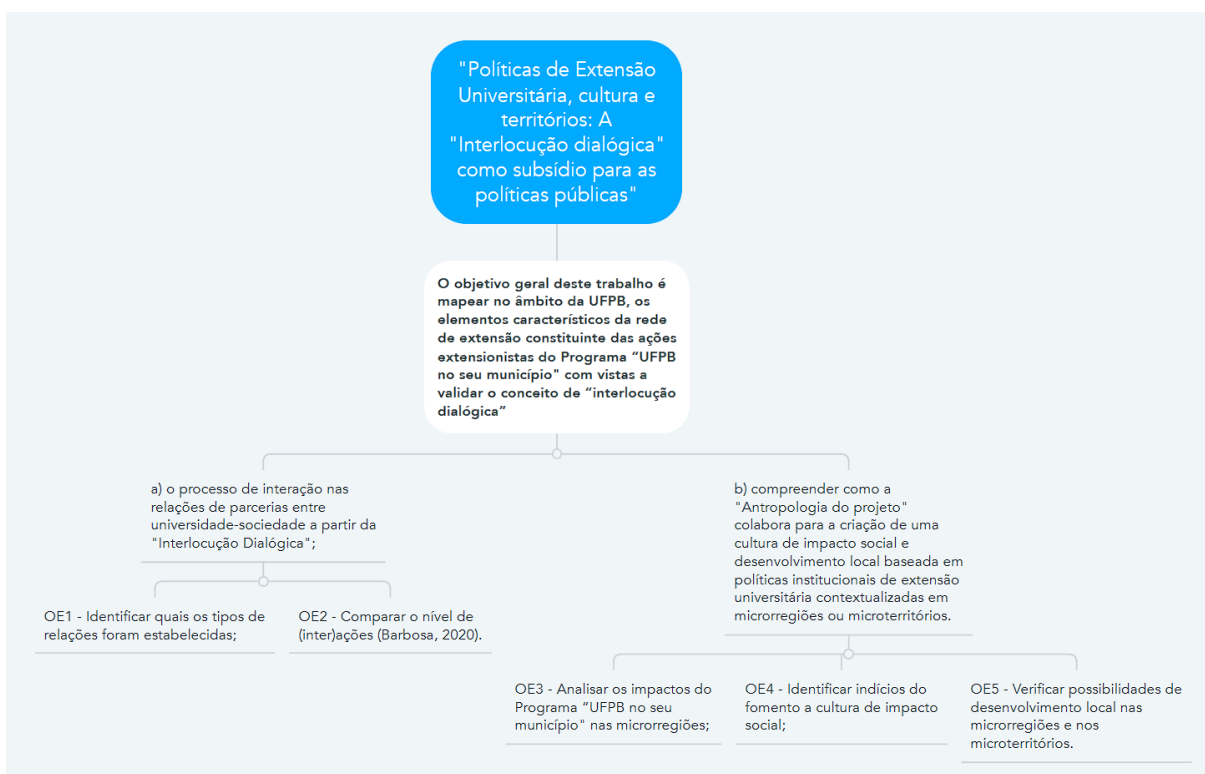
O objetivo geral deste trabalho foi mapear no âmbito da UFPB, os elementos característicos da rede de extensão constituinte das ações extensionistas do Programa “UFPB no seu município” com vistas a validar o conceito de “interlocução dialógica”. Com isso, esta pesquisa buscou identificar possibilidades de aprimoramento da política institucional de extensão com o objetivo de causar efeitos

⁵ O conceito de sustentabilidade aplica-se a múltiplas áreas como: Ambiental e Ecológica, Econômica e Empresarial, Social, entre outras.

emancipatórios e o empoderamento nos territórios alvos das ações de extensão. Para responder ao objetivo geral foram traçados cinco objetivos específicos:

- a) Classificar e analisar os tipos de relações foram estabelecidas;
- b) Comparar o nível de (inter)ações segundo Barbosa (2020).
- c) Analisar os impactos do Programa “UFPB no seu município” nas microrregiões;
- d) Analisar indícios do fomento a cultura de impacto social e;
- e) Investigar as possíveis ações de desenvolvimento local nas microrregiões e nos microterritórios.

Figura 2: Organograma de Objetivos Geral e Específicos



Fonte: Elaborada pelo próprio autor (2022) na aplicação web Mindmeister.

1.1. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA FUNDAMENTADA NA REDE RIZOMA

Desde a origem do pensamento humano até a consolidação da ciência, áreas como Comunicação, Educação e Política, juntamente com outras áreas da filosofia, foram essenciais para o desenvolvimento e progresso das sociedades modernas. Esses três campos são cruciais para a compreensão da "Antropologia do projeto" e da "Interlocução dialógica", que convergem em processos eficazes de articulação em redes rizomáticas de extensão universitária.

A Extensão Universitária, em consonância com o artigo 207 da Constituição Federal de 1988, fortalece a tríade Ensino-Pesquisa-Extensão e tem por objetivo difundir valores democráticos, promover equidade e desenvolvimento humano, ético, econômico, cultural e social na sociedade. Nessa perspectiva dialógica, a extensão universitária tem um papel político-social, considerando a territorialização e a cultura da sociedade envolvida. Assim, a atividade de extensão busca criar processos interdisciplinares, educativos, culturais, científicos e sociais para promover relações transformadoras entre a universidade pública e a sociedade civil (FORPROEX, 2012).

A partir dos estudos em extensão, houve uma inter-relação entre comunicação e educação, dando origem à educomunicação. Esse ramo paradigmático propõe a gestão democrática e participativa de meios de comunicação em ambientes educacionais e a construção de ecossistemas comunicacionais, enfatizando a práxis do fazer e sentir humano (SOARES, 2011). Esses ecossistemas favorecem o surgimento de grupos autogestionados⁶ com capacidade de articulação territorial, a criação colaborativa de políticas interinstitucionais ou públicas, o amadurecimento da liberdade de expressão e a deliberação pública.

A educomunicação é um processo crítico que busca a utilização da comunicação para a criação de mudanças sociais com base no contexto local e no

⁶ Por grupos autogestionados entenda-se: grupos onde a tomada de decisão dá-se de forma horizontalizada por entre seus membros caracterizando a democracia direta e participativa.

desenvolvimento regional, a partir da reflexão crítica e da efetivação do direito à comunicação e à liberdade de expressão (MEDEIROS; BARBOSA; AMARAL, 2017). O diálogo e a reciprocidade simétrica (MAUSS, 1974) são fundamentais para a eclosão de espaços de decisões físicos e digitais que contemplem democraticamente a coletividade. Para isso, é importante o empoderamento da cidadania dos indivíduos e o fomento de reflexões críticas à criação de relações mais humanas e horizontalizadas nas comunidades (BARBOSA, 2020).

Em 2014, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), no sentido de buscar formas de fortalecimento da extensão cidadã na Paraíba, através de Vânia Maria de Medeiros⁷ e Dimas Brasileiro Veras⁸, criou a Rede Rizoma: Tecnologia em Extensão⁹, uma política Institucional de extensão, inédita no Brasil, em forma de rede como prática educativa e transformadora apoiados na teoria do Rizoma¹⁰ (Gilles Deleuze e Félix Guattari) trazendo a colaboração da Pedagogia da Autonomia (Paulo Freire) tendo como modelo de comunicação os pressupostos da educomunicação (Mário Kaplún).

A Rede Rizoma oferece uma experiência inovadora de cartografia e mapeamento de contextos locais que nos permite pensar em novas formas de redes de ações extensionistas. Essas redes são vistas como nós e células nucleares de relações humanas dialógicas, permitindo compreender as inter-relações sociais e a diversidade cultural presentes na rede de extensão e analisar suas várias facetas conectivas entre instituições e pessoas (MEDEIROS; SOUSA, 2016). Nesse sentido, construir redes institucionais e políticas de extensão com parcerias horizontais que possibilitem ações conjuntas entre beneficiários, extensionistas e parceiros sociais

⁷ Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) entre (1996-2018). Graduada em Química Industrial pela UFPB (1985), mestre em Química Inorgânica pela UFPB (1994) e doutorado em Química Analítica pela UFPB (2004).

⁸ Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE). É graduado em História pela UFPE (2007), mestre em História pela UFPE (2010) e doutor em História pela UFPE (2018).

⁹ Para conhecer mais a Rede Rizoma, consulte o livro "Rede Rizoma: Movimento de Extensão no IFPB" (MEDEIROS; SOUSA, 2016), disponível em: <http://editora.ifpb.edu.br/index.php/ifpb/catalog/book/82>

¹⁰ O termo "rizoma", de origem grega e utilizado na biologia, refere-se a uma formação vegetal cujos caules crescem horizontalmente, multiplicando-se rapidamente e gerando novas plantas interligadas. Deleuze e Guattari utilizam esse conceito para pensar uma filosofia do conhecimento baseada na interdisciplinaridade e na multiplicidade de relações em sistemas abertos..

multissetoriais é essencial. Isso permite a formulação de planos de trabalho estruturados para a criação de políticas públicas mais efetivas e pontuais em comunidades.

Para Habermas (1997), o cidadão também deve ter responsabilidade pela gestão do Estado na criação de políticas públicas pautadas em ações comunicativas. Portanto, a construção de ações em redes baseadas em pressupostos das ciências sociais e vinculadas ao território como meio social, formam teias de parcerias (instituições de ensino públicas, atores sociais e a sociedade civil) em suas culturas na sociedade.

Por sua vez, nessas teias, a compreensão da cultura a qual se quer analisar permite identificar suas características e subjetividades (GEERTZ, 1989), podendo por meio desta, gerar processos transformadores. Para Boutinet (2002), a "Antropologia do projeto" surge enquanto campo que busca assimilar, numa perspectiva pluridisciplinar, como o funcionamento de cada projeto e sua estrutura engloba diferentes atores sociais e elementos culturais na sociedade. Já a "interlocução dialógica", enquanto processo educacional, permite a construção de elementos estruturantes para uma cultura da dialogicidade na criação de políticas institucionais de extensão indutoras de participação e transformação da realidade social.

Desse modo, a adição da "interlocução dialógica", enquanto forma de comunicação, num conceito de rede baseada no rizoma, pode desvelar teias de significados e significância, redes de transversalidades. A "Interlocução Dialógica" pode não só ser potencializada pela leitura do etnógrafo sobre a cultura do nativo como nos trouxe Geertz (1989), mas pelo seu papel como aprimorador da leitura crítica e aprofundada da realidade local feita pelos próprios nativos. Os indivíduos colaboram mutuamente justamente ao se inserirem em processos de articulação social para criação das ações de extensão e políticas interinstitucionais através de processos de interlocução baseados na democracia participativa. A nosso ver, essas junções possibilitam a construção de pressupostos de um design social de redes rizomáticas.

Onde é plausível, alicerçados na teoria da multiplicidade deleuziana que não fundamenta-se na unidade, mas sim nas subjetivações e interconexões da rede (DELEUZE & GUATTARI, 1995), é possível traçar paralelamente linhas de encontro com a "Antropologia do projeto", partindo do respeito à diversidade de nós da rede por meio de diversos tipos de relações sociais passíveis entre diferentes setores da sociedade. A aplicação da teoria do rizoma à "Antropologia do projeto" nos possibilita, por meio da "interlocução dialógica", refletir sobre uma política institucional de interação entre universidade e sociedade. Essa política deve ser respaldada nas necessidades específicas dos grupos locais presentes em municípios e comunidades dos territórios estudados. É importante entender que a universidade pública não deve ser vista como uma invasora cultural que impõe uma visão unilateral, mas sim que as ações sejam construídas de forma deliberativa com a comunidade.

1.2. METODOLOGIA

Este trabalho caracterizou-se numa pesquisa exploratória sobre as possibilidades de ações colaborativas interinstitucionais e intersetoriais a partir de um gestão da extensão universitária vinculada aos territórios dos municípios paraibanos, utilizando-se da "interlocução dialógica" enquanto processo de mediação entre gestores e comunidades potencializado pela "Antropologia do projeto". A pesquisa exploratória é formulada através da sistematização dos processos e do levantamento de observações empíricas para a interpretação de dados (LAKATOS; MARCONI, 2003). Desse modo, a pesquisa exploratória permitirá através do aprofundamento teórico e da análise qualitativa de dados, uma maior compreensão dessas áreas escolhidas e auxiliará classificação, análise e avaliação de modelos de políticas institucionais para construção de parcerias interinstitucionais respeitando as pluralidades culturais.

Dessa forma, a abordagem qualitativa nos permite categorizar e sistematizar os dados de forma mais eficiente, resultando em uma compreensão mais abrangente e condizente com as múltiplas variáveis às quais os objetos de análise

estão expostos por meio da amostragem intencional¹¹,. Minayo (2001, p. 14) destaca que a pesquisa qualitativa lida com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, que correspondem a um espaço mais profundo das relações, processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A análise qualitativa dos dados permitiu a identificação da implementação de ações de extensão por meio de articulação social, buscando encontrar nos projetos os elementos que as vinculam desde suas concepções iniciais à adequação dessas ações aos contextos locais, incluindo aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais. Além disso, essas ações devem se utilizar das potencialidades econômicas e dos perfis sociodemográficos dos municípios para o desenvolvimento de intervenções mais efetivas, voltadas a públicos-alvo específicos. Segundo Gibbs (2009), a análise qualitativa permite que mesmo grandes volumes de dados sejam trabalhados de modo crítico, eficaz e inovador, possibilitando uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos em questão.

Foi realizada uma pesquisa documental para selecionar o universo e a amostra de dados qualitativos do Programa "UFPB no seu Município¹²", abrangendo as ações de extensão executadas durante os anos de 2017 a 2019. A análise será conduzida nos elementos estruturais das propostas de ações aprovadas e nos relatórios finais, nas oito áreas temáticas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho. (BARBOSA, 2020) De acordo com Lopes (2016), materiais utilizados para geração de dados qualitativos através das pesquisas documentais podem ser organizados mais facilmente, tendo em vista os propósitos das pesquisas, pelo fato de ainda não terem sofrido processos analíticos, estando assim em seu estado original. Os dados

¹¹ A técnica de amostragem intencional é uma forma de amostragem não-probabilística que contribui para otimizar e refinar os resultados da pesquisa, pois parte do pressuposto de que o pesquisador possui conhecimento prévio das ações de extensão e de seus participantes. Assim, a utilização dessa técnica possibilita uma identificação mais precisa e eficiente dos resultados da pesquisa.

¹² Este programa se baseia em uma política institucional de extensão que enfatiza práticas extensionistas nas áreas da educação e cultura, com o objetivo de promover a formação cidadã tanto da comunidade acadêmica quanto da comunidade externa. Ele busca contribuir para o desenvolvimento sustentável, econômico, artístico e cultural dos municípios abrangidos, por meio do estímulo à colaboração entre universidade e sociedade. Dessa forma, busca-se empoderar as comunidades para a sustentabilidade dos territórios em que estão inseridas.

coletados serão analisados a partir de uma perspectiva geográfica ampla, levando em consideração diferentes níveis de agregação espacial. Nesse sentido, a análise terá início no nível macro das mesorregiões, que são regiões formadas por um conjunto de municípios e que possuem características econômicas, culturais e geográficas semelhantes. Em seguida, foram consideradas as microrregiões, microterritórios, regiões geográficas intermediárias e imediatas, regiões metropolitanas e regiões geoadministrativas.

Segundo Barbosa (2020), foi realizado um questionário quali-quantitativo com os coordenadores dos 280 projetos de extensão realizados pelo Edital "UFPB no seu município" entre 2017 e 2019, com o objetivo de coletar dados sobre os resultados das ações nos eixos de Articulação Territorial, Políticas Públicas e Responsabilidade Social. Além disso, foram analisados os perfis dos atores sociais da rede extensionista e suas relações com as instituições dos territórios municipais, regionais, estaduais e/ou nacionais. Essa análise dos dados tem como objetivo contribuir para a continuidade da construção de interpretações e proporcionar uma compreensão mais profunda das relações estabelecidas entre a universidade e a sociedade. Dessa forma, busca-se identificar as melhores práticas de extensão e suas implicações nos territórios em que estão inseridas, visando o fortalecimento das redes de cooperação e a ampliação do impacto social das ações de extensão universitária.

A fim de estabelecermos parâmetros para melhor analisarmos os dados das ações de extensão, selecionamos uma amostragem de 44 projetos no universo das 280 ações extensionistas. Essa amostra foi selecionada por ser a quantidade de projetos desenvolvidos na segunda microrregião que abrangeu mais territórios de municípios no Programa "UFPB no seu município", a do Litoral Norte paraibano. No total, dos onze (11) municípios integrantes da microrregião, foram realizadas ações em dez (10) municípios. Dentre estes 44 projetos, foram analisados os projetos articulados com políticas públicas. Com esse recorte na amostragem, obteve-se um refinamento no que tange ao tratamento de dados, sendo encontrados 27 projetos resultantes.

A escolha da abordagem metodológica qualitativa para este trabalho foi justificada pela grande quantidade de fontes de informação e conteúdos, tanto primários quanto secundários, disponíveis. Muitas dessas informações não estão estruturadas e são de difícil acesso, pois não foram sistematizadas por meio de relatórios institucionais ou fazem parte de vários bancos de dados desagregados, como o SIGAA-Extensão, o Portal da Transparência, o Mapa das OSCs, o IBGE-Cidades, o IPEA, entre outros. Portanto, a análise qualitativa foi escolhida como a melhor forma de lidar com esses dados.

Além disso, a pesquisa qualitativa permitiu validar e autenticar os dados das propostas de projetos aprovados em comparação com as respostas aos questionários. A análise qualitativa foi realizada com a ajuda de ferramentas como o *Atlas.ti*¹³, que é amplamente utilizado para analisar dados qualitativos, enquanto a análise quantitativa foi realizada com o *IBM SPSS*¹⁴, uma das ferramentas mais comuns para análise de dados quantitativos. Dessa forma, a escolha da abordagem metodológica qualitativa e das ferramentas de análise de dados foi fundamental para obter resultados precisos e confiáveis nesta pesquisa. A análise qualitativa foi especialmente útil para lidar com a grande quantidade de informações desestruturadas e ajudou a validar os dados obtidos por meio de questionários.

O levantamento e coleta de dados dessas ações do Edital “UFPB no seu município”, como já apontado em Barbosa (2020), nos auxiliou no mapeamento das instituições vinculadas e parcerias que foram estabelecidas com gestores públicos e representantes da sociedade civil no decorrer desse triênio através de nova política institucional de extensão universitária.

No intuito, também, de visualizar como se deu o processo de territorialização da UFPB no Estado da Paraíba, como segunda etapa da pesquisa, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas. Para DUARTE et. al., (2011, p.62) a “Entrevista em profundidade é um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer”.

¹³ Software especializado em para análise qualitativa.

¹⁴ Software destinado para análises estáticas de dados.

Sendo assim, foram realizadas nove entrevistas, uma em cada uma das oito áreas mais importantes das políticas públicas, com acadêmicos, gestores públicos e líderes comunitários.

Assim, além de identificar as parcerias, a presente pesquisa buscou entender de que forma a rede de extensão foi construída e como se deu o processo de estabelecimento dessas articulações, considerando as particularidades e desafios de cada território. Para isso, foram realizadas análises dos perfis dos atores sociais envolvidos nas ações de extensão, bem como de suas motivações e interesses em estabelecer parcerias e cooperar para a promoção de desenvolvimento local. Além disso, também foram exploradas as diferentes formas de articulação e cooperação, incluindo estratégias de comunicação e negociação, acordos de cooperação técnica, convênios, termos de parceria, entre outros instrumentos jurídicos que viabilizaram a realização das ações de extensão em rede.

Em virtude de tornarmos mais nítido o papel da análise das empresas nesta pesquisa, gostaríamos de explicitar o que buscamos ao as inserirmos como objeto de análise. Em nosso ponto de vista, assim como as instituições de Estado (primeiro setor) e as da Sociedade civil (terceiro setor), as Empresas públicas, mistas e privadas têm um papel essencial no que tange ao desenvolvimento dos territórios, tanto social quanto economicamente. Inclusive, com as ações de responsabilidade social, muitas ações de atores sociais nas empresas por vezes chegam mais rápido a territórios e áreas de difícil acesso. Portanto, é justamente essas ações de responsabilidade social vinculadas às ações de extensão do Programa “UFPB no seu município” que buscamos quando falamos nas mesmas.

Igualmente relevante, esta pesquisa vem como a conclusão de uma década de trabalho dedicada à extensão universitária. No período que compreende 2011 e 2022, dez anos, estivemos em vários papéis, instituições e territórios diferentes através das ações de extensão. Essa trajetória se deu enquanto participantes de ações de extensão, passando pelo auxílio nos processos educacionais e com breves passagens pela gestão da extensão.

Iniciamos essa caminhada numa ação de extensão universitária no município de Monteiro-PB, na microrregião do Cariri Ocidental da Paraíba. Esta ação foi intitulada de Núcleo de Produção Audiovisual, que buscava fornecer formações na área da fotografia e produção audiovisual. Foi realizada pelo Pontão de Cultura Cariri Território Cultural em parceria com a Universidade Federal da Paraíba, prefeituras da região e outras instituições públicas e do terceiro setor.

Na área da produção audiovisual, em 2013, participamos de cursos de curta duração no Centro de Ciências Humanas e Exatas (CCHE) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB - Campus IV). Os cursos oferecidos tratavam de assuntos como Iluminação, Fotografia e Cinema. Mais tarde (2014-2016), podemos auxiliar enquanto colaboradores externos do Núcleo de Arte e Cultura Zabé da Loca (ZABESSABE) no desenvolvimento de ações de extensão como o Projeto “Ritmos e Letras” que teve como objetivo a produção de DVD’s para artistas da cultura local e na produção de documentários como “As Águas que virão¹⁵” (2015). Essas experiências serviram para a consolidação da UEPB/CCHE - Campus IV enquanto produtora cultural no território do Cariri paraibano.

Ainda na microrregião do Cariri Ocidental Paraibano, tivemos breves ações em parceria com a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Com ela, realizamos em 2013 a produção audiovisual do Projeto “Novos Palcos e Plateias” uma ação do Coletivo “Atissar”, em parceria com a Prefeitura Municipal de Zabelê, a Fundação João José, e da Unidade Acadêmica de Arte e Mídia da Universidade Federal de Campina Grande. Em 2018 fundamos a Rede de Educomunicadores do Nordeste e realizamos o I Simpósio Nordeste de Educomunicação, uma ação do curso de Educomunicação da UFCG. O que por sua vez, culminou na criação em 2021 do Núcleo Nordeste da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom), do qual fazemos parte até hoje.

Também realizamos ações extensionistas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). Nessa instituição iniciamos a nossa jornada enquanto discente bolsista da extensão cidadã com o projeto “Levantamento

¹⁵ Documentário gravado em 2015, dirigido por Asley Ravel com o apoio do Núcleo de Arte e Cultura Zabé da Loca (UEPB / CCHE) acessível em: [📺 As Águas Que Virão](#)

histórico da cultura musical de Monteiro: A cidade da música¹⁶ (2011-2012). Criamos o “Núcleo de Extensão Estudantil em Audiovisual - TEAR¹⁷¹⁸” (2014-2017), eventos acadêmicos como a “TEAR - Semana de Tecnologia e Arte” do IFPB - Campus Monteiro. Além de ter sido eleito como Representante Discente no Conselho Diretor do IFPB - Campus Monteiro, órgão deliberativo que entre outras pautas, discutia as ações de ensino, pesquisa e extensão do campus.

Ainda no IFPB, entre 2015 e 2017, fomos convidados a desenvolver ações de extensão na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (IFPB/PROEXC) e a colaborar com o aprimoramento da Rede Rizoma: Tecnologia em extensão. Durante este período, criamos o Programa de Educomunicação do IFPB-PROEXC, uma ação institucional com o intuito de fornecer formações de educação em comunicação e produção midiática para projetos e núcleos de extensão dentro da Rede Rizoma e que mais tarde foi transformada em política institucional de comunicação dessa mesma instituição de ensino. Além disso, visando a produção literária científica na referida rede, fomentamos o Núcleo de Extensão Tecnologias, Educomunicação e Cibercultura para Inclusão Digital Cidadã (TEC-ID)¹⁹, no qual, através de recursos do Encontro Institucional de Extensão do IFPB (2017), realizamos dois projetos, um de extensão “Oficinas de Educomunicação” (2017) e um de pesquisa-ação “Cibercultura e Educomunicação nas comunidades: aplicação de tecnologias para modelos sustentáveis de inclusão digital cidadã” (2017-2018). A experiência na Rede Rizoma²⁰ resultou na criação de mais de 131 núcleos de extensão (como podemos observar no Gráfico 1) nas mais oito áreas da extensão universitária, em

¹⁶ Projeto coordenado pelo Prof. Abimael de Oliveira Silva. Bacharel em Música, com habilitação em Saxofone, pela UFPB (2008), Licenciado em Música, com habilitação em Saxofone, pela UFPB (2020), Especialista em Educação Musical pela Universidade Cândido Mendes - RJ (2014) e Especialista em Educação a Distância 4.0 pela Faculdade Educacional da Lapa - PR (2021). Atual Diretor Geral do IFPB - Campus Monteiro.

¹⁷ O Núcleo TEAR pode ser encontrado em: <https://www.facebook.com/NucleoTEAR/>

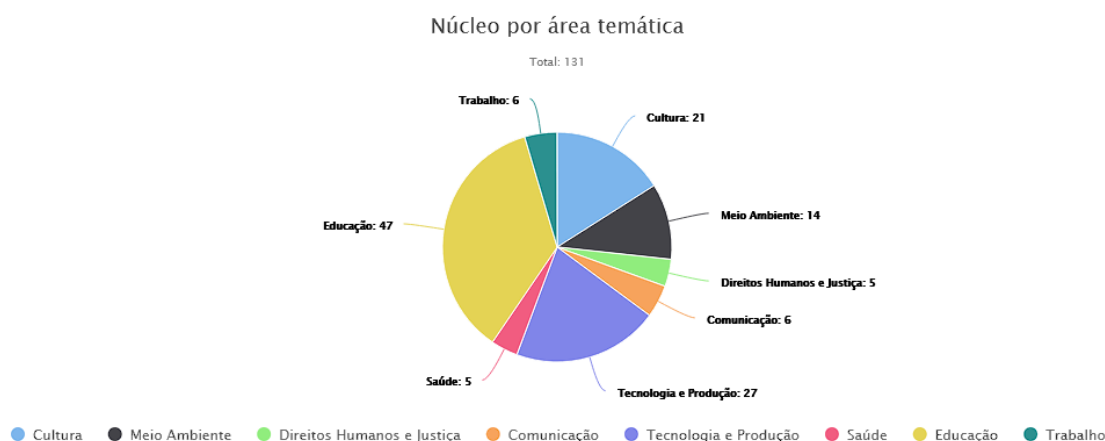
¹⁸ Núcleo coordenado por Emerson Lopes Barbosa, Técnico em Instrumento Musical pelo IFPB - Campus Monteiro (2015), Mestrando em Antropologia Social na UFPB, Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES (2022) e Bacharel em Comunicação em Mídias Digitais pela UFPB (2020).

¹⁹ Núcleo coordenado por Nadja da Nóbrega Rodrigues, Bacharel em Ciências da Computação pela Universidade Federal da Paraíba (1998), Mestre em Administração pela UFPB (2002) e Doutora em Ciências Sociais pela UFCG (2018). Professora do IFPB - Campus João Pessoa.

²⁰ Para mais dados sobre as ações de extensão da Rede Rizoma, consulte o Anexo A deste trabalho.

vários livros²¹, no período Revista “Rede Rizoma: ação, reflexão”²² e numa das redes institucionais de extensão mais bem consolidadas no Brasil.

Gráfico 1: Quantidade de Núcleos da Rede Rizoma: Tecnologia em Extensão



Fonte: Infográfico dinâmico do SUAP-IFPB (2022)²³.

Já nesta referida instituição em que nos encontramos atualmente, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), atuamos durante 2017-2022. Sendo diretamente no auxílio à gestão da extensão cultural, vinculado à Coordenação de Extensão Cultural da Pró-reitoria de Extensão (UFPB-PROEX-COEX) através do Programa “UFPB no seu município” (2017-2018) e na Coordenação de Programas de Ação Comunitária (UFPB-PROEX-COPAC) entre 2019 e 2020 através do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX). Nessas coordenações tivemos a oportunidade de contribuir para a realização de centenas de ações de extensão universitárias e desenvolver várias ações de extensão, como o Curso de Comunicação estratégica para projetos de Extensão (CEP), o Portal de Dados da

²¹ Os livros estão disponíveis no site da Editora IFPB: <http://editora.ifpb.edu.br/index.php/ifpb/index>

²² As duas edições da Revista Rede Rizoma são acessíveis no Portal de Periódicos do IFPB através do link: <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/rederizoma/issue/archive>

²³ Esta aplicação web pode ser encontrada em: https://suap.ifpb.edu.br/extensao/relatorio_indicadores_nucleos/?tab=nucleo_area

Extensão (PODE)²⁴ e o Programa de Podcasts da Extensão - PodEx²⁵ e colaboramos com o processo de Creditação da extensão universitária na UFPB.

Por último, esperamos refletir aspectos teóricos das formas de interação entre universidade pública e comunidade através da "Antropologia do projeto" e do "Interlocução Dialógica" e discutir esta perspectiva no âmbito das ações de extensão universitária nesta pesquisa, igualmente o fizemos quando iniciamos o trabalho de conclusão de curso de título "Territórios de interlocução e participação: O Edital "UFPB no seu Município" como meio de interlocução multissetorial para o fomento de políticas públicas" (BARBOSA, 2022). Assim, esperamos ensaiar, tal como uma teoria da vivência, fornecer elementos para o diálogo interinstitucional e participação social com práticas de levantamento de demandas reais nas comunidades. Acreditamos que os resultados desta pesquisa têm o potencial de impulsionar a criação de políticas institucionais de extensão universitária que facilitem a colaboração, a cooperação e a coordenação coletiva em todo o território paraibano. A partir dos principais conceitos estudados, serão criados espaços de diálogo que permitam o desenvolvimento de ações efetivas e de impacto social, fortalecendo assim a relação entre a universidade e a comunidade. Isso também possibilitará a construção de uma rede mais ampla e articulada de atores sociais, estabelecendo parcerias e fortalecendo a capacidade de intervenção conjunta em questões relevantes para a sociedade.

Visto que, o intuito da nossa dissertação é apresentar novas formas e demonstrar que é possível aprimorar os processos burocráticos da extensão universitária e de articulação em rede. De modo geral, a partir da necessidade de repensar as instituições de ensino superior cada vez mais próximas as demandas das comunidades e territórios. Nesse sentido, defendemos que é viável a existência de políticas institucionais de extensão transformadoras que gerem impactos sociais positivos através de práticas colaborativas e parcerias entre diversos setores da sociedade. Em suma, nosso trabalho buscou demonstrar uma nova possibilidade de inserção social das instituições de ensino na vida das pessoas e a respectiva

²⁴ Página oficial do PODE: <https://www.instagram.com/pode.ufpb/>

²⁵ Acesse e escute o PodEx em: <https://open.spotify.com/show/340qKF4KOrZe7JJ5WWy5K0>

transformação que este possa gerar através da extensão. Para demonstrar a viabilidade do aprimoramento, optamos pela estrutura que se segue nos próximos capítulos.

O Capítulo 01, chamado de “Aspectos introdutórios”, serve como um prefácio e busca trazer elementos básicos para a compreensão da própria dissertação em si. Por assim dizer, ele tem como função textual contextualizar temporal e academicamente o leitor sobre o processo de confecção da dissertação, trazendo explicações sobre o conteúdo que será abordado, os objetivos gerais e específicos, o porquê do texto ter tal estrutura, uma breve metodologia e as justificativas para tal pesquisa. Assim, este capítulo visa inserir o leitor num primeiro contato e dar a ele elementos para a compreensão do texto e dos argumentos defendidos.

O capítulo 02, intitulado de “Da cultura do tempo à Antropologia do projeto” tem como objetivo aterrisar nosso leitor sobre as formas como os seres humanos têm lidado com suas relações sociais através dos projetos e responder a pergunta de: como entender as políticas de extensão universitária como produtoras culturais?. Dessa maneira, a partir do nosso argumento principal que é o de refletir as formas de inserção social da IES nas comunidades, damos ênfase apenas a um grupo de ações institucionais que possibilita a criação destas relações universidade-sociedade (RUS), que são os projetos. No caso da nossa instituição, a Universidade Federal da Paraíba, mais precisamente os projetos de extensão universitária. Em vista disso, trazemos a formação de ações institucionais em forma de projetos de extensão para analisar como as relações sociais dos sujeitos que são desenvolvidas dentro dessas micro-culturas podem contribuir para a geração de micro-redes de colaboração, auxiliando assim, o processo de territorialização e articulação das IES.

O terceiro capítulo, “A Antropologia das Redes Rizomáticas”, objetiva refletir, a partir do viés de uma instituição pública de ensino, extensão e pesquisa, os desafios da construção de redes de colaboração interinstitucionais e intersetoriais. Para isso, partimos da premissa de que cada instituição/organização possui uma “identidade organizacional” própria, formada pela junção de elementos como território, sujeitos, objetivos institucionais, Estatais, de Governos específicos, interesses políticos, etc.,

e que interfere diretamente no modo como as relações sociais (universidade-sociedade) são construídas e estabelecidas em redes de extensão. Em síntese, este capítulo procura, mediante a compreensão da visão institucional, refletir os impactos da mesma no estabelecimento ou não de parcerias e colaborações nos territórios.

O capítulo 04, “Nas teias da Interlocação (Etno)Dialogica”, é a nossa maior contribuição, em termos epistemológicos, ao campo das teorias de redes interinstitucionais/intersectoriais. Aqui, nos permitimos o desenvolvimento ensaístico de uma proposta de intervenção social contemporânea que leve em consideração a complexidade dos territórios, das instituições e dos sujeitos. Desse modo, este capítulo vem tanto para delimitar quanto aprimorar o que começamos a desenhar em nosso trabalho de conclusão do curso de Comunicação em Mídias Digitais (2020), que recebeu o título de “Territórios de interlocação e participação: O Edital “UFPB no seu Município” como meio de interlocação multissetorial para o fomento de políticas públicas”. É com a reflexão da Interlocação dialógica, enquanto processo aprimorador de relações sociais (interinstitucionais/intersectoriais), que permite o fomento de redes de colaboração transformadoras de contextos locais e territoriais, que compreendemos a importância defesa deste trabalho.

Logo após, temos o capítulo 05, “Territórios de Interlocação e Participação”, no qual, expomos os resultados objetivos através de análises de dados qualitativas, quantitativas e de entrevistas semi-estruturadas. Nessa parte, buscamos através de seções divididas objetivamente pelos objetivos específicos do trabalho, organizar os dados obtidos, categorizados e inferidos, intercalando com as falas e reflexões dos nove entrevistados. Para isso, trabalhamos com a análise do Programa UFPB no seu município, com os processos de formulação de políticas institucionais de extensão, com as ações intersectoriais criadas e seus respectivos atores sociais, os projetos de extensão desenvolvidos e para finalizar, com a verificação de impactos sociais nos territórios. Por assim dizer, o quinto capítulo vem para verificar se há uma proximidade entre o que foi exposto epistemologicamente e com a vivência dos

entrevistados dentro do Programa UFPB no seu município e, de fato, identificar se há realmente a existência de uma rede de extensão.

2. DA CULTURA DO TEMPO À "ANTROPOLOGIA DO PROJETO"

Se temos o propósito de conceber uma rede de extensão universitária, precisamos nos atentar ao fato de que esta rede se dá num contexto cultural e produtor de cultura, mais precisamente da Cultura do Projeto, e como uma incursão antropológica, antes devemos nos debruçar acerca da Cultura do Tempo. Ainda que possa parecer que estamos falando de temas distintos, ambos possuem características similares e se integram num ato composto de projeção. Não há como pensar num projeto sem se predispor a fragmentar o tempo em cronogramas específicos com ações periódicas. Por outro lado, ao falarmos do tempo, estamos falando numa ideação humana que nos permitiu, enquanto forma primeira de sistematização e localização temporal, da natureza e conseqüentemente dos agrupamentos humanos. Em suma, pensar em projetos é pensar na organização e sistematização do tempo.

Não é de hoje que o ser humano tenta dominar o tempo nos mais variados sentidos possíveis, mas, com a chegada da pós-modernidade, tem tentado cada vez mais estabelecer sistemas de controle sobre o tempo. Nessa cultura do tempo, quem tem capital temporal tende a distribuí-lo no formato de projetos, sejam eles individuais ou coletivos. Nesse aspecto, temos cada vez mais a fragmentação do tempo vivido em várias outras categorias de tempo, na ilusão da tentativa de prolongar e otimizar esse tempo vivido.

Este ensaio teórico busca refletir justamente o processo de simbiose cultural construído nos territórios a partir da relação homem-projeto-tempo. Além disso, objetiva levantar apontamentos a partir de pesquisa bibliográfica realizada com o objetivo de compreender o cerne básico dessa relação. Desse modo, é nítida a relevância da necessidade de se compreender tal aspecto, visto que, atualmente, impacta muitas culturas, principalmente as ocidentais.

Assim, nosso objetivo é propor conexões entre a estrutura de uma rede extensionista, os projetos, seus tempos e os indivíduos. Desse modo, facilitarão a compreensão das dinâmicas e estruturas sociais e mentais que compõem a criação

de uma rede de ações na perspectiva de prospectar um "laboratório vivo" como bem formulado sobre o trabalho de Bourdieu por Wacquant (2006, p.14):

[...] a utilização de cada situação como um laboratório vivo para a análise cruzada lhe permitiu descobrir a especificidade da "lógica universalmente pré-lógica da prática", além de ter permitido iniciar o corte decisivo com o paradigma estruturalista, deslocando o seu foco analítico "da estrutura para a estratégia", da álgebra mental mecânica das regras culturais para a fluida ginástica simbólica dos corpos socializados (BOURDIEU, 1990 [1980], p. 37; 1990 [1985]).

Por fim, faz-se importante elencar o ritmo da estrutura deste ensaio, a partir dos movimentos, sendo eles: o primeiro movimento, em nível macro, é aquele tange ao nível da cultura. Nele serão abordados temas como cultura do tempo, cultura técnica, tempo e capital temporal a partir dos seguintes autores: Bourdieu, Geertz, Quintanilla e Boutinet. O segundo movimento é o que se dá no nível dos projetos, fundamentado na obra de autores como: Hall, Gonçalves, Bourdieu e Boutinet. Já o terceiro movimento foca na estrutura de rede e trás os autores: Mauss, Habermas, Geertz, Metello, Deleuze e Guattari, Tsing e Silveira.

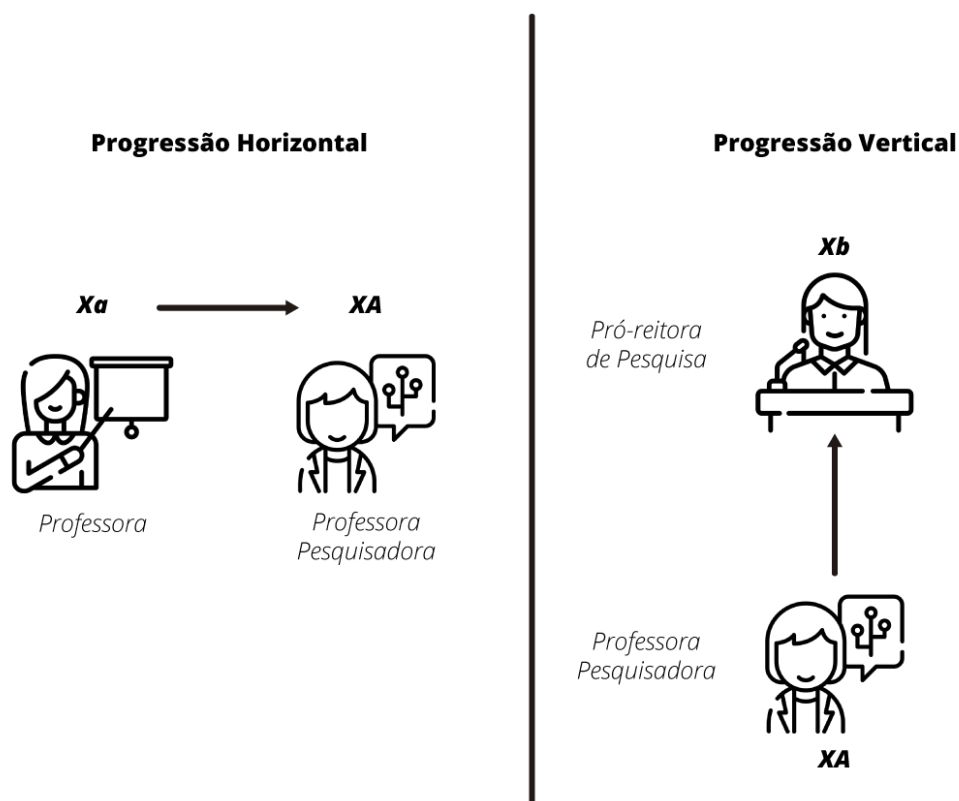
2.1. Primeiro movimento (Andante) - A cultura técnica e o Capital Temporal

Ao pensarmos numa estrutura social é normal que reflitamos também acerca da cultura dos sujeitos que compõem essa mesma estrutura em si. Cultura, para Geertz (1989), é uma rede de significados que cria e molda seu próprio criador, o homem. No que lhe concerne, a cultura técnica, segundo Quintanilla (2016) é composta pela soma das especificidades e elementos culturais, desde o conhecimento, a comunicação, às práticas, etc. e que são estruturadas por sistemas técnicos.

Analisar esses sujeitos componentes da cultura técnica é ter em mente que para ter acesso a ela, estes devem passar por um *processus* de devir em condições sócio-econômicas. Baseado em Bourdieu (1979) e em seu *processus*, podemos refletir sobre um "*processus academicus*", o qual seria intrinsecamente ligado a um tempo (*t*) pelo qual o sujeito sairia, através da aquisição de conhecimento técnico, de

sua posição social Xa e até chegar XA (progressão horizontal) e de XA para Xb (progressão vertical), e assim consecutivamente por meio da verticalização do capital cultural e social.

Figura 3: Distinção entre Progressão Horizontal e Progressão Vertical



Fonte: Adaptado pelo Autor²⁶ com base no conceito de Processus de Bourdieu (2022).

Para Boutinet (2002), a diferença entre a cultura tradicional e a cultura tecnológica se dá através do avanço da modernidade e a consequente necessidade de distinção do tempo e suas fragmentações (tempo vivido, tempo passado, tempo futuro, tempo presente, tempo prospectivo, etc.). Para ele, o que vem acentuar o devir da cultura tradicional para a cultura técnica é justamente a necessidade de domesticação e sujeição do tempo prospectado.

Para Bourdieu (1979), cada grupo tem seu próprio tempo e ritmo de ação. Estes ritmos muitas vezes são desiguais tanto entre os grupos quanto entre os indivíduos em si, e isso se dá por múltiplos fatores, seja pelas características individuais dos sujeitos, seja pelo grau de desenvolvimento e das técnicas

²⁶ Os Ícones utilizados nessa figura e em outras neste trabalho foram acessados na plataforma digital de imagens vetoriais da Flaticon, disponível em: <https://www.flaticon.com/>

desenvolvidas pelos grupos, etc. Assim, apreender a dimensão e a forma como os sujeitos de uma rede lidam com o tempo se torna um processo complexo e extremamente árduo.

Paralelamente, a palavra Técnica tem como raiz *Tekhne*, palavra de origem grega, que em sua conceituação básica diz respeito a aptidão humana de criar objetos baseando-se no raciocínio. A partir de uma epistemologia dos conceitos de tecnologia, Pinto (2005) aponta para a necessidade de se fazer uma urgente distinção do entendimento sobre Tecnologia e instrumentos tecnológicos. Para ele, a Tecno-logia (*tekhne* + *logos*) deveria ser vista e estudada enquanto uma ciência específica dotada de epistemologia própria, ou seja, a Ciência da Técnica.

Segundo Boutinet (2002), os sujeitos, numa cultura técnica, tendem a adequar-se às cadências para não se oporem ao sentido e à direção do tempo. Desse modo, mantém-se o sentido de pertencimento ao grupo a partir da apropriação dos momentos (datas comemorativas, festas, cerimônias, etc.) e comportamentos cotidianos. Já quem procura aderir novas técnicas, novos tempos ou negar o ritmo do grupo, põe-se diretamente em linha de exclusão do grupo.

Assim, pode-se perceber um processo de construção coletiva do tempo, pela formalização de calendários de ações específicas do grupo. A divisão ritualista desses tempos organizados, permite aos sujeitos do grupo o desenvolvimento do sentido de pertencimento e colaboração. Com isso, temos que mesmo com acontecimentos, o grupo tende a permanecer no ritmo pré-estabelecido.

Eventualmente, a estruturação do tempo possibilita aos indivíduos do grupo, segundo Boutinet (2002), o entendimento de que para se realizar ações e consequentemente obter maiores taxas de êxitos para ações com o objetivo de transformação, é preciso a racionalização do presente com vistas a um futuro calculado (projetado). Portanto, para aprimorar a utilização de tempo é necessário a racionalização das ações e sua organização no sentido da gestão do tempo²⁷.

²⁷ O conceito de Gestão do tempo aqui utilizado é de ações e práticas que possibilitem, por meio de planejamento estratégico, a utilização do tempo de modo eficaz como o formulado por RODRIGUES et al, 2018.

Mas, por que determinados sujeitos possuem maior controle sobre os tempos do que outros? De acordo com Bourdieu (1979), isso se dá pelo capital econômico que permite a um sujeito ter tal estrutura econômica que possa não se preocupar com o hoje e passar a refletir sobre o amanhã. Porém, para Bourdieu (1979, p.26), “o uso futuro que ele indica é longínquo, imaginário e indeterminado”. Logo, o tempo da “pré-vidência” é um tempo cercado pela incerteza e instabilidade para quem não possui estrutura de capital econômico que o possibilite adquirir meios de e dispositivos de segurança nas mais variadas áreas (alimentar, laboral, econômica, social, política, cultural).

No entanto, muitos sujeitos que recebem uma ação de extensão por exemplo, por vezes não possuem tal domínio sobre o tempo futuro e nem da pré-vidência, ficando restringidos aos acontecimentos presentes. Sobre pré-vidência, Bourdieu (1979, p.22) traz:

A pré-vidência (como "ver de antemão") distingue-se da previsão na medida em que o futuro que ela apreende está diretamente inscrito na própria situação tal como ela pode ser percebida através de esquemas de percepção e de apreciação técnico-rituais inculcados por condições materiais de existência, elas próprias apreendidas através dos mesmos esquemas de pensamento [...]

Hoje, vemos cada vez mais pessoas tentarem controlar efetivamente seus recursos financeiros, muito embora, não o façam com seu tempo vivido. Tempo vivido enquanto sentido de percepção sensível da *temporalidade*, de acordo com Eugène Minkowski (2007). Assim, pensar no capital econômico seria pensar também num “capital temporal”, pois, quanto mais capital econômico um sujeito obter, mais controle do capital temporal este poderá chegar a ter. Segundo Bourdieu (1979), o cálculo sobre o capital econômico na cultura tradicional sempre está assujeitado ao tempo presente e este por seu turno, serve de filtro para as ações do amanhã no tempo futuro. Logo, os sujeitos desprovidos de capital econômico, tem seu capital temporal reduzido proporcionalmente ao capital econômico.

Com isso, pode-se perceber que existe uma estrutura de futuros possíveis e tomadas de decisões para quem possui capital econômico e outra estrutura para quem não o possui. Como Bourdieu (1979, p.98) apontou: “a vida inteira se passa

sob o signo do provisório”. Assim, fica nítida uma estrutura hierarquizada de finalidades múltiplas, às quais cada sujeito pode desfrutar ou deve seguir a partir da dualidade econômico-temporal, como reforçada por Garcia-Parpet (2006, p.346), “a racionalização da conduta tende a estender-se à economia doméstica e as disposições compõem um sistema que se organiza em função de um futuro apreendido e dominado pelo cálculo e pela previsão”.

Boutinet (2002), ainda aponta para a influência dos meios de comunicação para a construção do “estilo de vida participante”, como ele o intitula. Para ele, essa influência se dá no sentido da ideação de oportunidades de ações transformadoras do meio. Por conseguinte, teríamos o desenvolvimento da empatia como fator motivante do processo de movimentos voluntários e da construção de ações dos sujeitos no território.

2.2. Segundo movimento (Moderato) - O Projeto

Com a pós-modernidade acentua-se a ascensão do projeto como processo de virtualização de um tempo futuro prospectivo em uma estrutura que deve ser composta pelo presente. Esse processo de virtualização, emulado através de objetivos, metas, planos de ações e cronogramas, permite ao homem pós-moderno se atrever a caminhar pelo campo das probabilidades finalísticas e ensaiar a pré-vidência especulativa. Por fim, termina por deparar-se com modelos de ações, muitas vezes repetitivas e limitantes das possibilidades nos territórios.

Assim, como o campo dos possíveis de Bourdieu (1979), o presente limita as ações do futuro, o que por outro ângulo molda as ações realizadas e é moldado pelas condutas individuais nos projetos. Como vimos, um futuro possível é um tempo mediado pelo capital econômico, de modo a que estão sujeitas as perspectivas de análises dos sujeitos sobre seus objetos de interesses. Por assim dizer, a mediação do tempo pelo homem se dá primeiro por meio das lentes do capital econômico.

Uma vez que a capacidade analítica de desenvolvimento procedural do homem está atrelada ao “campo das possibilidades” que lhe são abertas através do capital econômico, nos deparamos aí com um elemento de impasse para os indivíduos que não possuem acesso a este capital. Sob o mesmo ponto de vista, a disparidade entre o acesso ao capital econômico, a percepção de segurança do indivíduo a partir deste e por conseguinte, o domínio do capital temporal - em outras palavras, o aumento da probabilidade na multiplicidade de formas de utilizar o tempo individual - cria em contrapartida, estratos sociais nos quais de um lado temos o homem sujeito (dominante) de seu tempo e do outro os homens objetos (dominados) dos tempos dos outros. Diante disso, temos exposta uma relação de objetificação do homem a partir da ausência de capital econômico e como sequela uma vida impelida de incertezas.

Com efeito, temos que uma viseira é posta no homem-sem-capital econômico, tornando-o também um homem-sem-projeto, visto que o domínio do projeto está associado a determinadas classes sociais. Apesar de alguns homens conseguirem ensaiar a gestão do tempo a partir do capital social, as ações no tempo ainda seguem os movimentos da regência do capital econômico. Desse modo, temos para Bourdieu (1979) que um “projeto mais individual nunca é senão um aspecto das esperanças estatísticas que estão associadas a classe”. (p.81)

Inclusive, ao observar essa dualidade apontada por Bourdieu de que mesmo sendo individuais, os projetos são reflexos dos desejos de determinada classe social, isso nos leva a pensar que os projetos carregam em si as aspirações de determinada cultura, seja ele criado dentro das classes dominantes, seja dentro das classes dominadas. Eventualmente, esse tipo de pensamento, mesmo que ensaístico, nos permite compreender e analisar os elementos constituintes dos processos de elaboração, desenvolvimento e implementação de projetos “por cima dos ombros” desses sujeitos e grupos culturais. Então, ao lermos esses projetos nos pomos também num processo crítico-reflexivo de leitura e de entendimento desses homens, mulheres e culturas.

Numa sociedade contemporânea, onde o projeto simboliza o aproveitamento máximo do tempo vivido, não basta estar mais ocupado num trabalho formal como pontuou Bourdieu (1979), é preciso otimizar o tempo. Ao desdobrá-lo em fragmentações temporais como: o tempo da casa; o tempo da família; o tempo do trabalho; o tempo das férias; o tempo do lazer; o tempo do ócio; o tempo do projeto social; o tempo do projeto político; o tempo do projeto ambiental; o tempo do projeto de Deus; etc., temos a ilusão da multiplicação do tempo vivido, e não raro a supervalorização do “homem-sem-tempo”. Desta maneira, o “homem-sem-tempo” seria aquele indivíduo, possuidor de determinado *status quo*, com ativa vida social e que “nunca para”.

Estamos frequentemente acostumados com esse tipo de sujeito, nas classes sociais eles podem ser vistos como personalidades públicas tais como empresários, cheios de projetos, reuniões, encontros e ações sociais ou os recentes Influenciadores Digitais (*digital influencers*) que assim como a famosa publicidade da marca Bombril, tem tanto mil e uma funcionalidades quanto sempre estão fazendo dezenas de atividades e projetos tidos como importantes concomitantemente. Para isso não importa se o sujeito possui ou não formação específica para gerir projetos em si, basta que os desenvolva e possua uma rede de parceiros relevantes socialmente nos mais diversos setores da sociedade. Para Bourdieu (1979), por falta da formação qualificada se expandia a concorrência entre os sujeitos com menor grau de desenvolvimento acadêmico.

De acordo com Boutinet (2002), esses projetos, se vistos como construtores de hábitos, delimitadores de condutas e formadores de comportamentos, podem ser entendidos como desenvolvedores de identidades, construtores de culturas, ou seja, uma cultura de projeto. Em compensação, ao se realizar projetos em *loops* (ou seja em circuitos, repetições ou sequências), pode-se “desritmar” e desencadear os compassos em crises identitárias dos sujeitos (HALL, 2000), participando desses constantes deslocamentos temporais sem termos e finalizações claras. Por conseguinte, tornam-se seres mutantes sempre em processos abertos e nunca

fechados, tomando por empréstimo o pensamento de Hall (2000), criam-se sujeitos deslocados tanto socioculturalmente quanto através deles próprios.

Hoje, vê-se a constante proliferação de projetos, dos mais variados tipos, na sociedade, onde os atores sociais se vêem em *loops* simultâneos de encerramento e início de projetos. O foco dos projetos está mais voltado ao próprio processo de desenvolvimento de projetos do que ao processo de finalização e concretização de metas e resultados. Nesta efêmera *sansara* do homem pós-moderno, rotaciona-se a esperança de uma existência menos medíocre por meio da valorização social que vem acompanhada com o desenvolvimento dos projetos.

Nessa perspectiva, o *homem-sem-tempo* se depara com o tempo cotidiano que é um tempo programado de labuta e algumas vezes com a aparição de tempo livre é envolvido com projetos coletivos comunitários. Projetos assim, muitas vezes construídos por entidades coletivas do terceiro setor, visam o desenvolvimento e o fortalecimento das comunidades as quais receberão as ações. E é nesse processo que se revela a dicotomia entre o projeto individual do *homem-com-tempo* e com capital econômico, e o projeto coletivo do homem-sem-tempo e sem capital econômico.

Sobre as formas de parcerias e trabalhos coletivos, Gonçalves (2012), baseada na literatura, estrutura os conceitos compondo um quadro com o objetivo de diferenciar esses processos de trabalho em grupo que podem ser vistos no Quadro 1.

Quadro 1: Distinção entre cooperação, coordenação e colaboração

	Cooperação	Coordenação	Colaboração
Significado	cooperar=atuar em conjunto	coordenar = organizar em conjunto	colaborar = trabalhar em conjunto
Definição	Ação conjunta para alcance de um benefício	Funcionamento harmonioso das partes para o alcance de um resultado eficiente	Criação conjunta de uma visão partilhada e benéfica para todas as partes envolvidas
Relação	Informal, de curto prazo	Mais formais e prazo maior	Longo prazo
Missão/objetivos	Ausência de missão comum	Compreensão das diferentes missões	Compromisso numa missão comum
Comunicação	Partilha de informação relacionada com o	Canais de comunicação	Canais de comunicação bem definidos todos os

	projeto em curso	interdependentes	níveis
Estrutura	Não é necessário definir uma estrutura	Exige a compreensão das funções e das responsabilidades de cada parte	Exige uma mudança de funções, de responsabilidade e de alteração de programas, resultando na formação de uma nova estrutura
Planeamento	Ausência de planeamento conjunto	Exige algum planeamento conjunto	É necessário desenvolver um planeamento abrangente
Autoridade	Permanece em cada organização	Permanece em cada organização, mas existe um coordenador	É a estrutura colaborativa que determina a autoridade
Recursos	Não existe partilha de recursos	Partilha de recursos	Partilha de recursos
Poder	Não existe partilha de poder	Não existe partilha de poder	Partilha de poder
Tempo necessário e risco	(-)		(+)

Fonte: GONÇALVES (2012, p.87)

Logo, por meio do pensamento de Gonçalves (2012), acabamos por visualizar as intensas diferenças entre os três tipos estudados de trabalho e isso pode auxiliar com nossa reflexão acerca de projetos. Pois, no que diz respeito aos processos de cooperação, vemos similaridades entre as relações sociais que ocorrem entre os homens com seus projetos individuais, sendo que pela não socialização de interesses coletivos, muitas vezes a falta de estrutura e o não aprofundamento de parcerias em profundidade acaba atingindo os projetos. Já no que diz respeito aos processos de coordenação, verifica-se um maior desenvolvimento e aprofundamento dos vínculos sociais entre indivíduos e instituições. De certo, identificamos através de Gonçalves (2012), que só os processos de colaboração podem construir projetos sustentáveis e que fomentam um verdadeiro engajamento entre os participantes.

Em síntese, segundo Boutinet (2002), cada sujeito deve se responsabilizar, por meio de seus projetos, pela busca da construção de laços sociais que possibilitem a transcendência individual e coletiva através da colaboração dentro das ações sociais. Para ele, é a partir da elaboração desses projetos, sejam eles individuais ou coletivos, que se fomentam e legitimam as identidades e o reconhecimento da alteridade. Nesse sentido, podemos concluir o papel de devir do projeto enquanto uma ação de controle e domínio do tempo prospectivo, além de formador de identidades nos territórios.

2.3. Terceiro movimento (Allegro) - O território e as redes

Por certo, os projetos, mesmo que não elaborados com esse intuito, atuam como embriões de genes culturais, que em si, acabam constituindo os elementos necessários para a caracterização de microculturas com seus processos identitários. Eventualmente, podemos interpretar que o meio da cultura técnica, por assim dizer, pode ser observado como um ecossistema comunicativo complexo que tem como mecanismo o capital cultural a partir de suas três fontes: objetivo, incorporado e institucionalizado. Contudo, isso quer dizer que dentro de uma rede criada a partir da cultura técnica, nós teremos padrões de comportamento e elementos estruturantes que se repetem por entre as mais diversas áreas da rede no território.

Uma questão que nos chama a atenção geralmente é o que possibilita a manutenção e a expansão dessas redes? Comumente acreditamos ser a socialização de interesses comuns que permitem o desenvolvimento de relações sociais mais engajadas em torno de causas sociais e locais. Nesse ínterim, vemos que conforme a própria rede é construída pelos seus membros, ela estabelece padrões que deverão ser seguidos pelos próximos ingressantes, seja no modo de convivência, seja nos padrões de comportamento dentro da rede, seja na forma de lidar com parceiros externos. Assim sendo, os efeitos da criação dessa rede podem ser sentidos com o passar do tempo, dentro da comunidade interna e na comunidade externa do território em questão.

Nesse sentido, a rede quando se estabelece num determinado território, pode tanto construir relações de parcerias com atores sociais, quanto articular novos órgãos estatais para assim conseguirem desenvolver ações sociais mais efetivas. É claro que nesse processo de fomento a novas ações podem-se encontrar resistências culturais de membros anteriores à rede e que veem essa nova estratégia política como desnecessária. No entanto, as ações desenvolvidas dentro dessa rede devem ser dialógicas a tal ponto que não propaguem violência simbólica

nas culturas locais e nem castração dos elementos culturais característicos da mesma.

Uma das condições essenciais para a criação de espaços democráticos de decisão é o fortalecimento da cidadania dos indivíduos e a promoção de reflexões críticas para estabelecer relações mais humanas e horizontais nas comunidades. Nesse sentido, é crucial promover o diálogo e a reciprocidade positiva e simétrica (MAUSS, 1974). Pensar em uma "Antropologia do projeto" significa mapear as ações como "nós" e células de nucleação de relações dialógicas, permitindo compreender as inter-relações sociais e a diversidade cultural da rede social, além de analisar suas diversas facetas conectoras de instituições e pessoas (MEDEIROS; SOUSA, 2016). Com isso, será possível fomentar a criação de políticas institucionais de extensão universitária que viabilizem espaços de diálogo em todo o território paraibano, a colaboração, a cooperação e a coordenação coletiva.

Logo, para se desenvolver ações efetivas dentro de uma rede é necessário que os vínculos entre os indivíduos componentes da mesma sejam criados e mantidos frequentemente através de espaços coletivos de socialização e tomada de decisão compartilhada. Além do que, formar ecossistemas comunicativos a partir de paisagens culturais dentro de redes de colaboração, auxilia os próprios processos de aprimoramento e fortalecimento tanto da rede em si quanto dos atores sociais e colaboradores. Portanto, a ideia de construir redes baseadas em parcerias horizontais que permitam a criação de ações conjuntas entre beneficiários e atores sociais, juntamente com o diálogo multisetorial com parceiros sociais na sociedade, é fundamental para a formação de ações com planos de trabalho estruturados que possam viabilizar a formulação de ações mais efetivas em comunidades.

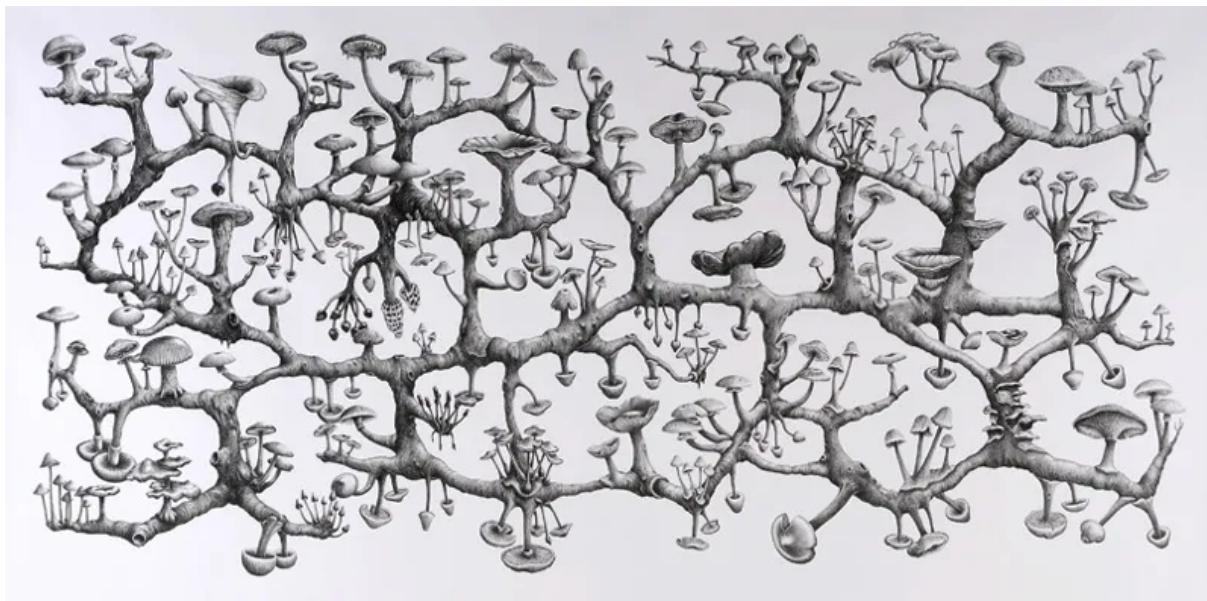
Para Habermas (1997), o cidadão também deve ter responsabilidade pela gestão do Estado na criação de políticas pautadas em ações comunicativas. A construção de ações em redes baseadas em pressupostos das ciências sociais e vinculadas ao território formam teias de parceiros em comunidades. Por outro prisma, nessas teias, a compreensão da cultura a qual se quer analisar permite identificar suas características e subjetividades (GEERTZ, 1989), podendo por meio

desta, gerar processos transformadores. Já a "interlocução dialógica", enquanto processo educacional, permite a construção de elementos estruturantes para uma cultura da dialogicidade na a criação de políticas institucionais de extensão indutoras de na participação e transformação da realidade social.

Paralelamente, esse processo de reterritorialização ocasionado pelos projetos tende cada vez mais a formular novas parcerias, tornando-se um campo ainda mais heterogêneo englobando ações multiculturais e multi-espécies como diria (TSING, 2019). Esses movimentos deixam rastros no território, traçando linhas de voo dançantes, parafraseando Deleuze e Guattari (1995), que perpassam os mais diferentes grupos e compõem não territórios de passagem, mas sim territórios de construção colaborativa. Mediante o exposto, partindo da "Interlocução Dialógica" até a "Antropologia do projeto", podemos observar a relevância do uso de processos metodológicos imersivos também no ciclo das políticas públicas para o fomento à gestão social e a governança territorial.

Desse modo, a adição da "interlocução dialógica", enquanto forma de comunicação, num conceito de rede baseada no rizoma, pode desvelar teias de significados e significância, redes de transversalidades. A "Interlocução Dialógica" pode não só ser potencializada pela leitura do etnógrafo sobre a cultura do nativo como nos trouxe Geertz (1989), mas pelo seu papel como aprimorador da leitura crítica e aprofundada da realidade local feita pelos próprios nativos. Os indivíduos colaboram mutuamente justamente ao se inserirem em processos de articulação social para criação das ações de extensão e políticas interinstitucionais através de processos de interlocução baseados na democracia participativa. A nosso ver, essas junções possibilitam a construção de pressupostos de um design social de redes rizomáticas.

Figura 4: Emaranhado rizomático



Fonte: Richard Giblett²⁸ (2009).

Por conseguinte, teremos uma rede de formulação de ações colaborativas que desenvolvem, como diria Tsing (2019), “emaranhados” de projetos coletivos. Assim podemos identificar as conexões rizomáticas estabelecidas pelas linhas de voos no território através da elaboração e implementação dos projetos em si. Nesse processo, rizomático para Deleuze e Guattari (1995), e micorrízica para Tsing (2019), observamos o emaranhado de nós protagonistas no território. Por fim, a partir do processo de desterritorialização das ações, e da consequente simbiose cultural, os projetos surgem tais como produtores de paisagens culturais, tal como os guaiamuns para Silveira (2020).

2.4. (Rallentando) - As Culturas dos Projetos

A princípio, quando se com lida com a multiplicidade conceitual e cultural dos territórios, é possível que entre linhas de voos como “nós²⁹” (atores sociais), conexões (parcerias) e platôs (projetos) surjam em efêmeros lapsos de tempo,

²⁸ Trabalho recente: 2006-2009, representado por Galerie Dusseldorf 21. Mycelium Rhizome, 2009 Lápis sobre papel 120 x 240 cm Coleção do artista Representado por Galerie Dusseldorf.

²⁹ Aqui o termo “Nós” é utilizado como o plural de “Nó”, no sentido de conexão entre dois pontos ou mais.

elementos simbióticos entre teorias e práticas. É claro que entendemos que por ser uma ideação teórica e pela necessidade aprofundamento do tema em questão, sequer apenas tocamos a superfície e que há muito ainda para se analisar e refletir sobre os presentes temas aqui apresentados. Sendo o objetivo final deste ensaio teórico o de refletir a relação homem-projeto-tempo, acredita-se que os apontamentos aqui levantados, a partir da bibliografia utilizada, foram suficientemente provocadores para que possamos alcançar o cerne básico da relação em si.

Com esta reflexão, pudemos aprender mais sobre o que estruturam os elementos da relação homem-projeto-tempo, suas características e especificidades, além de poder vislumbrar uma necessidade maior de aprofundamento sobre o campo da "Interlocução Dialógica" e da "Antropologia do projeto" como campos das ciências sociais. Este trabalho não possui o intuito de preencher a lacuna existente entre estes dois campos do conhecimento, apenas de aproximar e contextualizar uma possível área a ser desenvolvida num presente futuro. Dessa forma, esperamos poder, se não responder alguns apontamentos relevantes para a área, ao menos lançar provocações acerca das possibilidades de estudo nesse segmento.

Em virtude da "Interlocução Dialógica" soar enquanto método imersivo de elaboração de projetos e a "Antropologia do projeto" ascender como área de conhecimento proveniente de uma Antropologia da Educação, experienciamos aqui o começo de uma relação com grandes indícios de prosperidade. Como contribuições, tivemos a conceituação e a aplicação dos conceitos de "Interlocução Dialógica", da "Antropologia do projeto" numa ideação de processo de formulação de rede social. Com isso, é possível verificar que, como método de análise, podemos utilizar a "Antropologia do projeto" para analisar em profundidade a construção de redes e com a "Interlocução Dialógica" podemos transformar a forma de elaborar projetos com vistas a favorecer processos de construção em que a comunidade-alvo da ação se veja como sujeito e protagonista dos processos de tomadas de decisão.

Por ser uma pesquisa a nível de mestrado acadêmico e por conseguinte ter a característica de tempo reduzido, consideramos que o que foi refletido aqui ainda é

embrionário e muito se tem para aprofundar dentro da referida intercessão de temas. Além disso, faz-se necessária a aplicação e experimentação dos conceitos numa rede social já existente, pois tipos ideais são limitados e apenas nos ajudam a compreender de modo geral. Assim, vemos que há inúmeras possibilidades de trabalhos a serem produzidos.

Nesse sentido, temos uma possibilidade de aprofundamento do conceito de capital temporal aplicado a projetos. Podemos pesquisar sobre o processo de simbiose entre o "Design Etnográfico" e a antropologia cultural. Outra pesquisa futura seria sobre cultura e comportamento, a partir da psicologia da educação. E por fim, sobre a relação entre novas tecnologias, a antropologia digital e as políticas públicas, e a relação entre trabalho e tempo.

Assim, vê-se que ainda há muitas linhas para serem trilhadas nos territórios dos campos de conhecimento da "Interlocução Dialógica", da "Antropologia do projeto" e da educação, além da administração pública. Destarte, este trabalho como pesquisa exploratória cartografa possíveis trilhas de aprendizagem tanto sobre projetos quanto sobre redes, tema que abordaremos mais especificamente no Capítulo III - A Antropologia das Redes rizomáticas. Enfim, é claro que a aplicação destes conceitos não se faz limitada apenas nesses três aspectos, pois como um novo campo de conhecimento, ainda há muito para se desterritorializar.

3. CAPÍTULO 3 - "A ANTROPOLOGIA DAS REDES RIZOMÁTICAS"

A compreensão da relação entre cultura, projeto e tempo é essencial para entender as dinâmicas sociais e mentais das sociedades contemporâneas, especialmente no contexto ocidental. Cada grupo tem seu próprio ritmo de ação, que muitas vezes é desigual entre os grupos e indivíduos, devido a múltiplos fatores. Os projetos refletem as aspirações culturais, criados tanto pelas classes dominantes quanto pelas classes dominadas. A aplicação da "Antropologia do projeto" no estudo de instituições públicas permite a compreensão das inter-relações sociais e da diversidade cultural das redes sociais nessas áreas. Este terceiro capítulo se concentrará na análise de como esses elementos se manifestam em culturas organizacionais.

3.1. Antropologia Organizacional

Para assimilarmos o que dita o ritmo das ações dentro das instituições e organizações públicas começamos pela reflexão sobre a cultura do tempo, o capital temporal e as culturas de projetos. No entanto, para penetrar nas entranhas dessas mesmas entidades públicas, é preciso nos debruçarmos sobre outras culturas, a saber: a organizacional, a extensionista e a dialógica. Portanto, nesta trilha ensaística iremos abordar temas como o Estado, a Burocracia, Identidades institucionais e Extensão universitária na busca de representar antropologicamente nossa subcultura em rede.

Toda antropologia tem seu objeto de estudo, seja a antropologia social, a cultural, da saúde, da infância, entre outras, com a antropologia organizacional não é diferente. Pensar numa antropologia organizacional já nos remete quase que instantaneamente a seu objeto de estudo: a cultura organizacional. Logo, uma área de conhecimento que pesquisa as instituições, sejam privadas, públicas ou mistas. De acordo com Robbins (2005, p. 375), esta cultura específica remete “a um sistema de valores compartilhados pelos membros que diferencia uma organização das demais”. Por assim dizer, é ela que busca traduzir o “código organizacional”, ou seja, a essência institucional e o que faz essa organização ser o que ela é.

Dito isso, o cenário que se desnuda em nossa frente é o de que a antropologia organizacional procura interpretar as diferentes formas de interação entre os indivíduos dessa organização, de qual modo seus relacionamentos são estabelecidos e como estes por sua vez impactam os comportamentos e a convivência dentro da mesma. Se analisarmos uma instituição sob a ótica de uma cultura viva, será possível observar que “assim como a sociedade tem uma herança cultural, as organizações sociais têm padrões distintos de sentimentos e crenças coletivas que são transmitidas aos novos membros do grupo” (Chiavenato, 1988:22, tradução nossa). Consequentemente, esse mesmo órgão fomenta a sua própria cultura e a modifica perante a soma das relações entre seus próprios sujeitos.

3.1.1. Identidade institucional

Aqui se faz necessário mais um recorte epistemológico, visto que o setor no qual estamos focando é o público, logo, estamos falando de instituições públicas. Este tipo de organização governamental, mantida muitas vezes com recursos públicos, tem como propósito oportunizar a salvaguarda de direitos e deveres dos cidadãos, além do bem-estar social. Ao analisarmos a cultura organizacional em instituições públicas, segundo Nepomuceno et. al. (2021), devemos ter atenção para com os interesses públicos e políticos, com governos e gestores públicos, ademais com regionalismos e especificidades das áreas de trabalho. Resumidamente, etnografar instituições públicas é cartografar subculturas na forma de organizações complexas e muitas vezes mutantes, nas quais simultaneamente há tanto a execução de seus serviços específicos quanto aprimoramentos orgânico-culturais.

Neste aspecto, inclusive é possível falarmos em identidade institucional, hoje frequentemente resumido em manuais organizacionais à tríade visão-valores-missão. No entanto, Remedi (2004, p. 34) nos aponta que uma identidade institucional é composta pelas

“formas como os sujeitos constroem sua subjetividade em determinados espaços vividos, como sentido de pertença coletiva, com significados compartilhados, memória coletiva, mitos e crenças fundacionais, linguagens, estilos de vida e sistemas de comportamento”.

Por assim dizer, nos soa como um processo de afinação identitário, no qual todas as características marcantes dessa organização entram em sintonia, se estabilizam e a representam harmonicamente.

[...] A lógica do discurso identitário assume um sujeito estável, isto é, temos assumido que há algo que nós podemos chamar de nossa identidade, o que, em um mundo que muda rapidamente, tem a grande vantagem de permanecer imóvel. Identidades são uma forma de garantia de que o mundo não está se desmoronando tão rapidamente quanto algumas vezes parece. É um tipo de ponto fixo do pensamento e do ser, uma base de ação, um ponto parado no mundo em transformação. Este é o tipo de garantia última que a identidade parece nos prover (HALL, 2016, p. 317).

Os componentes de uma identidade podem sim se harmonizarem, mas isto não quer dizer que eles não possam mudar. Se pensarmos na identidade enquanto produto de uma determinada cultura, as transformações tanto dos sujeitos quanto do mundo exterior podem causar novas alterações nas relações entre o grupo e parte dessa cultura ser alterada, resultando assim numa ou em novas representações identitárias. Essa reflexão é corroborada por Barth (1998), para ele, os sujeitos que integram uma cultura, colaboram mesmo que sem consciência de tal feito, para o aprimoramento da identidade desta mesma comunidade. Logo, uma cultura organizacional pode estar constantemente fomentando novas identidades tanto para os indivíduos quanto para si enquanto instituição.

[...] o processo de produção da identidade oscila entre dois movimentos: de um lado, estão aqueles processos que tendem a fixar e a estabilizar a identidade; de outro, os processos que tendem a subvertê-la e a desestabilizá-la. [...] tal como a linguagem, a tendência da identidade é para a fixação. [...] A fixação é uma tendência e, ao mesmo tempo, uma impossibilidade (SILVA, 2007, p. 85).

É importante salientar que num processo consciente de representação identitária, não é qualquer diferença que caracteriza uma identidade institucional, mas sim as diferenças mais significativas aos sujeitos, como propôs John Hall (2001, p. 216). Nesse processo coletivo de composição identitária de si, do outro e da sua própria cultura, em quaisquer níveis que ela esteja, há a possibilidade de novas reelaborações dos códigos culturais. Essa constatação nos revela que parte do

processo de representação é determinado pela autoria dos próprios sujeitos em seus processos de autodeterminação.

Segundo Giddens (2002), nesses processos construtores de *autoidentidade* nas instituições modernas, as ações dos sujeitos podem gerar influências sociais que implicam outras culturas a nível global. A partir dessas influências novas identidades culturais fluidas e transitórias tem se alimentado de novas tradições no mundo produzido novas culturas complexas (HALL, 2006) Para podermos poder visualizar mais nitidamente alguns elementos-chave para a análise de uma identidade institucional, Oliveira (2010, p.08) os aponta como:

“estrutura organizacional da empresa, seu estatuto legal, sua herança histórica, os padrões de comportamento de seus integrantes, suas instalações, seu capital e seu patrimônio, assim como todas as suas atividades produtivas, técnicas e métodos utilizados, linhas de produtos e serviços, estrutura de preços e características de distribuição”.

Em vista desses elementos, é possível visualizar a identidade institucional numa perspectiva mais voltada à cultura organizacional e em certo aspecto estruturalista. Alguns outros elementos tão importantes quanto estes e que nos podem gerar mais informações contextualizadas são o ambiente, o tempo, a cultura na qual a organização está inserida, o Estado e a sociedade, a Região e a microrregião, a economia, a história, arquitetura, etc. Atentarmos a estes outros elementos podem nos permitir a geração de análises mais aprofundadas do que compõem as identidades que perpassam essas instituições públicas.

3.2. Do Estado às Culturas Burocráticas

Antes de falarmos de Culturas Extensionistas temos que ruminar algumas ideias sobre o Estado e suas conceituações. Conceito há muito debatido entre as Ciências Sociais, Estado é uma daquelas categorias alvo de disputas epistemológicas por um cem número de autores. Dessa forma, iremos nos limitar apenas à essência que caracteriza e nos auxilia a representar de modo mais consistente nossos conceitos.

Marx Weber foi uma das primeiras e maiores autoridades das Ciências sociais a elaborar uma conceituação própria do que é o Estado. O autor (1947), traça primeiro uma tríade que nos permite aprimorar o entendimento de Estado por meio de um composto entre a dominação, o monopólio do uso da força física e a territorialidade, instrumentalizados através da burocracia. A partir disso, os estudos de Weber e os que se baseiam em suas produções tendem a enfatizar o Estado enquanto uma entidade de dominação.

Seus trabalhos foram importantes para que mais tarde o etnólogo e antropólogo Lawrence Krader fundamentasse sua própria ideia de Estado. De acordo com Krader (1968), o Estado é símbolo de um modelo de fragmentação política do mundo, sendo ele uma instituição política única de um determinado território, resultante das relações de identidade de um povo, das relações exteriores, militares, entre outras. Sendo assim, pensar o Estado é pensar também numa forma de organização política integrada e que

"[...] não é uma coisa independente, mas é a instituição da sociedade na qual o poder político está concentrado e monopolizado [...] O Estado é a instituição política que definimos como uma instituição de governo [...] O Estado é uma instituição da sociedade, o órgão da lei central [...] O Estado é a instituição que unifica, defende e controla a sociedade explicitamente." (LAWRENCE, 1968, p. 49)

Um autor que corrobora com a perspectiva de um Estado enquanto sistema centralizador é Pierre Bourdieu. Para ele, o Estado age na qualidade de “autoridade soberana exercendo-se sobre um povo e um território determinados, como conjunto dos serviços gerais de uma nação, dos serviços públicos, como se diz (poder central, poder público, administração, etc.)” (BOURDIEU, 2012, p. 237). Isso nos revela uma faceta do Estado tal qual um sistema de organização da sociedade alicerçado no poder sobre o povo e o território.

Ao tratar de poder e controle sobre um povo, o antropólogo cultural e social, Michael Herzfeld (2016), nos chama a atenção sobre um agente do poder estatal, os funcionários públicos. Segundo Herzfeld (2016), são os funcionários do Estado que administram as ações das organizações públicas através da criação de estereótipos. Essas classificações dos sujeitos são tratadas como peças-chave para a exclusão

cultural e social. Outrossim, parte dos atores sociais se utilizam da estrutura estatal para amparar suas próprias ações. Por consequência, temos organizações e instituições suscetíveis aos interesses de determinadas classes e grupos da sociedade.

Além disso, como já vimos anteriormente, as organizações formulam suas próprias identidades e com isso, criam culturas organizacionais. Essas mesmas culturas institucionais por sua vez são produto das relações entre o Estado, o Governo atual, a cultura local, os funcionários públicos, as influências econômicas do Mercado local e internacional. De modo geral, este se torna um processo de aculturação através do qual estas múltiplas influências e interações sociais homogeneizam comportamentos e padrões culturais dentro das organizações e que são também refletidos nas populações que delas fazem uso.

Bourdieu (2012, p. 306.) formula que estes padrões de classificação social e cultural só são obedecidos pelos agentes do Estado pelo fato de determinados sujeitos e populações possuírem estruturas cognitivas e mentais que tornam possíveis a influência do mesmo. Em outras palavras, o Estado se torna gerador de formas de classificação, para Bourdieu chamadas de “estruturas estruturantes”, tudo isso sem ser necessário a presença de ordenamentos, imposições ou uso de força. Resumindo, o Estado fomenta suas próprias culturas, por elas é influenciado e influencia os pensamentos de seus servidores públicos sem ao menos fazê-lo diretamente.

Certamente não há apenas uma única forma de analisar Estados-nação burocráticos, a questão é: por onde começar? Herzfeld (2016) nos alerta que para entender a atuação do Estado por meio de seus funcionários públicos, não é necessário avaliar diretamente o instrumento de ação do Estado na sociedade, que é a burocracia, mas sim como ela tem impacto na vida da população e como as pessoas reagem a ela. Ou seja, esmiuçar os processos ritualístico-burocráticos em sociedades de pequena escala.

Herzfeld (2016) argumenta que a transformação na cultura é constatada por meio da retórica, o modo pelo qual a burocracia constitui as organizações e a

sociedade. Com isso entendemos que é mediante processos linguísticos como argumentação, persuasão e convencimento, entre outros, que a burocracia (re)codifica as instituições. Isso não quer dizer que as burocracias públicas sejam imponentes processos de homogeneização, elas podem se relacionar com outros métodos, evoluírem e gerar novas burocracias mutantes.

Nesses processos de eclosão de novas culturas burocráticas sempre é possível que as relações sociais entre grupos divergentes as levem para o estabelecimento da estereotipização. Uma delas é a que se dá quando na relação nós-eles, funcionários públicos-beneficiários, professor extensionista-cidadão ou como chamou Norbert Elias (2000), a figuração “estabelecidos-outsiders”. Esses estereótipos muitas vezes são fomentados por ideologias nacionalistas como apontou Herzfeld (2016). Desse jeito, as culturas burocráticas criam ecossistemas de perpetuação das desigualdades sociais, culturais, de gênero, políticas e de classes nos territórios.

Por isso, é preciso repensarmos o tipo de cultura organizacional que estamos construindo e fomentando em nossas instituições públicas. Visto que as mesmas são partes importantíssimas dos processos de transformações culturais na sociedade, é imprescindível elaborarmos modelos dialógicos de gestão institucional vinculados aos territórios. Com vistas a evitar, em nível institucional, o prolongamento das desigualdades de quaisquer tipos elas sejam, com qualquer minorias, grupo étnico ou social.

De acordo com Bourdieu (2012), o Estado é o principal promotor de ferramentas para a transformação da realidade na sociedade. Para ele, a ausência do Estado faz com que as instituições se voltem para os “ritos de instituição”, práticas que forjam diferenciações entre os sujeitos que se submeteram e os que não passaram pelo rito. Um exemplo de rito de instituição é a confecção e recebimento de um certificado de conclusão de ação de extensão universitária. Indubitavelmente, há milhares de ritos de instituição, cada um tão complexo quanto a instituição na qual é formulado.

Ainda para Bourdieu (2012), só há duas formas para a existências de instituições na sociedade e que sem haver reciprocidade em ambas, uma instituição é ineficaz. Segundo o autor, uma instituição só pode obter êxito em suas ações se ela existir tanto na realidade (através de dispositivos legais e processos burocráticos) e na mente dos sujeitos. Ou seja, uma instituição que não possui identidade institucional e por isso não existe na mente da população ou só existe na mente dos sujeitos e não tem ações reais no território, é uma instituição inexistente.

Nessa perspectiva, podemos compreender que culturas burocráticas são tornadas realidades pelas instituições, independentemente da área, sejam elas públicas ou privadas. Como vimos anteriormente, a burocracia é possibilitada por influência de vários fatores, desde as culturas, a economia e o mercado, o Estado e a própria sociedade. Além disso, outro fator que leva as culturas burocráticas à frente é justamente a influência das instituições de ensino nesse processo de perpetuação durante a formação de sujeitos mediados através dos processos burocráticos e ritos burocratizantes.

Através de seus ritos institucionais e das culturas organizacionais (burocráticas), as instituições de ensino remodelam os processos de ensino-aprendizagem para lidarem com as novas necessidades centralizadoras dos processos. Com as instituições de ensino superior públicas (IESP's) não é diferente, pois estas por sua vez também estão sujeitas às influências do Estado e do Governo. Consequentemente, ao depender dos interesses privados de determinados grupos econômicos e políticos sobre o Governo, são realizadas mudanças estruturais e políticas que impactam as culturas das organizações.

Conforme Bourdieu (2012), o Estado, por intermédio das instituições de ensino e sistemas de educação, facilita a reprodução da ordem simbólica, o que colabora para a perpetuação da ordem social. O prosseguimento da ordem social, tal como foi estabelecida pelas classes políticas dominantes, muitas vezes reflete na manutenção do *status quo* e consequentemente no aprofundamento das desigualdades na sociedade. Essa conjectura revela a disposição contraditória do Estado enquanto um ente que deveria atuar para a transformação social e não o faz.

Bourdieu (2012) ainda nos diz que uma das formas de ordenamento social é através da combinação entre a ordem temporal e a cognitiva. Quer dizer, o tempo público é construído de modo a que todos os sujeitos de uma dada sociedade alterem suas ações cotidianas para coincidirem com o tempo prospecto pelo Estado. Afinal, o tempo público é o tempo do Estado e segundo os interesses dos controladores do Estado os tempos individuais, os tempos das vidas dos sujeitos devem ser padronizados. Esta é apenas uma das formas de controle e ordem social a qual o Estado nos impõe.

3.3. A invenção da Cultura extensionista

As culturas extensionistas são resultado das atividades de extensão realizadas por instituições de ensino públicas e privadas, que são, por sua vez, baseadas nas políticas institucionais dessas organizações. Portanto, para falarmos dela, antes temos que falar sobre a formulação dessas políticas institucionais e os impactos gerados por elas nos territórios. Dessa forma, será possível compreender também como as ações de extensão se adequam às culturas locais e vice-versa.

Conforme Solange Santana (2019), as políticas institucionais são guias para as condutas a serem tomadas por uma organização e seus membros na realização de suas ações. Para a autora, essas políticas, a partir da missão, dos valores éticos e da visão da organização, direcionam o gerenciamento das ações executadas, sejam elas projetos, programas ou quaisquer outro tipo de atividades. De modo geral, podemos concluir que as políticas institucionais buscam condicionar a cultura organizacional das organizações.

Podemos afirmar que a influência que recebem tanto de agentes públicos quanto privados afeta a formulação de políticas institucionais de uma instituição pública. Por meio dessas políticas, esses agentes externos podem influenciar as ações futuras da organização. Com base em Repolês (2003), desenvolver políticas institucionais é estar constantemente sujeito a tensões no meio de interesses privados e públicos. Assim, a gestão de organizações e entes públicos revela-se

pautada por interesses mistos e que muitas vezes podem gerar relações conflituosas.

No entanto, estas mesmas políticas institucionais podem ser compreendidas como facilitadoras de tomadas de decisões, desde que estejam de acordo com dispositivos e aparatos legais. Na medida em que ela aprimora os processos de gerenciamento, ela também pode nos auxiliar na construção de culturas organizacionais mais robustas e compromissadas com o interesse público, desde que haja instrumentos de participação e gestão social. Novamente, isso só é possível se os dirigentes da instituição prezam pelos preceitos democráticos e constitucionais.

Por fim, essas mesmas políticas institucionais podem vir a servir como fomentadoras de ecossistemas comunicativos e transparentes. Isso se dá através da implementação de ferramentas de diálogo entre a população e a comunidade interna da organização, e o desenvolvimento de uma cultura dialógica que possibilite o acesso à informação qualificada. Dessa forma, as políticas institucionais se tornam políticas indutoras de transformações culturais e sociais nos territórios.

Entre as diversas políticas institucionais indutoras que podem ser implementadas, as instituições de ensino podem realizar programas de extensão universitária. Um programa de extensão universitária, concebido como uma política institucional, fornece diretrizes para planejamento, desenvolvimento, execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação de uma rede extensionista específica. Ou seja, uma rede de colaboração formada membros de uma comunidade proponentes de ações de extensão num determinado território.

No que se refere à Extensão, suas diretrizes são estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação - CNE em sua Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018. De acordo com o CNE (2018), a Extensão é uma ação interdisciplinar que está integrada aos currículos dos cursos de graduação e à pesquisa acadêmica. A extensão visa fomentar a colaboração entre diferentes setores da sociedade, e permite a geração e consolidação de novos conhecimentos através de interações entre a pesquisa e o ensino. Apesar do nome "extensão universitária", esta atividade

não está limitada às instituições de ensino superior, mas é desenvolvida em vários níveis educacionais no Brasil.

Esta Resolução teve como objetivo também a sistematização da Meta 12.7 da Lei Nº 13.005, de junho de 2014, o Plano Nacional de Educação. A Meta 12.7 visa o fortalecimento da extensão ao tornar obrigatória a inclusão dela em pelo menos 10% da carga horária total dos cursos de graduação, o que mais tarde foi comumente chamado de “Creditação da extensão”. Por exemplo, a inserção seja de atividades ou de disciplinas de extensão, promovem um aprimoramento tanto da própria extensão a aproximando mais das reais demandas da sociedade quanto da validação de conhecimentos em novos espaços, que não apenas os da própria IES.

Para a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) na Resolução Nº 61/2014, a extensão é indissociável do ensino e da pesquisa, e representa enquanto processo educativo, através de suas várias formas, a saber: culturais, científicas e tecnológicas, conexões transformadoras a partir da relação universidade-sociedade. Esta resolução ainda traz que há dois caracteres de ações, as eventuais e as permanentes. Logo, temos ações de fluxo contínuo e ações desenvolvidas circunstancialmente.

De modo geral, podemos entendê-la como processos educativos que objetivam construir conhecimento juntamente da sociedade, vinculado a problemas sociais reais e que podem ser vinculadas a projetos de ensino e pesquisa. Os formatos mais comuns de ações de extensão são projetos, programas, oficinas, cursos, prestação de serviços, incubação de projetos e empreendimentos sociais, etc. Isso nos revela a grande capacidade de adaptação da extensão para a resolução de questões socialmente relevantes.

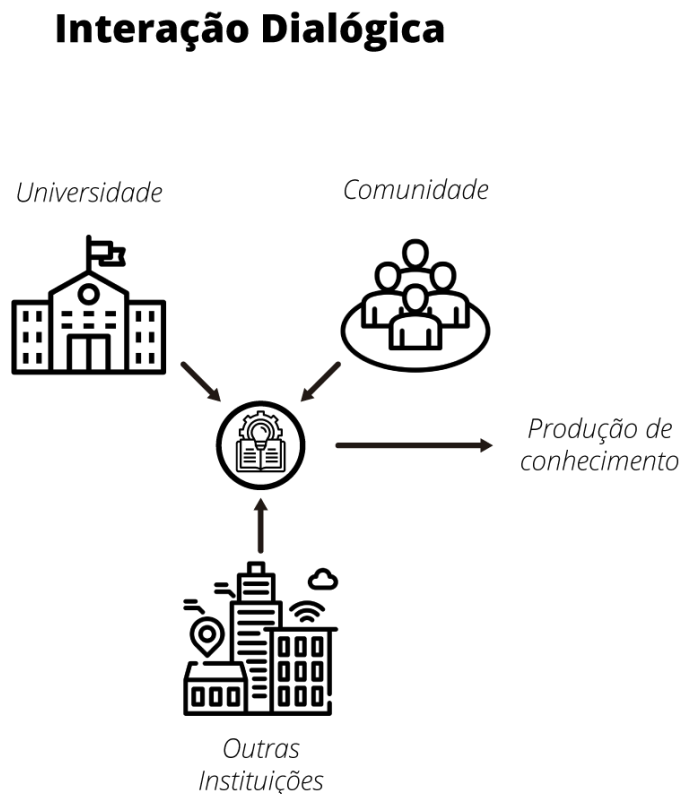
Segundo Paulo Freire (1983), que inseriu a extensão como tema central de seu livro “Extensão ou Comunicação”, indicando que seria preciso revisitarmos os conceitos até então cunhados para a mesma e reconstruir epistemologicamente a área. Para Freire, teríamos que aproximá-la mais do entendimento de construção de pontes dialógicas, críticas e equânimes com as comunidades, ou seja, ações desenvolvidas em parceria ao invés da inserção de comunidades apenas como

“recebedoras” das ações de modo acrítico. Dessa maneira, a “comunicação” ou “extensão cidadã” seria um meio pelo qual fomentaríamos uma sociedade mais justa e igualitária.

A partir dessa perspectiva freiriana, foram traçadas diretrizes que embasam até hoje o conceito de extensão atualmente defendido pelo Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX, 2012). Também intituladas de 5 I's (que na verdade são seis), ao total são cinco diretrizes para as ações de extensão universitária: 1 - Interação Dialógica; 2 - Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; 3 - Indissociabilidade Ensino - Pesquisa - Extensão; 4 - Impacto na Formação do Estudante; e 5 - Impacto e Transformação Social. Por assim dizer, essas diretrizes têm como objetivo fomentar ações extensionistas integradoras entre as instituições de ensino, as comunidades e seus respectivos públicos-alvo.

A primeira diretriz é a Interação dialógica que indica a necessidade de instituir relações dialógicas para a construção coletiva de conhecimentos a partir da Relação Universidade-Sociedade (RUS). Através da disponibilização de instrumentos de participação social e da socialização dialógica de saberes, ela procura fomentar a inclusão social e a redução das desigualdades. Em vista disso, a interação dialógica está focada no tipo de vínculos e relações sociais construídas com as comunidades.

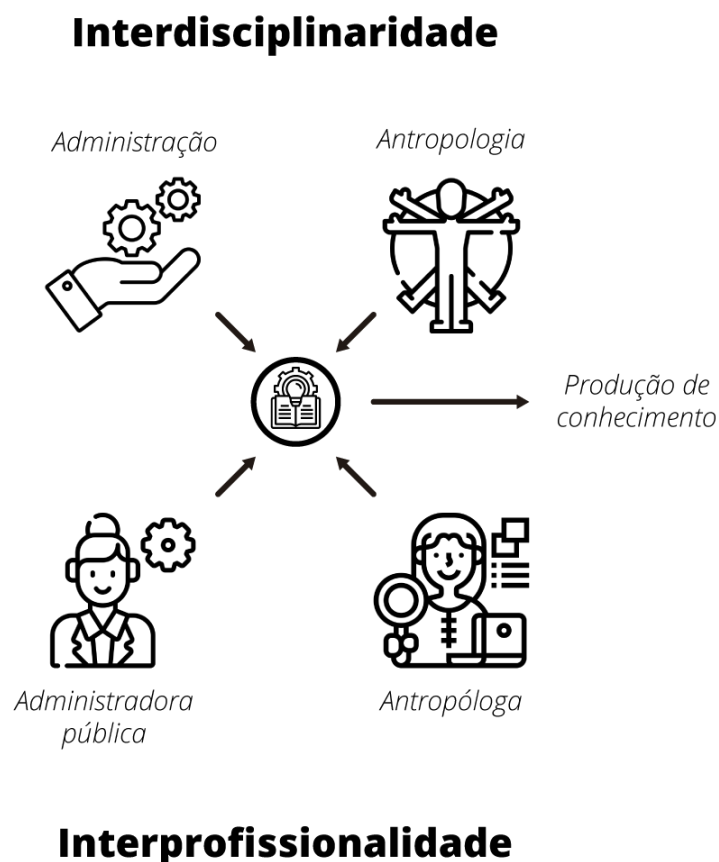
Figura 5: Fluxo da Interação Dialógica



Fonte: O autor.

A segunda diretriz é a da Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, a que por intermédio da construção de novos conhecimentos especializados entre disciplinas e profissões de áreas distintas, busca solucionar problemas específicos. Por exemplo, a partir da necessidade do desenvolvimento de um novo método de formulação de políticas públicas, por meio da junção de conhecimentos das áreas da Administração Pública e da Antropologia, gerou-se o Design Etnográfico (Metello, 2018). O propósito dessa diretriz é possibilitar que as ações de extensão atuem como ecossistemas de inovação científica e prática na sociedade.

Figura 6: Fluxo da Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade

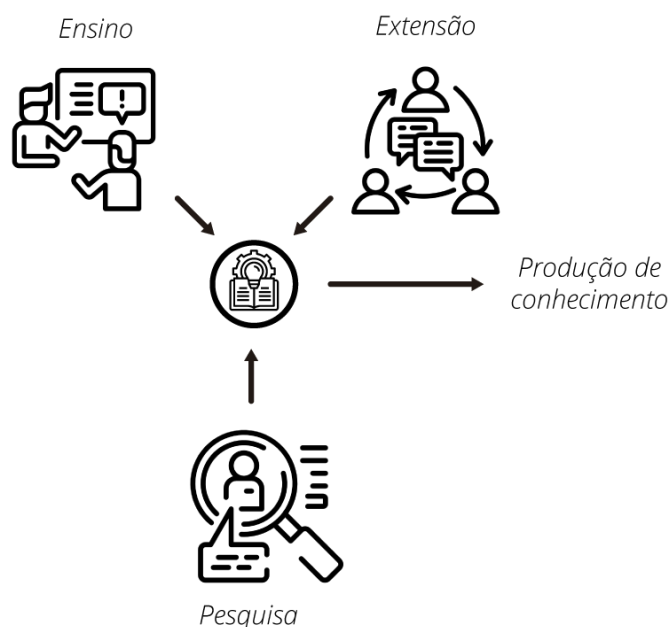


Fonte: O autor.

A terceira diretriz é a da “Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão” que vem reforçar a importância da Extensão universitária enquanto processo educativo aliada às ações de ensino e pesquisa nas instituições de ensino brasileiras. Nessa diretriz, há uma reformulação do entendimento acerca dos espaços e ambientes de aprendizagem agora não vistos mais apenas como a sala-de-aula, na qual há uma expansão da comunidade aprendente (professores, técnicos e funcionários, além da comunidade externa). Há a substituição da relação “professor-aluno” pela relação “comunidade-estudante-professor” com foco no protagonismo estudantil. Em suma, além da ampliação das possibilidades metodológicas ativas, inovadoras e imersivas, essa diretriz procura a produção integrada de saberes na relação ensino-extensão-pesquisa.

Figura 7: Fluxo da Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão

Indissociabilidade entre



Fonte: O autor.

A quarta diretriz é a de que toda ação de extensão deve gerar impacto positivo na Formação do Estudante, tanto no seu aprimoramento profissional quanto em saberes elaborados a partir de questões contemporâneas. Uma gestão democrática e participativa da extensão contribui para a geração de redes extensionistas mais plurais e dialógicas. Além disso, o impacto na formação estudantil pode ser ampliado quando há uma vinculação das ações de extensão com a cultura dos estudantes e a realidade regional.

A quinta e última diretriz é a do Impacto e Transformação Social. Ela prioriza o estabelecimento da relação da Universidade com a sociedade, com vistas a mudança social e a qualidade de vida das comunidades. Com esse objetivo, a extensão universitária fortalece as comunidades e o território, auxiliando assim para o desenvolvimento regional e social, além do melhoramento das políticas públicas e sociais. Além disso, ao procurar a transformação social do território, a universidade transforma a si mesmo e a sua comunidade interna.

Como resultado dessas perspectivas e diretrizes, temos que a extensão universitária revelou-se como um instrumento relevante para a construção de relações entre a sociedade e as instituições de ensino. O produto dessas parcerias não poderia ser outro que não a contribuição para a resolução de problemas complexos e evoluções mais rápidas, tanto em níveis regionais quanto locais. Assim, a extensão universitária se consolida enquanto promotora de mudanças sociais, ao executar seus projetos através de suas políticas institucionais indutoras.

No entanto, como pode a extensão universitária conseguir fomentar redes de colaboração e se integrar dessa forma com os territórios? A resposta que mais faz sentido é pelo seu caráter rizomático (Deleuze; Guattari, 1995), pelo qual a extensão se apropria de princípios como conectividade e heterogeneidade, ampliando assim suas possibilidades de interlocução com os sujeitos dos territórios. Em suma, é a multiplicidade de interações dialógicas que permite às redes de extensão se desenvolverem como fluxos transformadores na sociedade.

Repensar a forma como os sujeitos se movimentam no território, proporcionam a visualização de novas práticas organizativas das ações coletivas. Para isso, é essencial que haja o rompimento com métodos hierárquicos e lineares das já consolidadas estruturas sociais. Dessa maneira, os movimentos da rede extensionista se farão abarcar novas concepções grupais e maior representatividade de vozes.

Uma movimentação rizomática da rede pelo território fortalece modelos alternativos de ensino-aprendizagem. Através dela e seus princípios, os estudantes encontram-se livres para a experimentação e a investigação de novos temas e áreas de conhecimentos que os interesse. Esse engajamento subsidia a colaboração e o desenvolvimento coletivo para a resolução de problemas complexos. Logo, surge como elemento estimulante de aprendizagens significativas e contextualizadas com os problemas encontrados.

Deleuze e Guattari (1995) com seus conceitos de rizoma e multiplicidade, e Castells em sua ideação sobre identidade e fragmentação social (2005), nos dão substâncias teóricas para a compreensão de territórios múltiplos e complexos. Sob

estas concepções, o território outrora visto apenas enquanto espaço de delimitação geográficas e políticas para a ser espaço de fluxos. Assim, um território se torna um plano de imanência (Deleuze; Guattari, 1995), um campo de possibilidades, de fluxos, de articulações e de transformações, com limiares fluidos potencializadores de culturas.

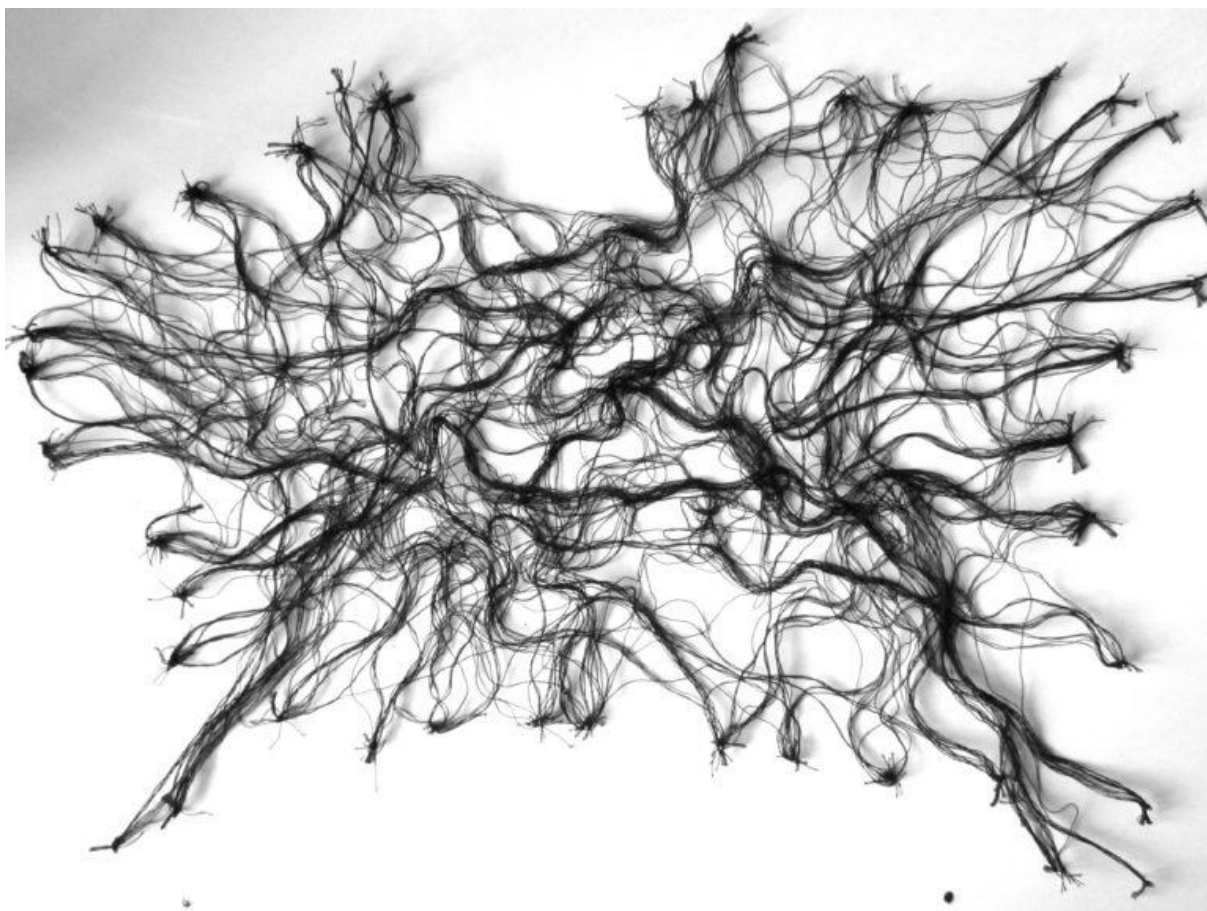
Em consonância com essa ideação, detecta-se a relevância do conceito de heterogeneidade deleuze-guattariana (1995) para a formação desse “campo de multiplicidades”. E é numa concepção filosófica da diferença que se pode encontrar a valorização de ambientes heterogêneos e complexos, territórios-berçários e incubação de redes. Pois, só há o múltiplo pois há o diferente, a alteridade e com ela a construção de novas culturas e identidades tanto individuais quanto coletivas.

Por sua vez, a própria concepção de rede absorve elementos do princípio do rizoma como a conexão. As redes não-hierarquizadas numa sociedade possibilitam múltiplas conexões com sujeitos e organizações em diversos pontos diferentes de um ou mais territórios. É claro que nesses processos de interconexão, nem sempre essas mesmas redes conseguem ser totalmente representativas e acabam por excluir determinados grupos da sociedade com os quais deveriam estabelecer contatos como nos alertou Castells:

Enquanto isso, as redes globais de intercâmbios instrumentais conectam e desconectam indivíduos, grupos, regiões e até países, de acordo com sua pertinência na realização dos objetivos processados na rede, em um fluxo contínuo de decisões estratégicas. (CASTELLS, 2005, p. 41)

Por esse ponto de vista, a ideação de ecossistemas vivos enquanto redes nos proporciona novos modos de contemplação da natureza que não a hierarquização, mas como modos que partam da horizontalização de organismos sociais, culturais, educacionais, econômicos, etc. É mediante a interação entre esses sistemas horizontalizados de redes que podem ser elaborados os tecidos da existência em redes colaborativas de solidariedade. De acordo com José Cláudio Rocha (2006), novas formas de organização de redes extensionistas podem auxiliar na construção de sujeitos coletivos por meio de processos de alteridade.

Figura 8: Modelo rizomático de rede



Fonte: Revista Interface – Comunicação, Saúde, Educação (2021³⁰).

Em redes extensionistas rizomáticas, além da descentralização dos processos de tomadas de decisão, sobressalta também graus elevados de adaptabilidade e flexibilidade em seus processos de formulação. Essas habilidades contribuem para uma melhor interlocução dialógica em rede resultando no aprimoramento de processos de gestão da extensão universitária como planejamento, execução, monitoramento, acompanhamento e avaliação das ações extensionistas. Inclusive, tudo isso só se torna possível com a simbiose entre saberes distintos, vivências e perspectivas múltiplas.

Isto posto, vale salientar que para impulsionar uma rede extensionista rizomática, se faz necessária a implantação de dispositivos, ferramentas e instrumentos que viabilizem a dialogicidade, a experimentação e a colaboração.

³⁰ Disponível em: <https://interface.org.br/publicacoes/>

Para isso, a própria gestão rizomática do conhecimento pode favorecer a rede com a disponibilização de formações profissionais, articulação em redes interprofissionais e com atores sociais no território. Como podemos ver, a ideação de tais modelos inovadores de extensão podem propiciar novas culturas extensionistas.

Acrescentando-se que, uma cultura extensionista que tenha como base todos esses princípios aqui expostos, transforma não somente as comunidades externas, mas também as comunidades internas. Essas transformações organizacionais ocorrem através da maior vinculação com os territórios, com suas populações e respectivas culturas e identidades, incorporando assim suas complexidades. De certo, elas inter-relações universidade-sociedade permitem a geração de saberes e uma cultura rizomático-extensionista transparente, democrática e mais plural.

A cultura rizomática também auxilia na consolidação de diretrizes da extensão como a interdisciplinaridade e a interprofissionalidade. Com a articulação entre disciplinas e profissionais, sejam docentes, técnicos ou atores sociais de diferentes áreas, territórios e setores da sociedade, é possível a geração de novos saberes múltiplos e contextualizados com as reais necessidades das comunidades. Em outras palavras, naturalmente uma cultura extensionista rizomática já provoca sua rede para o estabelecimento de novos vínculos e parcerias.

Dessa maneira, as culturas extensionistas podem tomar novos formatos horizontais, sem formas definidas previamente, mas direcionadas pelas políticas institucionais. Essas políticas institucionais também chamadas de programas de extensão (no sentido amplo), quando elaboradas coletivamente com representantes dos vários setores da sociedade, apresentam caminhos para o fortalecimento de políticas públicas no território (Barbosa, 2020). Isso nos demonstra também a capacidade de territorialização das instituições de ensino na forma das ações de extensão.

Nesses processos de articulação e territorialização das ações extensionistas através da interlocução universitária trás vários benefícios para os participantes e para as comunidades. A reconfiguração das políticas institucionais de extensão universitária podem vir a ser instrumentos de empoderamento dos sujeitos, das

comunidades e dos territórios. Quer dizer, a partir da participação social dos sujeitos como co-autores nos processos de formulações de políticas institucionais indutoras que visam o próprio beneficiamento de seu território e comunidade, é gerado o impacto social positivo gerado também pelo próprio interesse da comunidade.

Embora o processo de estudo das culturas seja múltiplo e deveras complexo, gostaríamos de propor aqui alguns elementos-chave. Estes elementos constantes abaixo no Quadro 2, visam permitir aos pesquisadores das culturas de projetos terem direcionamentos nítidos sobre as categorias que podem embasar suas pesquisas. Aqui é importante frisar que estes elementos fazem parte dos mais comumente encontrados já consolidados na área das ciências sociais.

Quadro 2: Elementos-chave para o estudo das Culturas Extensionistas e de Projetos

ELEMENTOS	DESCRIÇÃO	LINHAS DE EXTENSÃO
Ambiente e território	<i>Através da análise das práticas culturais e sociais em relação ao ambiente e ao território, pode-se compreender como as comunidades interagem com o meio ambiente, como lidam com questões ambientais e como usam e valorizam os recursos naturais.</i>	40 - Questões ambientais; 41 - Recursos hídricos; 42 - Resíduos sólidos;
Arquitetura e Urbanismo	<i>Na arquitetura e no urbanismo, é possível compreender as formas como as comunidades interagem com o espaço urbano, como os edifícios e as ruas são projetados e usados, e como as tradições culturais são incorporadas à arquitetura e ao planejamento urbano.</i>	11 - Desenvolvimento urbano;
Arte e literatura	<i>Através da arte e da literatura, é possível explorar questões importantes e complexas, expandir a compreensão do mundo ao redor e conectar-se com a história e a cultura de outras comunidades.</i>	02 - Artes cênicas; 03 - Artes integradas; 04 - Artes plásticas; 05 - Artes visuais; 33 - Mídias-artes; 35 - Música;
Economia e trabalho	<i>A análise da economia e do trabalho permite compreender como as pessoas produzem e trocam bens e serviços, como as desigualdades sociais e econômicas são formadas e mantidas e como a cultura influencia e é influenciada por esses processos.</i>	07 - Desenvolvimento de produtos; 14 - Empreendedorismo; 15 - Emprego e renda; 22 - Gestão do trabalho; 52 - Turismo;
Educação e escolaridade	<i>Essa compreensão é crucial para o desenvolvimento de estratégias educacionais mais sensíveis à cultura local, bem como para a promoção da igualdade de acesso à educação e à justiça social.</i>	01 - Alfabetização, leitura e escrita; 13 - Educação profissional; 17 - Espaços de ciência; 21 - Formação de professores (formação docente)

		32 - Metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem; 30 - Jovens e adultos;
Gênero	<i>A análise de gênero permite compreender como os papéis e funções são divididos entre homens e mulheres, como as desigualdades de gênero são formadas e mantidas e como as tradições culturais são influenciadas por esses processos.</i>	26 - Grupos sociais vulneráveis
Globalização e internacionalização	<i>Através da análise da globalização e da internacionalização, pode-se compreender como as culturas estão se adaptando e se transformando em resposta às mudanças globais, como as identidades culturais estão sendo afetadas e como as desigualdades culturais estão sendo formadas e mantidas.</i>	50. Temas específicos / Desenvolvimento humano
História	<i>A análise histórica permite compreender como as tradições culturais foram formadas e como as culturas evoluíram ao longo do tempo.</i>	37 - Patrimônio cultural, histórico, natural e imaterial;
Língua e comunicação	<i>A análise da língua e da comunicação na cultura extensionista pode ajudar a compreender como os meios de comunicação influenciam a cultura, como diferentes línguas afetam a comunicação intercultural e como a diversidade linguística pode ser valorizada e preservada.</i>	06 - Comunicação estratégica; 23 - Gestão informacional; 29 - Jornalismo; 31 - Línguas estrangeiras; 34 - Mídias;
Meios de vida e sustentabilidade	<i>Através dessa análise, é possível compreender como as práticas culturais e sociais estão relacionadas com a sustentabilidade, bem como identificar práticas que possam ser prejudiciais ou insustentáveis a longo prazo.</i>	08 - Desenvolvimento regional;
Valores e Crenças	<i>Na análise dos valores e crenças, pode-se compreender as normas e regras que guiam as interações sociais, bem como as expectativas em relação a papéis e comportamentos específicos dentro da comunidade.</i>	50. Temas específicos / Desenvolvimento humano
Política e poder	<i>Pode-se compreender como as decisões são tomadas e como o poder é distribuído dentro de uma sociedade. Isso permite uma análise mais crítica e informada sobre as questões culturais e sociais relacionadas ao poder e à política.</i>	09 - Desenvolvimento rural e questão agrária; 24 - Gestão institucional; 25 - Gestão pública; 36. Organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares; 48 - Segurança pública e defesa social;
Relações sociais e vínculos	<i>As relações sociais e os vínculos entre indivíduos são elementos-chave para a análise da cultura extensionista, pois ajudam a compreender como as pessoas se relacionam entre si e com outras comunidades.</i>	12 - Direitos individuais e coletivos; 27 - Infância e adolescência;

Saúde e Bem-estar	<i>A saúde e o bem-estar são categorias relevantes para se compreender o estado físico e mental, além da qualidade de vida dos sujeitos.</i>	16 - Endemias e epidemias; 20 - Fármacos e medicamentos; 38 - Pessoas com deficiências, incapacidades, e necessidades especiais; 43 - Saúde animal; 44 - Saúde da família; 45 - Saúde e proteção no trabalho; 46 - Saúde humana; 47 - Segurança alimentar e nutricional; 53 - Uso de drogas e dependência química; 51 - Terceira idade;
Tradições e Costumes	<i>As tradições e costumes presentes em uma cultura são elementos fundamentais para compreender a identidade e a história da comunidade, além de suas práticas cotidianas e crenças.</i>	19 - Estilismo;
Tecnologias e técnicas	<i>As tecnologias e técnicas utilizadas por uma cultura podem influenciar diretamente a forma como seus membros se comunicam, trabalham e vivem. O impacto da tecnologia é um elemento-chave para a compreensão das dinâmicas culturais e das mudanças que ocorrem na sociedade.</i>	10 - Desenvolvimento tecnológico; 39 - Propriedade intelectual e patente; 49 - Tecnologia da informação;

Fonte: O autor, baseado em Barbosa (2020), Castells (2005), Chiavenato (2005), Corrêa (2007), Deleuze & Guattari (1995), e Rocha (2006).

Por fim, ressaltamos que a distribuição de linhas de extensão por elementos é meramente representativa. As linhas de extensão visam aprimorar o desenvolvimento de ações de extensão e não necessariamente correspondem à área temática do projeto. Por exemplo, um projeto com o objetivo de produção midiática que corresponde a linha de extensão Nº “34 - Mídias”, pode ser desenvolvido e vinculado a grande área de Saúde. Isso nos possibilita uma grande variedade de combinações de áreas de conhecimento e linhas de extensão. Assim sendo, isso quer dizer que no caso de uma pesquisadora querer analisar por exemplo o elemento “Educação e Escolaridade”, ela o pode fazer num projeto da linha de Nº “51 - Terceira idade” e não apenas ficar restrita às linhas de extensão diretamente vinculadas ao elemento.

Diante do exposto neste capítulo, podemos observar que a cultura organizacional é uma forma de identidade institucional que se manifesta em valores, crenças, normas, costumes e práticas compartilhadas pelos membros de uma organização. Neste sentido, as organizações formulam suas próprias identidades e criam culturas e subculturas organizacionais, que são produto das relações entre o Estado, o Governo atual, a cultura local, os funcionários públicos e as influências econômicas do Mercado local e internacional. Por sua vez, estas influências externas geram processos de intercâmbio e complexificação dessas mesmas culturas organizacionais e identidades institucionais.

No entanto, há diferentes níveis de relações sociais e que não se limitam apenas às relações intersetoriais e interinstitucionais. Por conseguinte, a autoria dos próprios sujeitos é importante no processo de representação identitária, e as ações dos sujeitos podem gerar influências sociais que implicam outras culturas a nível global, produzindo novas culturas complexas e que podem ser identificadas também na forma de seus respectivos projetos. Desse modo, é possível considerar recíproca a influência das Culturas de projeto nas culturas locais as quais as ações do mesmo impactam.

É na busca de compreender justamente as formas de interações interinstitucionais e intersetoriais que compomos o próximo capítulo 4 - “Nas Teias da Interlocução (Etno)dialogica” e as possibilidades de aprimoramento do campo das extensões universitárias. Essa proposta se baseia em conceitos-chaves como o de colaboração, articulação, territorialização, criando assim uma metodologia imersiva de trabalho em rede que chamamos de Interlocução Dialógica. Para concluir este capítulo três, esperamos ter pontuado os principais problemas da extensão universitária em contextos institucionais complexos.

4. CAPÍTULO 4 - NAS TEIAS DA INTERLOCUÇÃO (ETNO)DIALÓGICA

Dentro das teias de interações (etno)dialógicas exploraremos o conceito de Interlocução dialógica como uma abordagem emergente na gestão da extensão universitária. Enquanto a extensão universitária é uma parte essencial da prática acadêmica, o conceito de diálogo não foi completamente desenvolvido a partir de uma perspectiva relacional. Este capítulo aprofunda as bases teóricas da interação dialógica, explorando as obras de Platão, Aristóteles, Descartes, Bakhtin, Foucault, Habermas, Freire, Deleuze e Guattari. Destaca-se a necessidade de desenvolver um modelo de gestão para a extensão universitária que esteja mais próximo da democracia participativa diante dos paradigmas sociais, políticos, culturais, educacionais e históricos.

O capítulo também explora a origem do conceito de interlocução dialógica como uma metodologia imersiva para a interlocução multisetorial, a fim de fomentar políticas públicas e melhorar as políticas de extensão. Enfatiza-se a importância das relações dialógicas como base para os processos educacionais e a construção de redes de extensão, permitindo o fortalecimento e desenvolvimento de identidades culturais nos territórios. Além disso, o capítulo discute a Interlocução dialógica como uma composição conceitual, uma obra de arte coletiva que reflete a diversidade e riqueza da comunidade e seu entorno, apontando para novas possibilidades de transformação social. Em geral, este capítulo fornece uma análise detalhada do conceito de interlocução dialógica e seu potencial para criar comunidades sustentáveis e inclusivas.

4.1. Caminhos para a Interlocução Dialógica

O que é essencialmente a Interlocução Dialógica? A incidência deste conceito nos acompanha há três anos com esse título e há quase uma década pela perspectiva da extensão universitária e das políticas públicas. Em síntese, essa ideia eclodiu a partir de experiências com redes extensionistas como a “Rede Rizoma:

Tecnologia em Extensão”³¹ e experimentações dentro de espaços deliberativos de extensão na Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) e na Pró-reitoria de Extensão (PROEX) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Essa ideia desabrocha a necessidade de se construir um modelo de gestão da extensão, seja ela universitária, tecnológica, cultural, etc., mais próximo da democracia participativa.

Numa era na qual enfrentamos diversos paradigmas sociais, políticos, culturais, educacionais e históricos, pensarmos em outros modelos de gerenciamento é urgente. A extensão universitária é, juntamente do ensino, da inovação e da pesquisa, um dos pilares do fazer acadêmico contemporâneo e é uma das áreas nas quais a sociedade mais pode se aproximar dessas instituições de ensino. Como apresentado em Barbosa (2020), a extensão tem grande potencial para o diálogo e através dele para desenvolvimento de novas teorias de gestão social dos territórios.

Em decorrência dessa potência, buscamos compreender mais sobre os tipos de relacionamento possibilitados pela extensão universitária, mais precisamente com foco nos processos dialógicos. Inesperadamente, nos deparamos com uma constatação intrigante: não existia propriamente uma teorização sobre os processos de interlocução e articulação dialógica dentro da extensão. Além disso, isso nos revelou que o próprio estudo do diálogo durante os tempos foi direcionado a sua compreensão semântica e não do ponto de vista relacional.

Para compreender melhor um possível conceito de interlocução dialógica, foi necessária a exploração de vários autores e de suas constatações durante o fluxo do tempo. É provável que existam muitos outros teóricos, mas até o presente momento estudamos grandes referências como: Platão; Aristóteles; Santo Agostinho; René Descartes; Port-Royal; John Locke; Alexander von Humboldt; Edward Sapir e Benjamin Lee Whorf; Charles Sanders Peirce; Gottlob Frege; Ferdinand de Saussure; Bertrand Russell; Ludwig Wittgenstein; Noam Chomsky; John Austin; Martin Heidegger; Mikhail Bakhtin; Michel Foucault; Jürgen Habermas;

³¹ Parte já relatada em nosso trabalho de conclusão de curso em Barbosa, 2020.

Paulo Freire; Gilles Deleuze e Félix Guattari. Com raras exceções, a maioria desses autores fixava seus estudos do ponto de vista das estruturas gramaticais e da linguística. No entanto, compreendemos que o seria realmente necessário para a extensão não seria ter mais uma teorização sobre estruturas de linguagens e sim uma teoria elaborada a partir das vivências e das experiências relacionais dentro de redes de colaboração extensionista.

Para começarmos a refletir sobre o conceito de interlocução dialógica, é importante compreender o significado de cada uma das duas palavras individualmente, visto que em certo aspecto, ambas têm significados similares e este conceito não existe na literatura. A primeira palavra “interlocução”, um substantivo feminino, segundo o dicionário Michaelis (2022), vem da palavra latina *interlocutio* e tem dois significados: Conversação que ocorre entre duas ou mais pessoas; e Interrupção do discurso pela fala de novos interlocutores. Por carregar em si a conotação também de interação, utilizamos o conceito de interlocução como sendo o mediação e articulação entre dois ou mais sujeitos, instituições e/ou organizações, tal como as linhas rizomáticas de Deleuze e Guattari.

A segunda palavra “dialógica” é um adjetivo relativo a diálogo, que por sua vez se origina do termo latim *dialogus* e segundo o dicionário Priberam (2022) tanto pode indicar “discussão ou negociação entre duas ou mais partes, geralmente com vista a um acordo” ou “composição em que as vozes ou os instrumentos se alternam ou se respondem”. Para este termo, iremos utilizá-lo com ênfase no processo negocial e no ato de dialogar. Dessa forma será possível compreender mais a frente o sentido o qual queremos dar a este conceito de forma mais aprofundada.

Ao compreendermos parte da epistemologia das palavras que nomeiam o conceito de interlocução dialógica, uma de nossas premissas vem de Platão ao afirmar que deveríamos buscar uma verdade “para além das palavras”. Para ele, as palavras dentro do estudo da Retórica diziam mais do que simplesmente seus significados e que a produção de conhecimento não deveria apenas necessitar estritamente da linguagem. Com isso, não queremos dizer que buscamos uma

verdade, mas sim um processo analítico que vise não só os “atos de fala” mas também os “atos de vivência”³².

4.2. A origem de conceitos *dialogicus-precursores*

O conceito de Interlocução dialógica, como falamos anteriormente, foi cunhado quando em 2020 escrevemos o trabalho de conclusão do bacharelado em Comunicação em Mídias digitais e que foi intitulado de “Territórios de interlocução e participação: O Edital “UFPB no seu Município” como meio de interlocução multissetorial para o fomento de políticas públicas”. A priori, o localizamos na área da extensão universitária e o definimos como:

[...] a criação de ações de extensão compartilhadas (projetos, cursos, programas, etc.) em parceria com atores sociais, gestores públicos, organizações da sociedade civil, entre outras entidades representativas dos diversos setores da sociedade. (BARBOSA, 2020).

Logo, fica nítido o teor de metodologia imersiva para a interlocução dialógica.

Dessa forma, podemos visualizar o objetivo da interlocução dialógica enquanto meio de articulação territorial e de aprimoramento tanto das políticas extensionistas quanto do acesso das populações às ações de extensão realizadas pelas instituições de ensino. Segundo Barbosa (2020), a interlocução dialógica serve de pivô para uma mediação multissetorial de projetos e programas a partir das relações entre universidade, sociedade civil e setor privado. Portanto, mesmo sendo uma metodologia nova e que muito tem a ser estudada, já demonstra grande potencial de impacto social positivo nos territórios onde for aplicada.

Enquanto uma teoria de projeção coletiva-democrática através das relações dialógicas, a interlocução dialógica busca igualmente a facilitação da construção de redes extensionistas. Construir uma rede de extensão baseada na interlocução dialógica é, assim como disse Alves (2017), auxiliar a construção de novas possibilidades existenciais de sujeitos protagonistas e com uma visão de mundo construída coletivamente. Por conseguinte, uma rede de interlocução pode, por sua

³² Como **atos de vivência** entenda-se o resultado das ações dos indivíduos dentro dos seus processos inter-relacionais em sociedade.

vez, aprimorar nos sujeitos que a integram, processos de reconhecimento “de si mesmo e do outro” (ALVES, 2017, pág. 147).

Para Fleury e Costa (2004), as relações dialógicas devem servir de base para os processos educativos, a partir da projeção de sujeitos múltiplos, mutáveis e sociáveis. Segundo os autores, relações dialógicas possibilitam que os sujeitos vivenciem múltiplas identidades culturais através dos tempos. Então, através delas as redes de interlocução dialógica podem vir a ser ambientes férteis tanto para o fortalecimento quanto para o desenvolvimento de novas identidades culturais nos territórios.

Outra perspectiva do diálogo trazida por Pistori (2016) é justamente sua vinculação com diferentes tempos. Para a autora, as relações dialógicas não são efetuadas apenas entre os sujeitos em seus tempos presentes, mas também entre sujeitos de diferentes tempos. Sejam eles sujeitos falantes do passado ou do futuro. Isso, nos revela um potencial das relações dialógicas entre as culturas dos tempos. No qual, os sujeitos transcendem seus tempos presentes e dialogam através de suas enunciações com sujeitos de tempos passados ou deixam pontes para diálogos futuros.

Similarmente, Bakhtin (2015) alega que “Tudo é meio, o diálogo é o fim. Uma só voz nada termina e nada resolve. Duas vozes são o mínimo de vida, o mínimo de existência” (BAKHTIN, 2015, p. 293). Se para Bakhtin, só há “existência” por meio do diálogo entre duas ou mais vozes (interlocutores), fica perceptível uma representação do diálogo enquanto orientador dos fluxos relacionais entre os sujeitos. O autor (idem) nos sugere também que é no diálogo uns com os outros que os sujeitos se deparam com a afirmação de suas identidades culturais, se vendo assim enquanto sujeitos dos processos comunicativos. Com toda a certeza, é só através das relações sociais entre os sujeitos que estes tomam consciência das suas existências individuais (eu-ele; nós-eles) e como consequência disso, suas existências coletivas.

Contudo, como é possível ver descortinar uma representação identitária-dialógica? Contanto que se viva experienciando a alteridade em

interações dialógicas, como nos disse Axt (2006), um campo de multiplicidades poderá tomar forma e expandir os limites representacionais das linguagens e das identidades culturais. De mesmo modo, Freire (1983) pontua que o propósito do diálogo está justamente na oportunidade dos sujeitos problematizarem a si, ao outro e ao mundo ao seu redor. Ademais, para Freire (*idem*) um sujeito dialógico que tanto é genuíno quanto experiencia o diálogo e

[...] Ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não sloganizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade. Esta é a razão pela qual, sendo o diálogo o conteúdo da forma de ser própria à existência humana, está excluído de toda relação na qual alguns homens sejam transformados em 'seres para outro' por homens que são falsos 'seres para si'. É que o diálogo não pode travar-se numa relação antagônica. O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o 'pronunciam', isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos (FREIRE, 1983, p. 43).

Por isso, exercitar interações dialógicas nos põem num estado de reflexão mútua e constante, o que favorece o aprimoramento das nossas competências de leituras de mundo.

De uma forma geral, ao fragmentar os sistemas monológicos e fomentar sistemas dialógicos, a interação dialógica surge como um processo comunicacional. Sendo que este mesmo processo denota as bases para um modo relacional que nos permite solucionar divergências e problemas de interesses mútuos, efetivar compromissos mediante um entendimento baseado no compartilhamento seja de experiências, símbolos comuns numa mesma cultura ou vivências semelhantes (MARCHIORI, 2006; FLEURI, 2007). Isto posto, podemos notar que o processo de interação dialógica está baseado na mediação de relações sociais.

Por conseguinte, esses conceitos até apresentados nos dão subsídios para compreendermos o cenário atual acerca deste tema. Vale salientar que em nossas buscas e pesquisas não conseguimos identificar produção acadêmica que se debruçasse especificamente sobre o conceito de interlocução dialógica, com exceção de nosso trabalho de conclusão de curso (Barbosa, 2020). Sendo que em sua maioria, o termo é utilizado como sinônimo de enunciação e/ou mediação de

algum processo. Portanto, é a partir dessa lacuna epistemológica que este novo trabalho parte. Agora é plausível prosseguirmos com os princípios do conceito central, a interlocução dialógica.

4.3. Um acontecimento, uma composição conceitual

O que seria um acontecimento? poderíamos nos perguntar durante uma viagem “Žižekiana”³³. Para Deleuze (1969), certamente além do instante de rompimento entre o antes e o agora, seria o instante da multiplicidade. Aqui, multiplicidade seja compreendida com um “n-1” (Deleuze & Guattari, 1995), ou seja, uma força de potência que irradia possibilidades de novos encontros e consequentemente de novos diálogos. Portanto, um acontecimento conceitual não “cabe apenas em si”, ele é um ponto através do qual novas conexões e pontes podem ser traçadas.

Dito isto, voltemos ao início, ao que primeiro definiu brevemente nosso conceito: a interlocução dialógica como um processo de desenvolvimento de ações extensionistas a partir do estabelecimento de parcerias com diferentes atores sociais dos três setores da sociedade (Estado, Iniciativa privada e Sociedade Civil). Neste processo, podemos identificar dois elementos-chave: 1) elaboração de ações de extensão; 2) a indicação de um determinado tipo de relação social, a inter/multi-setorial. A partir disso, fica nítido a forma de metodologia imersiva³⁴ desse conceito.

De acordo com Barbosa (2020), essa nova metodologia imersiva, tal qual um processo de “design rizomático de ações extensionistas” a partir da simbiose entre os múltiplos interesses na relação universidade-sociedade (RUS), objetiva fomentar ecossistemas de interlocução dialógica que viabilizem a elaboração de políticas institucionais de extensão indutoras de transformação social nos territórios. Para compreendermos melhor este conceito, é necessário visualizá-lo enquanto um

³³ Referência ao livro “Acontecimento: uma viagem filosófica através de um conceito”. (ŽIŽEK & MEDEIROS, 2017).

³⁴ Por metodologia imersiva (Freitas, 2021) entenda-se um sistema metodológico que visa o uso de procedimentos imersivos, ou seja, de aprofundamento em determinados contextos para o aprimoramento das possibilidades resolutivas.

ecossistema educacional como bem nos formulou Sartori (2021) e baseado em comportamentos organizacionais por Chiavenato (2005). Desse modo, como diria Soares (2006) este é um ecossistema que sempre está em construção.

Assim como uma cultura viva e múltipla, um ecossistema de interlocução dialógica pode ser assimilado transversalmente por quatro elementos: Território; Objetivos; Níveis de interlocução dialógica; e Comunidades. Aqui, o conceito de território que utilizamos é o de Ladeira (2008, p. 87) que o define como um “espaço físico, onde determinada sociedade desenvolve relações sociais, políticas e econômicas, segundo suas bases culturais, isto é, o espaço suficiente para o desenvolvimento de todas as relações e vivências definidas pelas tradições e cosmologias”. Logo, a partir dos princípios de um território somados aos componentes da cultura organizacional de Chiavenato (2005) temos como elementos³⁵: Crenças e pressupostos; Coletivos, Agrupamentos e Organizações Sociais; Meio ambientes; Microterritórios; Subculturas; tecnologias; etc.

Para que obtenha êxito em suas ações, a construção de um ecossistema de interlocução dialógica deve possuir objetivos concluídos e pragmáticos, do contrário todos os esforços a ele investidos estarão comprometidos. Além disso, é imprescindível pontuar que ambos os tipos de objetivos devem ser elaborados em comum acordo com todas as partes da rede. Dito isto, em nosso ecossistema temos dois tipos de objetivos, o geral e os específicos. O primeiro, segundo Lakatos e Marconi (2003), faz menção a um resultado mais amplo, ou seja, a finalidade de existência do próprio ecossistema em si, já os objetivos específicos demonstram um caráter mais processual, são as etapas necessárias para a conclusão do objetivo geral. Desde que os objetivos específicos sejam concluídos, consequentemente teremos atingido nosso objetivo geral.

Por ser uma teoria alicerçada no conceito de multiplicidade deleuze-guattariana (1995), um ecossistema que floresce por entre as linhas de ações rizomáticas, não pode tender somente a um tipo de relação, mas sim a vários e se dão por meio de múltiplas interações entre as Instituições de Ensino, a Iniciativa

³⁵ Os demais elementos específicos do conceito construído de território encontram-se no Apêndice II”.

Privada, o Poder Público e a Sociedade Civil. Assim, foi possível identificar, até o presente momento, cinco níveis de interações dialógicas possíveis dentro de tal ecossistema extensionista. Cada nível desses são caracterizados por seus respectivos tipos de orientação.

O primeiro nível é o que surge do relacionamento entre o Poder Público, Instituições de Ensino e Sociedade civil. Esse nível geralmente tem como orientação principal o “compromisso social”, neste trabalho entendido como o empenho com o objetivo de dirimir problemas sociais e a ação de intervenção no tecido social com vistas ao desenvolvimento de culturas mais respeitosas e menos preconceituosas (CRPRS³⁶, 2014). Alguns tipos de ações que podem ser geradas nesse nível são: Ações de prevenção; Projetos sociais e/ou culturais, entre outros que podem ser visualizados no Apêndice I.

O segundo nível é o ocorre através das vinculações entre Instituições de Ensino, o Poder Público e a Iniciativa Privada. As parcerias e ações desenvolvidas por este grupo são orientadas pela inovação. Pensar a inovação sob a ótica de relações com o setor público, é pensar na reconstrução e aprimoramento de processos, procedimentos e metodologias, seja na formulação de políticas públicas (SANO, 2020), seja em modelos de gestão e técnicas de gerenciamento, seja em ambientes de produção e compartilhamento de conhecimento entre instituições públicas e privadas. Ações comuns criadas a por meio dessas relações são: Acordos de cooperação mútua; Assessorias e consultorias estratégicas; e Convênios.

O terceiro nível se estabelece mediante as parcerias entre a Sociedade Civil, o Poder público e a Iniciativa Privada. Este é um modo de interlocução dialógica em que não há necessariamente a participação de uma instituição de ensino, mas pode haver a presença de pesquisadores e acadêmicos por entre os representantes do Poder Público. Essa parceria em geral tem como orientação condutora a responsabilidade social. Para Moura et al. (2004), responsabilidade social pode ser

³⁶ Conceito formulado por Tatiana Baierle em entrevista à Revista EntreLinhas do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (2014). Baierle é Psicóloga, Doutora e Mestre em Psicologia Social e Institucional, Docente da PUCRS.

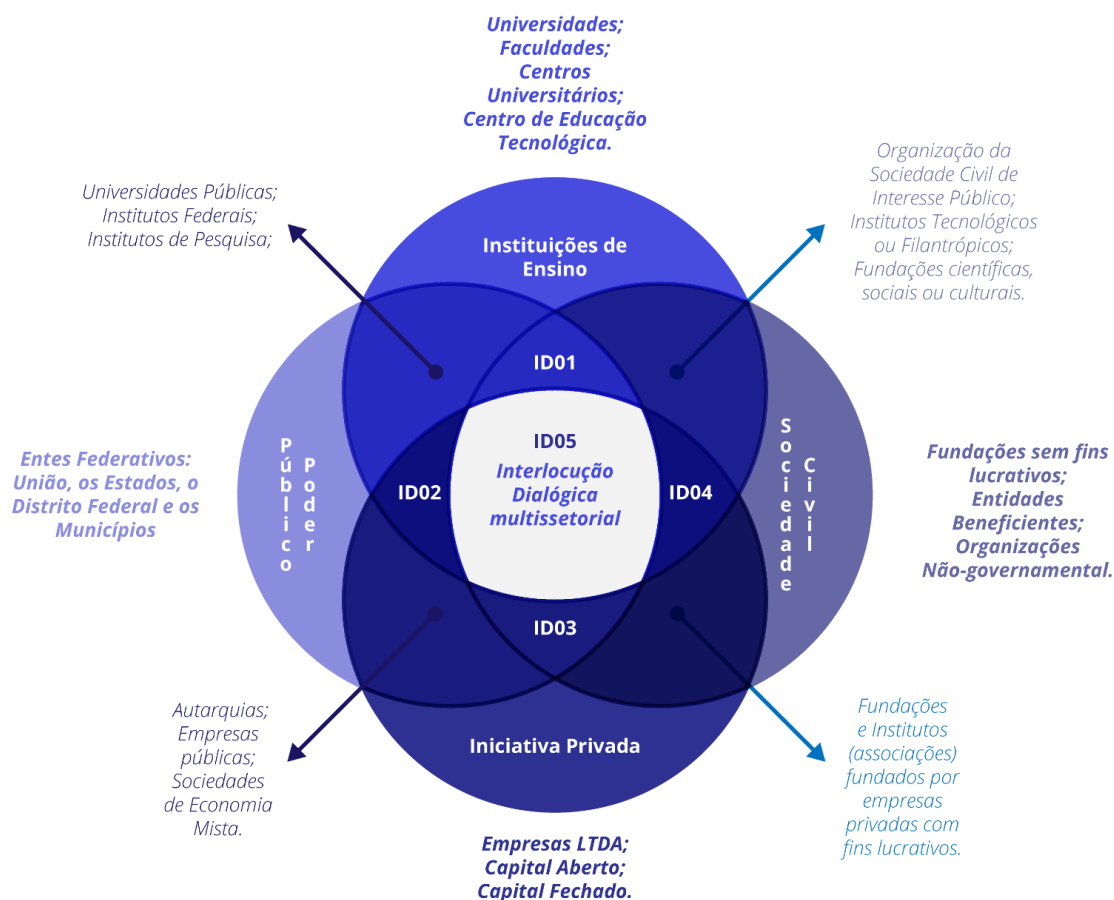
desenvolvida através do fomento à formação continuada e aprendizagem significativa, da equidade de oportunidades, da sustentabilidade, da inclusão social, etc. Com base nesses fundamentos, é possível realizar ações compensatórias de interesse público, ações de compensação ambiental, Incubadoras de empreendimentos sociais, etc.

O quarto nível se dá quando há o vínculo entre uma Instituição de Ensino, a Sociedade civil e a Iniciativa privada. Neste formato não há a participação direta do Poder público, desse modo, as ações aqui geradas normalmente não adquirem a priori forças para maiores impactos sociais positivos dentro das comunidades. O que une seus atores tende a ser o compartilhamento de interesses comuns dos setores representados. Aqui neste nível de interlocução dialógica um vínculo forte se fundamente na colaboração para atingir benefícios mútuos. Alguns tipos de parcerias formuladas neste nível são: Cooperação técnica; Criação de espaços de reflexão e inovação; Patrocínios de programas de capacitação e desenvolvimento de talentos; etc.

O quinto e último nível de interação é o formado entre o Poder Público, uma Instituição de Ensino, a Iniciativa Privada e a Sociedade Civil. Por sua vez, este nível é orientado pelo bem-estar social. Sendo este último compreendido como o estado de qualidade de vida no qual temos a implementação exitosa de políticas públicas, equidade social de oportunidades e trabalho. Além de todos os tipos anteriores e todos os constantes no Apêndice I, temos aqui a construção de e centros de pesquisa de temas de interesse compartilhado e o fomento a políticas públicas.

Como podemos ver, quanto maior a integração entre estes atores sociais, maior a possibilidade de ações e de transformação positiva dos territórios. Segundo Barbosa (2020), há várias possibilidades de se fomentar a interlocução dialógica, partindo da mediação de instituição de ensino através da prospecção de parcerias na forma de chamadas, consultas públicas, editais e fóruns intersetoriais. Com vistas a tornar mais visível nosso conceito, desenhamos a Quadruple Hélice da Interlocução Dialógica na figura abaixo.

Figura 9: Quadruple Hélice da Interlocução Dialógica.



Fonte: O autor, adaptado de Anastacio (2018) e Carayannis & Campbell (2009).

O último elemento do ecossistema de interlocução dialógica são as Comunidades, aqui compreendidas como “redes de laços interpessoais que proporcionam sociabilidade, apoio, informação, um senso de integração e identidade social” (Castells, 2003, p. 106). Ao entendermos comunidades do ponto de vista de redes identitárias, podemos vislumbrar através de suas relações, movimento de desterritorialização que as leva a novas configurações heterogêneas e combinações com outras redes mediante sua sociabilidade. É justamente nesse processo de simbiose entre comunidades e entre grupos de sujeitos de subcomunidades, neste caso os setores da sociedade, que a interlocução dialógica surge como elo criador de pontes de colaboração. Enfim, em inúmeras possibilidades de se analisar comunidades para estabelecer relações de parcerias, no Apêndice I deixamos

categorias passíveis de auxiliar no processo de reconhecimento dessas mesmas comunidades.

De conformidade com toda a construção epistemológica aqui pleiteada, a interlocução dialógica irrompe enquanto uma ideação sobre um modo de assimilação de processos comunicativos e relacionais de sujeitos em seus territórios, suas culturas, subculturas e articulações, uma metodologia a ser aprimorada para uma Antropologia da Comunicação. Em virtude disso, a apresentamos também como uma sistematização de teoria baseada na democracia participativa que se faz essencial para a produção de conhecimento e sobre novas formas de solução de problemas complexos em sociedade. Por fim, agora após termos inserido todas as notas constituintes da partitura do ecossistema da interlocução dialógica, só nos resta apresentar sua formatação atual na próxima figura.

Figura 10: Ecossistema da Interlocução Dialógica



Fonte: O autor. (2023)

Neste capítulo, exploramos o conceito de interlocução dialógica como uma abordagem emergente na gestão da extensão universitária. Ao analisar diversos autores, desenvolvemos uma teoria que enfatiza a importância das experiências relacionais em redes de extensão colaborativas. Discutimos também a origem dos conceitos de diálogos, destacando o papel das relações dialógicas na construção de redes de extensão e identidades culturais em territórios. Além disso, examinamos a metodologia imersiva como um processo de design rizomático de ações de extensão e seu potencial para fomentar ecossistemas de interlocução dialógica para transformação social. De forma geral, este capítulo destaca a importância da interlocução dialógica como um processo de mediação para criar comunidades sustentáveis e inclusivas capazes de transformar a si mesmas e seus arredores. Em suma, ao fomentar ecossistemas de interlocução dialógica, podemos construir redes de colaboração e participação entre diferentes atores e desenvolver estratégias eficazes para enfrentar os desafios enfrentados por nossas comunidades.

No capítulo 05, intitulado "Territórios de Interlocução e Participação", apresentamos os resultados objetivos do estudo, utilizando análises qualitativas, quantitativas e entrevistas semi-estruturadas. Com o intuito de organizar os dados coletados, categorizados e inferidos, bem como de incluir as reflexões dos nove entrevistados, dividimos o capítulo em seções objetivas que correspondem aos objetivos específicos do trabalho. As seções abrangem a análise do Programa UFPB em seu município, a formulação de políticas institucionais de extensão, as ações intersetoriais criadas e seus respectivos atores sociais, os projetos de extensão desenvolvidos e a verificação de impactos sociais nos territórios. Em suma, o objetivo do quinto capítulo é avaliar se existe uma conexão entre a teoria epistemológica e a experiência dos entrevistados dentro do Programa UFPB em seu município e, de fato, determinar se há uma rede de extensão efetiva ou se são apenas ações isoladas.

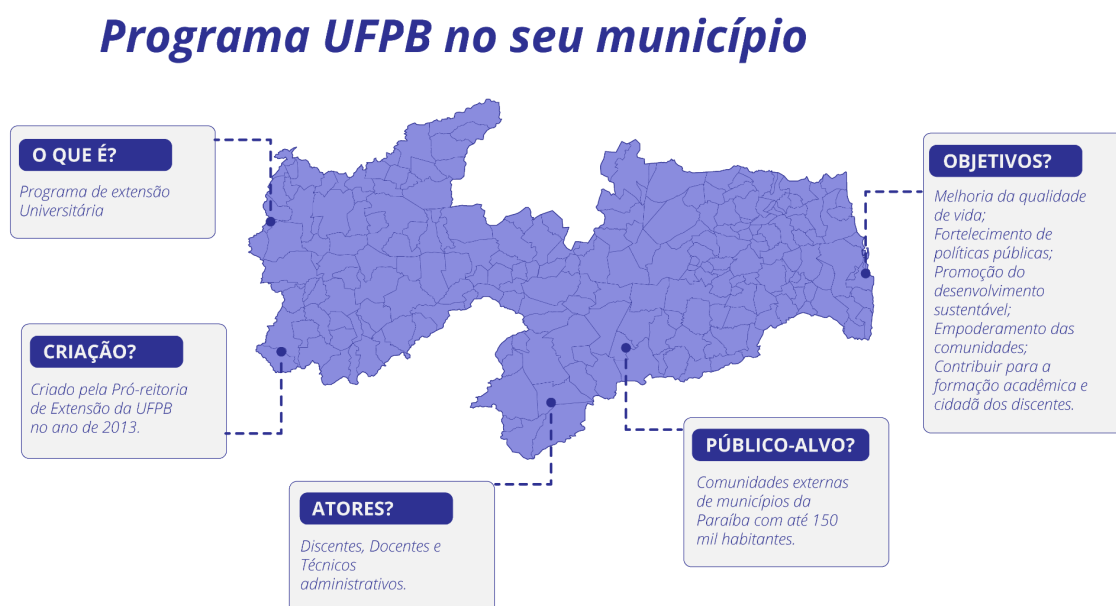
5. CAPÍTULO 5 - TERRITÓRIOS DE INTERLOCUÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Neste capítulo, serão apresentados os resultados obtidos por meio da coleta de dados e entrevistas. Nosso objetivo geral é responder aos cinco objetivos específicos por meio de trinta questionamentos-chave. Para isso, faremos uma exposição que alternará entre dados quantitativos e informações obtidas nas entrevistas.

5.1. O Programa Institucional “UFPB no seu município”

O Programa “UFPB no seu município” é uma política institucional de extensão universitária da Universidade Federal da Paraíba, gerido pela Coordenação de Programas de Ação Comunitária – COPAC. Este programa criado em 2013, atualmente tem como objetivo a formulação de uma rede de parcerias comunitárias com diversos setores da sociedade paraibana para o desenvolvimento de ações extensionistas em municípios com até 150 mil habitantes. Dessa forma, este é o principal canal de construção coletiva de soluções para o território paraibano da UFPB.

Figura 11: Estrutura do Programa UFPB no seu município



Fonte: O autor, baseado no Edital do Programa UFPB no seu município em 2022.

Desde a implementação do programa, este passou por várias alterações, algumas mais simples e outras mais complexas. No Quadro 4 abaixo podemos conferir nuances na definição do objetivo do edital entre os anos de 2017 e 2019. As mudanças mais significativas indicam distintos objetivos de comunicação, públicos-alvo variados e contextualizações de locais. Isso nos mostra que com o passar do tempo, o programa recebeu novas inclinações para trabalhar com áreas e grupos sociais mais específicos.

Quadro 3: Distinção entre as descrições e objetivos do Programa UFPB no seu município.

ANO	2017	2018	2019
Descrição e objetivo do programa	1.1. O Programa UFPB NO SEU MUNICÍPIO – EDUCAÇÃO, ARTE E CULTURA se constitui em uma das estratégias da política de extensão da UFPB, que prioriza a formação acadêmica e cidadã do seu corpo discente, <u>através de projetos que promovam o desenvolvimento socioambiental, econômico, artístico e cultural da Paraíba, a partir de um trabalho conjunto com os municípios envolvidos.</u>	1.2. O Programa prioriza a formação acadêmica e cidadã do seu corpo discente dos cursos de graduação presenciais e a distância, através de ações identificadas com as necessidades e as demandas da sociedade paraibana, <u>no sentido de promover o desenvolvimento a partir da experiências em ações de extensão universitária</u> , seguindo os procedimentos e requisitos no presente Edital.	1.2. O Programa UFPB no seu Município, mantido com recursos próprios da Universidade, previstos no seu orçamento, se constitui em uma das estratégias da política de extensão universitária da UFPB, <u>que tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável dos municípios de sua área de abrangência, com vistas ao empoderamento das comunidades para a melhoria da qualidade de vida.</u>

Fonte: O autor com base nos editais dos respectivos anos.

Um elemento da avaliação dos projetos que foi retirado dos editais a partir do ano de 2018 foi o item dos Indicadores de Impacto Social nas comunidades externas. No quesito de avaliação constavam como itens avaliativos vinculação com áreas específicas de conhecimento, grupos sociais atingidos, relações interinstitucionais e parcerias. Este item que pode ser consultado no próximo quadro, revelava o direcionamento do edital para a aceitação de projetos que tivessem maior relevância social.

Quadro 4: Indicadores de impacto social em comunidades externas

Indicadores de Impacto Externo	a) Relevância em um dos aspectos: social, cultural, ambiental, educacional ou econômica os problemas abordados na comunidade; b) Segmentos sociais envolvidos; c) Interação com órgãos da sociedade; d) Apropriação, utilização e reprodução do conhecimento envolvido na atividade de extensão pelos parceiros.
--------------------------------	---

Fonte: O autor com base no edital dos respectivos anos.

Como pode ser visto na mudança de nome do edital, o qual deixou de ser “Programa UFPB no seu município - Educação, Arte e Cultura” para somente “Programa UFPB no seu município”, as áreas que eram o foco do edital foram alteradas. Inicialmente ele surge como um edital vinculado à Coordenação de Extensão Cultural - COEX que tinha como prioridades ações nas áreas de Arte, Cultura e Educação. Sendo que na edição de 2017 foi a que teve maior direcionamento para a área de Cultura e patrimônios; e logo no ano seguinte o foco mudou para Cursos pré-vestibular e Educação popular. No ano de 2019 as linhas foram expandidas, com incrementos para Produção Artístico-cultural, com ênfase em música e dança; já na educação o que foi focado foram as áreas de Educação a Distância e Leitura. Assim sendo, o edital que é implementado como um programa institucional de arte e cultura com o passar dos anos foi tendo sua identidade alterada para as oito áreas da extensão como o é atualmente.

Quadro 5: Linhas de atuação do Edital durante os anos

ANO	2017	2018	2019
Linhas de atuação	Cultura - Desenvolvimento de Cultura; Cultura, Memória e Patrimônio; Cultura e Memória Social; Cultura e Sociedade; Folclore, artesanato e tradições culturais; Produção Cultural e Artística na Área de Artes Plásticas e Artes Gráficas; Produção Cultural e Artística na Área de Fotografia, Cinema e Vídeo; Produção Teatral e	Cultura - Desenvolvimento de Cultura; Cultura, Memória e Patrimônio; Educação Popular; Cursinhos pré-vestibular; Cultura e Memória Social; Cultura e Sociedade; Folclore, artesanato e tradições culturais; Produção Cultural e Artística na Área de Artes Plásticas e Artes Gráficas; Produção Cultural e Artística na Área de Fotografia,	4.1. Cultura - Desenvolvimento de Cultura; Cultura, Memória e Patrimônio; Cultura e Memória Social; Cultura e Sociedade; Folclore, Artesanato e tradições culturais; Produção Cultural e Artística na Área de Música, Artes Visuais Plásticas e Artes Gráficas; Produção Cultural e Artística na Área de Fotografia, Cinema e Vídeo; Produção

	Circense; Rádio Universitária; Capacitação de Gestores de Políticas Públicas; Cooperação Interinstitucional e Cooperação Internacional na área; Cultura e Memória Social.	Cinema e Vídeo; Produção Teatral e Circense; Rádio Universitária em diferentes modalidades; Capacitação de Gestores de Políticas Públicas; Cooperação Interinstitucional e Cooperação Internacional na área; Cultura e Memória Social.	Teatral e Circense; Dança; Cooperação Interinstitucional e Cooperação Internacional na área; Cultura e Memória Social. 4.2. Educação - Educação Básica; Educação e Cidadania; Educação à Distância; Educação Continuada; Educação de Jovens e Adultos; Educação Especial; Educação Infantil; Educação Popular; Educação do Campo; Ensino Fundamental; Ensino Médio; Incentivo à Leitura; Capacitação e Qualificação de Recursos Humanos e de Gestores de Políticas Públicas de Educação; Cooperação Interinstitucional e Internacional na área de Educação.
--	---	--	---

Fonte: O autor com base nos editais dos respectivos anos.

Sendo a UFPB signatária do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável também foram inseridos como linhas de atuação de projetos. Essa inserção foi feita no sentido de aprimorar as ações da UFPB na busca por colaborar com a implementação da Agenda 2030. Por meio da vinculação de ações de extensão com os ODS, a UFPB se consolida enquanto uma instituição pública preocupada com uma das mais importantes agendas políticas internacionais.

Quadro 6: Linhas de Atuação em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ANO	2019
Linhas de Atuação em consonância com os	5.1.1. Erradicação da Pobreza; 5.1.2. Fome Zero e Agricultura Sustentável;

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	5.1.3. Saúde e Bem-Estar; 5.1.4. Educação de Qualidade; 5.1.5. Igualdade de Gênero; 5.1.6. Água Potável e Saneamento; 5.1.7. Energia Acessível e Limpa; 5.1.8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico; 5.1.9. Indústria, Inovação e Infraestrutura; 5.1.10. Redução das Desigualdades; 5.1.11. Cidades e Comunidades Sustentáveis; 5.1.12. Consumo e Produção Responsáveis; 5.1.13. Ação Contra a Mudança Global do Clima; 5.1.14. Vida na Água; 5.1.15. Vida Terrestre; 5.1.16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes; 5.1.17. Parcerias e Meios de Implementação.
---	--

Fonte: O autor com base nos editais dos respectivos anos.

No que diz respeito a políticas internacionais, ainda foram inseridos em 2019 como itens avaliativos os níveis de internacionalização. Essa inovação, ainda que singela, teve como propósito possibilitar as ações de extensão uma maior articulação, cooperação interinstitucional e internacional nas áreas da extensão. Com isso, o programa “UFPB no seu município” passa a ser tanto um promotor da cultura brasileira quanto um articulador de cooperação internacional a partir da extensão universitária.

Quadro 7: Níveis de internacionalização

ANO	2019
Níveis de internacionalização	a) à promoção da cultura brasileira em outros países; b) à atuação da extensão universitária, de forma solidária entre redes e parcerias, com vistas à cooperação internacional.

Fonte: O autor com base nos editais dos respectivos anos.

Além disso, outra característica do edital que foi removida já na edição de 2018, foi a indicação de possíveis resultados produzidos pelas ações de extensão. Essas indicações vão desde a publicações como trabalhos em formatos de artigos acadêmicos, capítulos de livros e até livros completos, a criação de cursos, prestação de assessorias ou consultorias a outras organizações, atividades culturais e artísticas, divulgação extensionista na forma de publicações em mídias sociais, etc. Como pode ser conferido no **Quadro 8** abaixo, as indicações de produções

buscavam fomentar produções artísticas, literárias, midiáticas, tecnológicas, culturais, etc. além de articulação com parceiros do setor privado e do terceiro setor.

Quadro 8: Tipos de produtos aceitos

ANO	2017
Tipos de produtos aceitos	1. Cursos de treinamento profissional; 2. Cursos de formação para a comunidade interna e externa à UFPB; 3. Cursos de formação continuada para profissionais das áreas de conhecimento constantes do Plano Nacional de Extensão; 4. Cursos de aperfeiçoamento nas áreas de: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho e áreas afins; 5. Prestação de consultoria ou assessoria a instituições públicas ou privadas; 6. Atendimento direto à comunidade pelos órgãos de administração, ou de ensino e pesquisa; 7. Participação em iniciativas de natureza cultural; 8. Estudo e pesquisa em torno de aspectos da realidade local ou regional; 9. Promoção de atividades artísticas e culturais; 10. Publicação de trabalhos de interesse cultural; 11. Divulgação de conhecimentos e técnicas de trabalho; 12. Estímulo à criação literária, artística, científica e tecnológica; 13. Articulação com o meio empresarial; 14. Interiorização da Universidade.

Fonte: O autor com base nos editais dos respectivos anos.

A fim de preservar os participantes das nove entrevistas realizadas com membros da rede de extensão do Programa UFPB no seu município, iremos utilizar codificações para caracterizá-los. De modo simples, a codificação corresponde a sua função desempenhada (Ex.: “DISC.BOLS” = Discente bolsista) na rede e ao número (Ex.: “.01”) que indica sua posição de registro nessa respectiva função. As identificações dos entrevistados podem ser visualizadas no Quadro 3 abaixo.

Quadro 9: Identificadores de entrevistados

Nº	IDENTIFICADOR	FUNÇÃO NA REDE
01	PROF.UNIV.01	PROFESSORA UNIVERSITÁRIA
02	SEC.EST.01	PROFESSOR UNIVERSITÁRIO E SECRETÁRIO DE ESTADO
03	GEST.EXT.01	GESTORA DE EXTENSÃO
04	COORD.UNSM01	COORDENADOR DO UNSM
05	COORD.PROJ.01	COORDENADORA DE PROJETOS
06	DISC.BOLS.01	DISCENTE BOLSISTA

07	MEMBRO.EXT.01	MEMBRO EXTERNO
08	GEST.PÚB.01	GESTORA PÚBLICA
09	COLAB.EXT.01	COLABORADOR

Fonte: O autor.

Antes de seguirmos com as reflexões sobre as entrevistas, é preciso compreender o que os entrevistados entendiam por extensão universitária. Dessas falas, entendemos que os entrevistados veem a extensão sob duas óticas, a primeira é a da forma, ou seja, se projetos, programas, ou cursos. A segunda é a da essência, a do propósito da extensão, que para elas é a de formar sujeitos sociais que possam auxiliar na construção de um mundo melhor. Nela perspectiva dupla, essência-forma, nos lembra a discussão proposta por Deleuze e Guattari (1995) ao afirmar que a essência num plano de imanência transborda individualidades, ou seja multiplicidades.

“São projetos desenvolvidos pelos estudantes, professores e servidores universitários para o público externo.” (DISC.BOLS.01³⁷, 2022).

“Atender a missão a qual a extensão se predispõe como princípio, na busca de inserir os sujeitos sociais (tanto os discentes, quanto os locais) num universo cultural estruturado por valores, crenças, comportamentos, conhecimentos e linguagens, que possam formar indivíduos capazes de contribuir para a construção de um mundo melhor.” (COORD.PROJ.01, 2022³⁸).

Tendo analisado os elementos estruturais do Programa em durante o período de 2017 a 2019, iremos agora ouvir os entrevistados no que tange ao mesmo e como percebem o percebem. De acordo com o COORD.UNSM01, o edital é um canal de comunicação e proximidade da universidade com a sociedade, o que corrobora com a opinião da COORD.PROJ.01,. Já para a DISC.BOLS.01, o edital é visto como um meio de mobilização nos municípios atingidos na Paraíba. Esses apontamentos demonstram que na percepção destes extensionistas, o Programa é um meio catalisador da relação universidade-sociedade.

“A universidade precisa estar presente nos municípios de sua área de atuação. A ideia original é que a Universidade Federal da Paraíba

³⁷ Discente do Curso de Licenciatura em Letras Português.

³⁸ Técnica administrativa.

preste assistência técnica aos pequenos municípios, já que estes não possuem pessoal capacitado em seu quadro de funcionários. Além disso, seria um campo de trabalho ou estágio para os alunos da graduação. O programa, intitulado "UFPB no seu Município", tem como objetivo oferecer aos municípios técnicos capacitados, juntamente com a força de trabalho dos bolsistas. Os alunos teriam a oportunidade de colocar em prática o aprendizado adquirido em sala de aula." (COORD.UNSM01, 2022).

"Como princípio, o programa se insere, atende e corrobora com a exigência das Diretrizes para a Educação Superior no Brasil, integrando-se à matriz curricular dos cursos de graduação como um componente curricular, respondendo a missão da universidade-Ensino, pesquisa e extensão. Assim, abre oportunidades para atividades extensionistas envolvendo a comunidade acadêmica bem como estendendo para comunidades externas, incrementando a atuação na construção de conhecimentos e contribuindo no desenvolvimento cultural, social e econômico dos municípios seguindo a caracterização dos projetos e a necessidade local." (COORD.PROJ.01, 2022).

"É um programa de extensão que mobiliza o social, cultural e a educação dos municípios paraibanos." (DISC.BOLS.01, 2022).

O edital do programa foi formulado pelo Pró-reitor e ele solicitou que a equipe elaborasse o documento. O edital foi a peça fundante do programa, não houve nenhum documento ou estudo prévio que o antecederesse. Naquele momento, o programa era um projeto piloto e tinha cerca de 30 a 40 bolsas disponíveis. A ideia principal era elaborar o edital, que ainda deve estar disponível na página da UFPB ou pode ter sido acessado anteriormente. (COORD.UNSM01³⁹, 2022).

Um ponto interessante que requer nossa atenção foi trazido pelo COORD.UNSM01 e diz respeito ao processo de formulação do Edital. Segundo ele, a criação do programa foi uma decisão tomada pelo Pró-reitor responsável pela pasta da extensão na época e não houve nenhum estudo de potencialidades do território para a confecção do edital. Dessa forma, o edital surge através de um processo hierárquico de gabinete e sem vinculação com as demandas do território paraibano.

Nesse sentido, algo que nos chamou a atenção também foi a falta de construção epistemológica e conceitual do programa. Mesmo sendo um procedimento raro, fomentar epistemologicamente com conceitos-chave uma proposta de política institucional de articulação em rede pode dar aos futuros

³⁹ Técnico administrativo.

membros dessa mesma rede a possibilidade de compreender quais as perspectivas e direcionamentos propostos para novas ações. Ou seja, dar subsídios epistemológicos para uma política de tal porte poderia favorecer uma cultura de articulação, parcerias e colaboração dentro da nova rede extensionista.

Dessa forma, baseado tanto nos elementos expostos do próprio edital quanto das opiniões dos extensionistas, o Programa “UFPB no seu município” busca construir conhecimentos adjunto da sociedade e prestar serviços contextualizados com as necessidades locais. Em outras palavras, isso simboliza um propósito de amplificar na medida do possível o alcance das ações extensionistas e gerar impacto social positivo nas comunidades externas parceiras. Nesse cenário, podemos verificar em certo aspecto, duas das condições primárias para o êxito dos projetos, o estabelecimento de parcerias com as comunidades locais e a identificação de suas reais necessidades.

Aqui é importante pontuar que realizar parcerias com as comunidades locais é um dos elementos-chave para a Interlocução Dialógica. Visto que sem a construção de parcerias com os territórios, dificilmente as ações de extensão conseguem se desenvolver de modo eficiente e gerar produtos benéficos para as comunidades. Logo, não adianta elaborar ações extensionistas sem parcerias-chave para movimentá-las nos territórios gerando novas conexões com o público-alvo almejado.

Na maioria das vezes, a elaboração de projetos (pesquisa, ensino, extensão, inovação, etc.) é um processo solitário, no qual, o proponente tende a partir de sua visão de mundo e outros autores tentam construir respostas para determinado problema. A questão é que recorrentemente vemos a elaboração de projetos por apenas um sujeito, o proponente. Ocorre que quando se tenta construir respostas para os problemas dos outros e não se tem vivência nesse problema, acabamos caindo em erro. Para se elaborar projetos realmente condizentes com os problemas de uma determinada comunidade, é preciso ouvir essa comunidade, compreender qual a vivência dela como esse problema, como ele se revela e os incomoda diariamente. Por isso, identificar as necessidades de uma comunidade é um dos primeiros passos para o desenvolvimento de ações realmente transformadoras.

Pois, é só através da empatia e da compreensão dos problemas alheios que podemos juntamente construir as melhores soluções.

"O maior desafio, em meu entender, é fazer com que os gestores locais entendam a importância não apenas da Universidade, mas também da oportunidade de fornecer aos seus cidadãos a expertise que se encontra dentro da Universidade. (COORD.UNSM01, 2022)

Dentro dessa situação, temos uma questão que é chave: o único orçamento que temos é a bolsa do bolsista, nada mais. O coordenador do projeto, seja técnico ou professor, não tem um centavo. Como podemos pensar em atingir os municípios do entorno da Universidade sem ter recursos para transporte, alimentação, hospedagem e seguro de vida para o bolsista? Precisamos ter certeza de que a ação é correta e está cercada dos cuidados necessários para proteger nosso bolsista e nosso aluno, que é o bem mais importante da Universidade. Não podemos deixar esse aluno lá sem ter nenhum apoio do coordenador. Esse é o maior desafio: fazer com que os gestores municipais compreendam que existe a necessidade da construção de uma parceria econômica em que a prefeitura entra com aquilo que a Universidade não tem. Essa parceria não precisa ser financeira, mas econômica." (COORD.UNSM01, 2022)

"Articular e concretizar parcerias e acordo de cooperação com os municípios e organizações sociais, bem como questões de orçamento para o deslocamento da equipe." (COORD.PROJ.01, 2022).

Vale salientar que para se implementar uma política institucional demanda tempo não só para adequação à cultura organizacional, mas também para as comunidades externas compreenderem e serem inseridas nesses novos processos. Este é um dos desafios para a construção de um programa extensionista na atualidade abordado pelos entrevistados. Para eles, a necessidade recursos humanos e financeiros precede o desenvolvimento de um programa deste porte em território Paraibano.

Para o COORD.UNSM01, a falta de recursos financeiros e orçamentários acaba por dificultar o processo de desenvolvimento de ações de extensão. O mesmo enfatiza a ausência de pagamento aos servidores docentes e técnicos administrativos pela realização dessas atividades. É claro que ambos os servidores, sejam eles docentes ou técnicos, recebem o vencimento pela execução de suas atividades laborais. Entre atividades possíveis de serem realizadas pelas suas respectivas funções e cargos, estão as atividades de pesquisa, ensino e extensão.

Todas elas condizentes com a carga horária determinada pelos respectivos órgãos e unidades administrativas. Dessa maneira, fica a partir dessa fala o entendimento de que assim como há bolsas de extensão para os discentes, deveriam existir para os coordenadores de projetos.

Nessa perspectiva, do desenvolvimento de ações de extensão a partir dos territórios, surge a pergunta de como o edital pode contribuir para a inserção social dos cidadãos nos diferentes setores da sociedade. Visto que, a extensão universitária, entre outros objetivos, tem o papel de possibilitar o desenvolvimento das comunidades por meio da execução de ações extensionistas. Para o COORD.UNSM01, a universidade tem que se inserir nesses processos como uma interlocutora junto a outros setores da sociedade que tenham a possibilidade de maior impacto nos territórios.

“Essa é uma pergunta muito capciosa, não é? Portanto, você não pode esgotar os poucos recursos que a universidade tem, tentando fazer com que a universidade realize uma ação que é do estado, não é da universidade. A universidade é coadjuvante nesse processo. Então, como ela pode contribuir? Ela pode contribuir exatamente no que é fundamental, que é o programa. A partir da capacidade instalada que a universidade tem, ela pode suprir de alguma maneira as deficiências de capacitação que existem nos municípios e, de alguma forma, estar contribuindo para a inclusão social. Imagine que você pode ter uma oficina voltada para a produção de cerâmica, outra voltada para design, uma terceira voltada para carpintaria e uma quarta para empreendedorismo. É uma possibilidade, desde que não seja por necessidade, mas sim por oportunidade. Nesse sentido, eu não sei se estou me fazendo entender, mas a universidade pode contribuir sendo coadjuvante no processo, pois ela não é o estado, não é um governo estadual e nem um município. A universidade pode contribuir com o que tem e com o que pode oferecer.”
(COORD.UNSM01, 2022)

Nesse sentido, uma instituição de ensino superior pública deveria mediar juntamente com o Poder público, por exemplo, a elaboração de ações de extensão na área da formação profissional para capacitar os recursos humanos dos municípios parceiros, de modo que estes não precisassem constantemente do pessoal da IES. Com trabalhadores atualizados e qualificados nos municípios, as ações de extensão poderiam se focar mais na resolução dos problemas complexos de uma determinada comunidade. Isso, auxiliaria no processo de articulação

territorial e no fortalecimento de redes de colaboração extensionista como vimos segundo Castells (2005).

Na opinião da DISC.BOLS.01, os projetos também podem contribuir para a inserção social dos grupos sociais. Para ela, “os projetos mobilizam e impactam positivamente um grupo que, na maioria das vezes, necessita daquele serviço” (DISC.BOLS.01, 2022). Logo, podemos observar aqui a relação de uma extensão a partir do ponto de vista da prestação de determinado serviço público.

Os impactos são sempre benéficos, percebemos com o feedback da comunidade atendida, bem como no envolvimento do corpo discente, buscando muitas vezes aprimorar o aprendizado com pesquisas correlacionadas. Contribuindo assim, para o crescimento de artigos e registro de atividades de extensão e transferência de Informação, operacionalizando as competências a qual a universidade se destina. (COORD.PROJ.01, 2022).

Segundo a COORD.PROJ.01, os impactos de um projetos em determinada comunidade são sempre benéficos. De acordo com a mesma, a partir do estabelecimento de diálogos é possível compreender estes impactos e produzir artigos e trabalhos acadêmicos que contribuam para o aprimoramento da universidade. Ainda em sua opinião, ela traz a possibilidade de melhorias nas pesquisas desenvolvidas na instituição de ensino através da extensão universitária.

O desenvolvimento cultural é um eixo importante, mas o problema é que a cultura não produz indicadores claros. Aqueles que trabalham com economia muitas vezes não entendem a cultura e acreditam que apenas com pequenos investimentos é possível gerar resultados. Por outro lado, as pessoas envolvidas com cultura também têm dificuldades em gerar indicadores que comprovem sua importância econômica. É fundamental que haja um entendimento comum entre esses dois setores e para isso é necessário criar um vocabulário compartilhado. Por exemplo, a Flip recebeu R\$ 3 milhões da lei Rouanet e transformou em R\$ 45 milhões, mas se soubermos transformar esse valor em números e mostrar seu impacto, podemos comprovar sua importância econômica. A coordenação de extensão pode contribuir para a geração desses indicadores econômicos, mostrando o impacto do setor cultural na economia. (COORD.UNSM01, 2022) De posse da realidade local, mapear projetos direcionados aquela necessidade/realidade. Dessa maneira, pode-se motivar a aridez cultural vigente na localidade, bem como enaltecer as expressões artísticas locais. (COORD.PROJ.01, 2022).

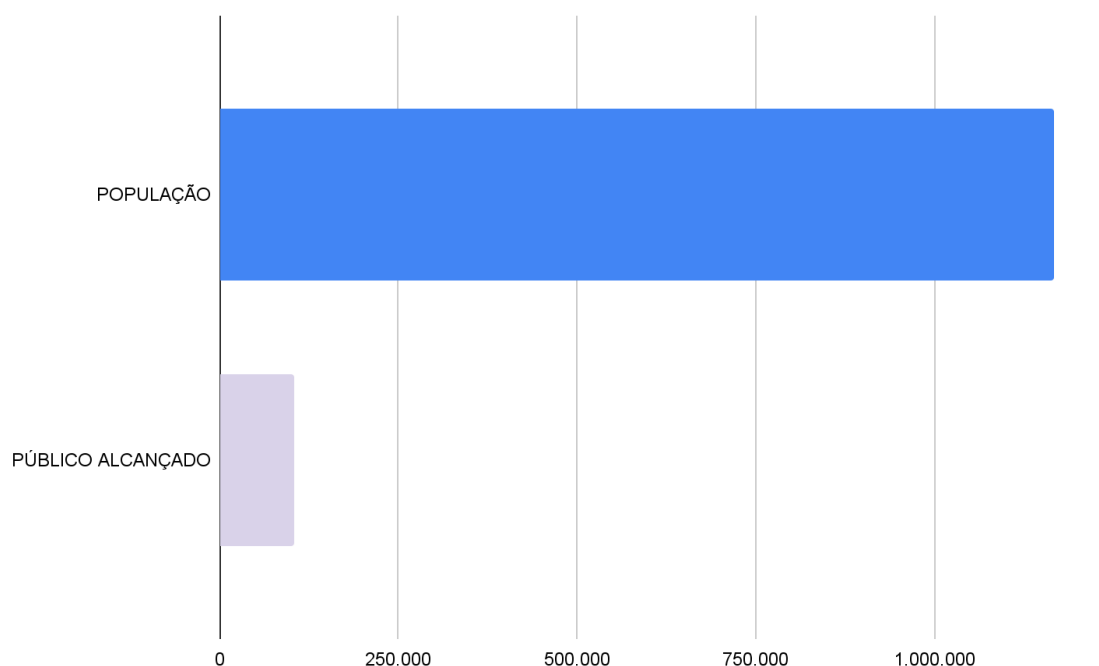
Quanto a relação entre o edital e o fomento de ações de cultura como foi o foco do mesmo por determinado período, os entrevistados têm algumas ressalvas. Para o COORD.UNSM01, um problema latente na área da cultura é o fato da falta de geração de dados qualificados quanto às ações de produção cultural. Isso, na opinião do mesmo, afeta profundamente o desenvolvimento da economia da cultura, um dos eixos anteriores do Programa. Já para a COORD.PROJ.01, mediante o conhecimento da realidade local e das ações de extensão, é possível contribuir para os movimentos artísticos locais.

Ao se falar de impactos, podemos visualizá-los mediante a análise dos públicos atingidos pelas ações de extensão. Entre 2017 e 2019 foram desenvolvidas 280 ações vinculadas ao Programa “UFPB no seu município” (Barbosa, 2020), o que por sua vez atingiu um total de 163.184 pessoas. Este número revela uma grande capacidade de articulação da Universidade Federal da Paraíba com as microrregiões.

Este número por si só já indica uma elevada quantidade de vidas impactadas, no entanto, revela também uma contradição. Como vimos, o Edital foi criado para auxiliar municípios menores e com falta de estrutura profissional de qualidade, mas com o passar dos anos houve um movimento contrário de concentração das ações na microrregião de João Pessoa de área de 288km², o que corresponde a 177 ações de extensão nos referidos três anos, com impacto de 104.259 (63,9%) pessoas distribuídas em seis⁴⁰ municípios. Desse modo, na microrregião de João Pessoa foram impactadas aproximadamente 8,93% da população total (1.167.424) da microrregião com estimativas do IBGE.

⁴⁰ Os municípios da microrregião de João Pessoa são: Bayeux, Cabedelo, Conde, João Pessoa, Lucena e Santa Rita.

Gráfico 2: Quantidade de público alcançado em relação a população da microrregião de João Pessoa

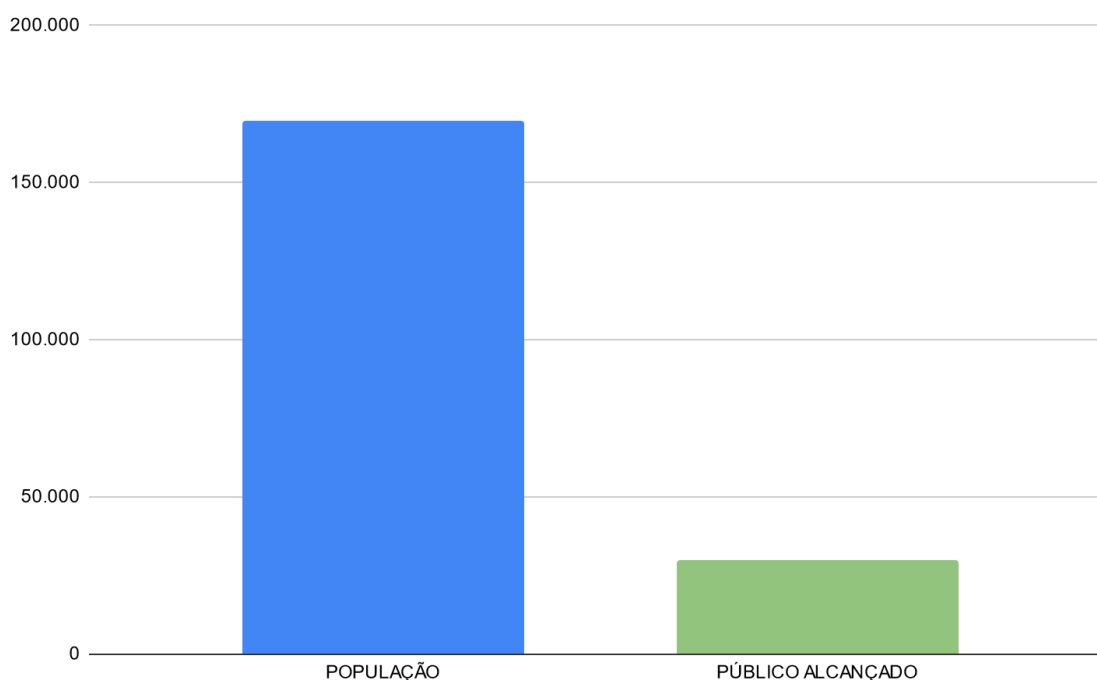


Fonte: O autor com base nos dados do SIGAA-UFPB.

Este número, por sua vez, é 71,23% maior do que a segunda microrregião com mais população impactada, a de Guarabira com quatorze municípios na mesorregião do Agreste Paraibano e área de 189km². Nas duas ações de extensão realizadas entre 2017 e 2018 nessa microrregião, foram alcançadas 30.000 pessoas. O que coincide com 27,36% da população dos sete⁴¹ municípios impactados, 109.614 de acordo com dados do IBGE, e 17,66% quando se trata da população total da microrregião, 169.860 pessoas. Assim, as ações de extensão na microrregião de Guarabira foram as que mais alçaram a comunidade externa em números proporcionais.

⁴¹ Os municípios alcançados foram: Belém, Caiçara, Duas Estradas, Guarabira, Lagoa de Dentro, Logradouro e Píripituba. Já os que não receberam ações foram Alagoinha, Araçagi, Cuitegi, Mulungu, Pilõezinhos, Serra da Raiz e Sertãozinho.

Gráfico 3: Quantidade de público alcançado em relação a população da microrregião de Guarabira

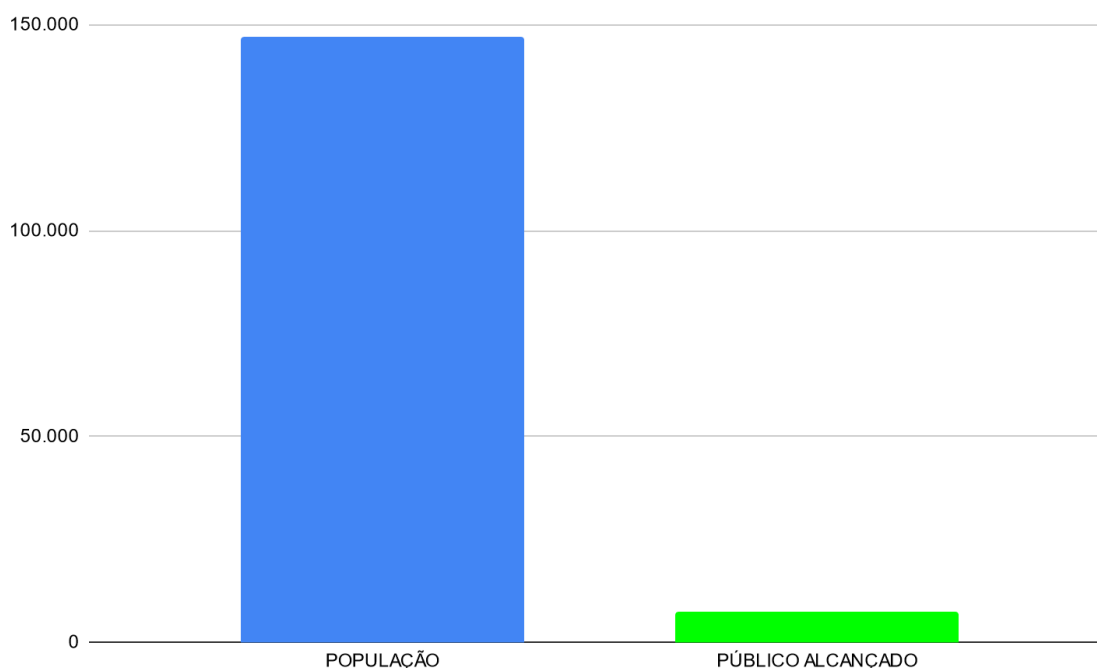


Fonte: O autor com base nos dados do SIGAA-UFPB.

A terceira microrregião com maior alcance de público foi a do Litoral Norte⁴² na mesorregião da Mata Paraibana, uma área correspondente a 831km². Composta por onze municípios e uma população aproximada de 147.257, as ações de extensão do Edital atingiram um total de 7.380 pessoas. O número corresponde a um total de 5,01% da população total da microrregião. Apenas um município desta microrregião não foi alcançado com as ações de extensão, a cidade de Curral de Cima.

⁴² Esta microrregião é formada pelos municípios de Baía da Traição, Capim, Cuité de Mamanguape, Curral de Cima, Itapororoca, Jacaraú, Mamanguape, Marcação, Mataraca, Pedro Régis, Rio Tinto.

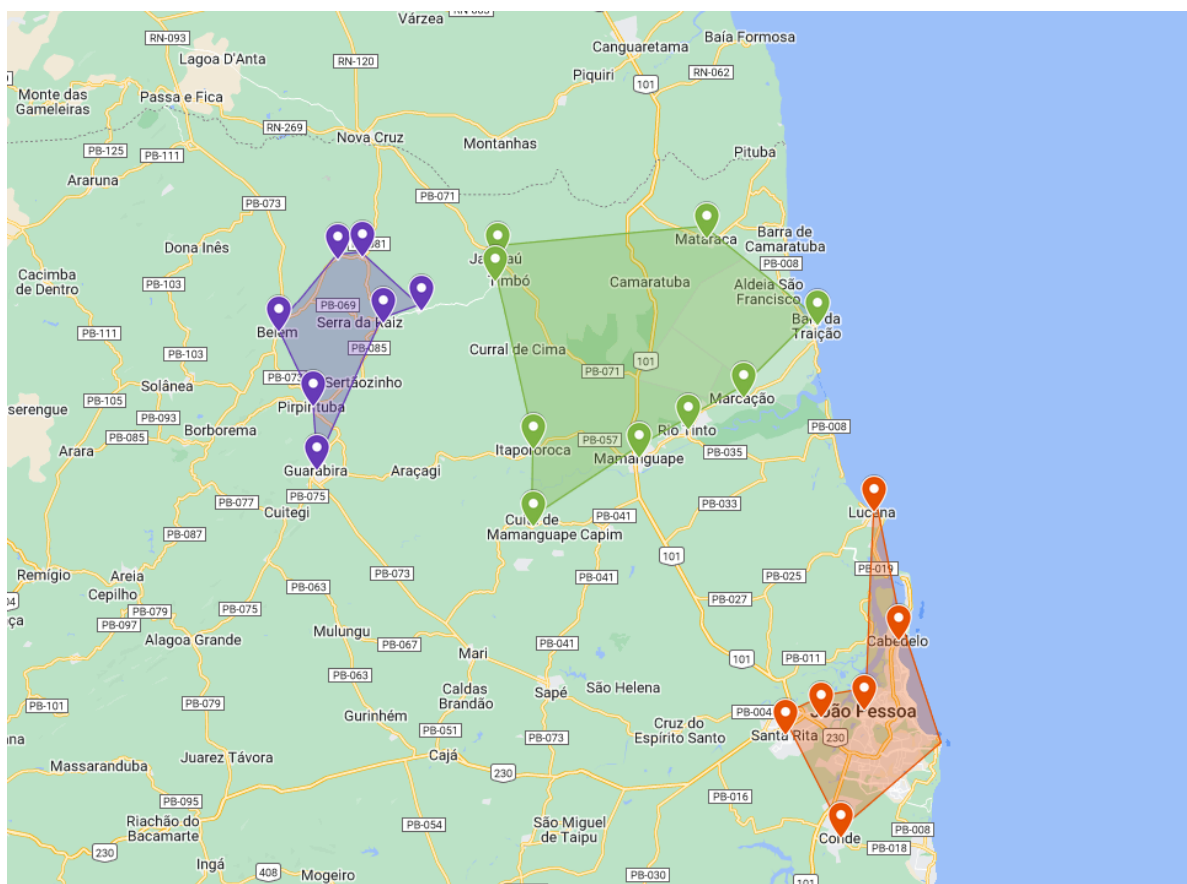
Gráfico 4: Quantidade de público alcançado em relação a população da microrregião do Litoral Norte



Fonte: O autor com base nos dados do SIGAA-UEPB.

Dois pontos surgem após a análise dos públicos alcançados, o primeiro é que 86,79% deles se concentram em ações de extensão desenvolvidas nas microrregiões de João Pessoa, Litoral Norte e Guarabira. Já o segundo se dá quando visualizamos a Figura 11 com os polígonos formados a partir das microrregiões é que a maioria dos públicos atingidos nas ações extensionistas são em municípios próximos aos Campi da UEPB. Ou seja, as ações da microrregião de João Pessoa se concentram em municípios que orbitam o Campus Sede no município de João Pessoa; as da microrregião de Guarabira estão em municípios próximos as cidade de Bananeiras e Solânea, onde está instalado o Campus III; e por fim os municípios da microrregião do Litoral Norte estão ao redor dos municípios de Mamanguape e Rio Tinto, onde por sua vez se localiza o Campus IV. Em suma, as respectivas ações que alcançaram este esses públicos são um total de 205 (73,2%) atividades, o que se nos lembrarmos das dificuldades trazidas pelos entrevistados anteriormente, nos indica uma possível dificuldade em desenvolver ações em outras unidades municipais mais distantes dos campi da UEPB.

Figura 12: Polígonos territoriais⁴³ formados a partir das microrregiões.

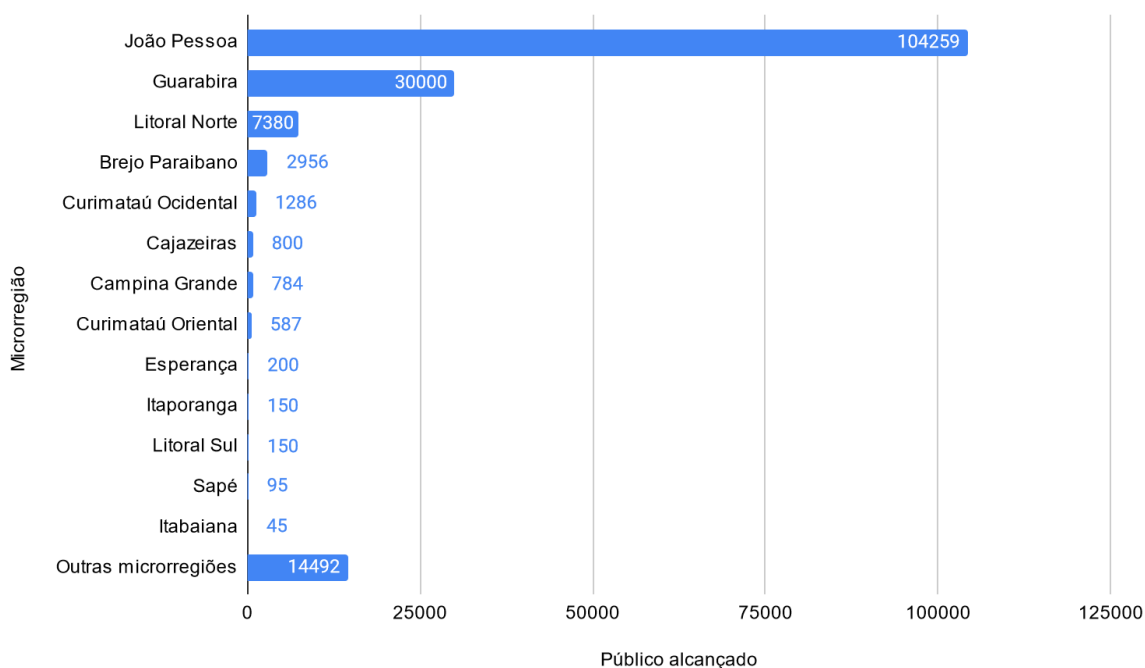


Fonte: O autor com base nos dados do SIGAA-UFPB.

No Gráfico 5 abaixo podemos visualizar todas as microrregiões da Paraíba que foram alcançadas. Das vinte e três microrregiões do nosso Estado, apenas quatro não foram alcançadas, são elas: Patos e Serra do Teixeira (Mesorregião de Sertão Paraibano); Cariri Oriental (Mesorregião da Borborema); e Umbuzeiro (Mesorregião do Agreste Paraibano). Todas juntas totalizam trinta e sete municípios. Vale salientar que todas as quatro microrregiões estão relativamente distantes dos Campi da UFPB, o que fortalece a suspeita da UFPB não conseguir alcançar municípios próximos aos seus campi.

⁴³ Os polígonos correspondem a: Roxo (Guarabira); Verde (Litoral Norte); e Laranja (João Pessoa).

Gráfico 5: Total de Público atingido por Microrregião⁴⁴

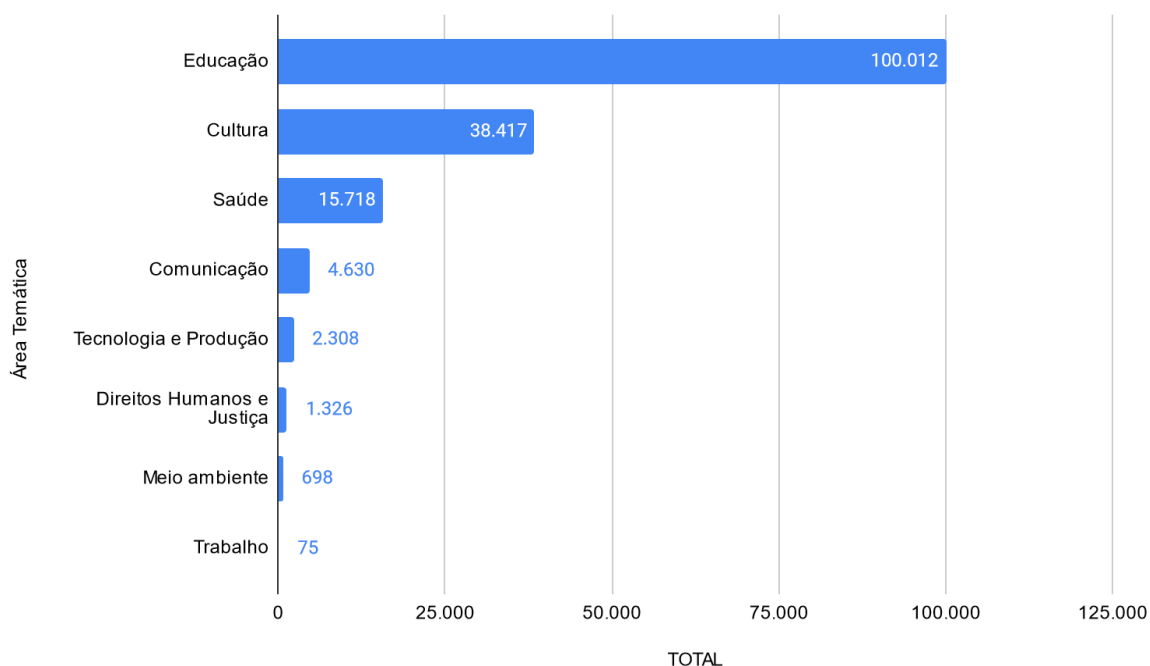


Fonte: O autor com base nos dados do SIGAA-UFPB.

Se alterarmos a categoria de análise, podemos ver como os públicos estão distribuídos pelas áreas temáticas do Programa UFPB no seu município. No Gráfico 6, é possível verificar que as áreas que mais alcançaram cidadãos ao longo do triênio foram as de: Educação, com 100.012 (61.28%); Cultura, com 38.417 (23.54%); e Saúde com 15.718 (9.63%). Sendo que o único ano em que a área da Cultura superou a de Educação foi em 2017, respectivamente 11.334 e 6.555 pessoas alcançadas. Esses dados nos mostram que mesmo num período onde as linhas temáticas estavam com ênfase na arte e cultura, a área da educação foi a mais procurada.

⁴⁴ Os dados completos podem ser conferidos no Apêndice III.

Gráfico 6: Total de Público Atingido por Área Temática⁴⁵



Fonte: O autor com base nos dados do SIGAA-UFPB.

“Como pontos fortes e relevantes, penso na contribuição da construção de conhecimentos no desenvolvimento cultural, social e econômico dos municípios. Um diálogo motivador de vivência cultural para essas comunidades. Como ponto negativo: Acredito que a comunidade em si, deveria ser ouvida diretamente através de pesquisas antes de atender as demandas oriundas da secretaria responsável do município envolvido, uma espécie de censo cultural. Pois, muitas das vezes, encabeçando esses cargos estão agentes políticos que por vezes, não conhece a realidade sociocultural da região.” (COORD.PROJ.01, 2022).

Uma observação pode ser feita no que tange também os elementos que fortalecem ou enfraquecem o edital. Para a COORD.PROJ.01, ela chama atenção para as possibilidades que o programa traz para a produção de conhecimento sobre o desenvolvimento cultural e nos alerta para a necessidade da construção de instrumentos e procedimentos para se ouvir realmente as comunidades e suas necessidades. O processo de escuta ativa e da construção de pontes de diálogos pode ser encontrado nos ecossistemas de interlocução dialógica e nos tipos de relações sociais e intersetoriais possíveis.

⁴⁵ Os dados completos podem ser conferidos no Apêndice III ou em Barbosa (2020).

Olha, a gente tem muitas ações de gabinete que são criadas com muita boa vontade, mas só nós sabemos o que acontece e é aquela impressão que eu tenho: é uma ação que vem de cima para baixo “jogando boias para ver se alguém sobreviver” e não entendem que é exatamente o contrário. Você tem que arar a terra. (COORD.UNSM01, 2022). Há muitos anos, fizemos uns projetos de incubadora para empreendimentos melipônicos⁴⁶. Eu já te falei sobre isso. Chamaram a gente para fazer 10 projetos e aí a gente olhou para um lado e para o outro. Então, pensamos: bora dar uma investigada primeiro?. Desses dez projetos, a gente podia receber dinheiro dos dez. A gente só aceitou fazer dois. Vamos imaginar que cada um fosse 10 mil reais. Em vez de receber 100 mil, só recebemos 20 mil. Os outros oito a gente disse que não tinha maturidade para fazer aquele salto. Uma outra estrutura fez. Aí, passados oito ou dez anos, daquelas dez só tinham duas de pé. Pergunta quais? sabe por quê? Porque a gente foi no território, a gente ouviu as pessoas, a gente entendeu o que as pessoas queriam! Entendeu que na época o sonho delas era trocar o jegue por uma CG 125⁴⁷. Eu fiz a equação financeira mostrando que havia possibilidade de trocar o jegue por uma CG 125, porque foi o que me chamou atenção na estrada, justamente a quantidade de jumentos sem donos na estrada. Não foi feito dentro do gabinete de ninguém. Então, esses projetos que são feitos dentro de gabinete, a probabilidade de eles darem errado é muito grande.

Mais um ponto fraco é exposto pelo COORD.UNSM01. Segundo o mesmo, ações institucionais que são formuladas pelas gestões universitárias, mesmo que haja boa vontade nas suas elaborações, estas ainda tendem a falhar. Essas ações falham em sua opinião por conta do distanciamento com as comunidades e o território, não são pensadas em profundidade. Aqui compreendemos que para o mesmo, muitas dessas ações têm apenas um papel assistencialista e não fazem um trabalho de formação de públicos participantes que sejam conscientes assim como a fala anterior da COORD.PROJ.01.

Nessa fala, vemos o entendimento do impacto que pode causar a construção de políticas institucionais de extensão longe das comunidades. Aqui, nosso interlocutor aponta para a necessidade do estudo da realidade local da comunidade que será usuária dessas ações de extensão e que esse estudo tem que levar realmente em consideração o contexto de vida daqueles sujeitos, seja social, cultural, educacional, econômico, etc. Para ele foi preciso primeiro ver os jumentos

⁴⁶ Referente a Meliponicultura, a criação de abelhas que não possuem ferrões.

⁴⁷ Motocicleta da marca Honda fabricada no Japão desde 1976.

na beira da estrada para depois em diálogo pensar uma solução (equação) viável juntamente com a comunidade.

Quando você colocou aquela história lá de "interlocução dialógica"⁴⁸, esse negócio me interessa porque tem designer de serviços, etnografia e parcerias, tem tudo a ver com o que a gente tá conversando agora, sobretudo a importância do território. Não é todo mundo (gestores) que compreende, acho que é exatamente isso, a importância e a capacidade de ter a oitiva, sabe, e tem até sentido na pele, pois é um exercício de empatia, sentir a dor do outro. Não é ir lá dentro do seu carro com ar-condicionado, né? É a partir do que tu traz, a partir daquilo que tu é, a partir daquilo que é o teu desejo, onde a gente pode fazer a diferença. Foi o que eu fiz. Eu peguei uma parte do recurso que não podia e transformei em dotação orçamentária para eles comprarem uma matéria-prima, porque também de nada adianta você fazer um curso e não ter como começar. Você fez o curso, você termina, tem um papel com o símbolo da Universidade que é o nome não sei o quê, não sei o quê, não sei o quê e nada mais. (COORD.UNSM01, 2022)

Vemos a referência a um modelo gestão universitária da extensão que seja mais próximo às comunidades e seus contextos locais. Na opinião de COORD.UNSM01, é preciso verificar as potencialidades locais, tanto dos territórios quanto dos sujeitos, para que mediante as ações de extensão ambas possam ser aprimoradas, além é claro de fortalecer também possíveis fraquezas. Além disso, o interlocutor indica os possíveis problemas do distanciamento na relação universidade-sociedade, servidor-comunidade, relação essa que em sua análise é importante que haja empatia.

5.2. Formulando Políticas Institucionais de Extensão

Na discussão sobre os processos de formulação de políticas institucionais houveram grandes contribuições, a começar pela avaliação do cenário atual. De acordo com o SEC.EST.01, apesar de hoje termos muitas possibilidades de aprimoramento de políticas existentes, temos muito menos recursos em relação há anos anteriores. De fato, o tema dos recursos têm sido recorrentes e nos indica as

⁴⁸ Nesse trecho, o entrevistado faz referência ao conceito criado em nosso trabalho anterior, Barbosa (2020).

dificuldades de implementação de políticas e programas sem o apoio do poder público.

Eu acho que você está colocando algo importante, porque, para dizer a verdade, se você faz uma avaliação do desempenho público e levanta informações, na minha época, e na época de vocês, que são mais jovens, qualquer coisa poderia ser feita. Agora, vamos voltar para aquela época. Por quê? [...] Eu acredito que, de qualquer maneira, vocês estão vivendo numa situação em que podem aprimorar e apoiar programas, mas com muito menos recursos do que antes.[...] É necessário conversar com muitas pessoas que têm os pés no chão e que entendem a problemática do dia a dia. (SEC.EXT.01⁴⁹, 2022)

Nas universidades, tínhamos encontros tanto no litoral norte quanto no sul para melhorar as políticas já existentes. Esses fóruns de debate traziam soluções para as questões que estamos discutindo agora, como a necessidade de assistência técnica no campo e políticas públicas para manter o homem no campo e seus filhos também, seja por meio de cursos de aperfeiçoamento ou qualificação técnica em áreas específicas. [...] Em algumas dessas visitas, filhos de agricultores que não conseguiram entrar na universidade foram indicados para um programa que os ajudou a se qualificar melhor e a se tornarem referências em suas comunidades. Hoje em dia, programas de cotas existem, mas muitas vezes esbarram em questões orçamentárias e falta de apoio da instituição de ensino. Algumas universidades não abraçam esse tipo de programa e, mesmo quando há orçamento disponível, a execução pode ser prejudicada pela falta de empresas qualificadas ou de engajamento com pesquisa e outros programas. (MEMBRO.EXT.01, 2022)

O MEMBRO.EXT.01⁵⁰ lembra dos encontros realizados com as comunidades através das Universidades. Ele cita o papel dos fóruns de debate para o aprimoramento das políticas e assistências técnicas nos territórios. Além disso, ele fala da importância de formação qualificada para os filhos dos homens e mulheres do campo e dos impactos positivos das ações nas comunidades.

A GEST.EXT.01 adiciona outro elemento à nossa discussão, as dificuldades burocráticas para a captação de recursos externos à universidade. Vale salientar que

⁴⁹ Professor universitário de Economia, Engenheiro Agrônomo e ex-Secretário de Estado de Agricultura.

⁵⁰ Membro externo da rede, Engenheiro Agrônomo e Técnico credenciado do Banco do Nordeste para projetos juntos aos produtores rurais.

a captação de recursos é um dos indicadores de avaliação da extensão. Para a mesma, a aquisição de recursos externos são importantes e interessantes iniciativas.

Havia uma política voltada para o homem do campo na qual tínhamos um professor no centro de educação responsável, no valor de dois milhões de reais. Infelizmente, ele não conseguiu executar o projeto porque o órgão responsável pelos recursos não estava preparado para alugar um espaço adequado para oferecer os cursos. Seria importante resgatar essa iniciativa, pois ela é muito interessante. (GEST.EXT.01⁵¹)

Nesse sentido de capacitação, no governo anterior havia o Pronatec, que pagava um valor por dia para que as prefeituras enviassem jovens para cursos modulares de educação continuada.[...] O Colégio Agrícola é importante para a capacitação em municípios vizinhos, oferecendo cursos que auxiliam os estudantes na preparação para o Enem e outros cursos de capacitação. (GEST.EXT.01)

Como modelo exitoso de política de capacitação, a GEST.EXT.01 indica o Pronatec, programa de capacitação técnica e profissional criado em 2011 no primeiro mandato da então presidente Dilma Rousseff (2011-2014). Em sua fala, este programa fez um grande feito de articulação entre gestores municipais e as universidades para a execução de cursos como os preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). De fato, esse modelo de articulação fomentado através de recursos do Governo Federal possibilita maior impacto nas ações educacionais nos territórios que não possuem acesso à formação superior.

Inclusive, a mesma destaca a relevância da compreensão sobre o papel exato das Instituições de Ensino Superior. Em relação a finalidade destes ambientes educacionais, ela que muitas dessas instituições possuem compromisso social com as respectivas comunidades. Mas no final das contas, vemos que esse compromisso social muitas vezes se torna subjetivo perante o entendimento dos gestores universitários e há diferentes entendimento de como desenvolver tais ações.

Deixa eu fazer uma colocação. Na verdade, eu não vou fazer uma defesa, mas às vezes a universidade se propõe a ser um centro de ensino, pesquisa e extensão. Isso não significa que ela não tenha o

⁵¹ Gestora de extensão universitária, Assistente social e Especialista.

compromisso social com o desenvolvimento regional e nacional. (GEST.EXT.01)

A formulação das políticas requer uma estruturação em etapas. Elas não surgem do nada e devem ser devidamente formuladas. Sua elaboração conta com um planejamento inicial, com a criação e execução. Então, a Universidade percebe e identifica, por meio das demandas sociais, quais são as necessidades da população e da sociedade. Em seguida, ela elabora e desenha uma proposta de política de extensão e a encaminha para ser aprovada pelo órgão responsável. Quando se trata de uma política que vai se tornar permanente, ela precisa ter seus objetivos, metas e público-alvo definidos e ser referendada através dos órgãos competentes. (PROF.UNIV.01)

Sobre o processo de formulação de políticas institucionais, a PROF.UNIV.01⁵², indica um esquema possível dentro das Universidades. Em consonância com outras entrevistadas, ela nos propõe que as instituições de ensino na confecção de suas políticas devem ouvir as demandas sociais. Além disso, ela ressalta que haja objetivos, metas e públicos-alvo bem definidos.

Ao analisar essas recomendações, é possível constatar que ao longo dos anos, o Programa UFPB no seu município vem passando por aprimoramentos e incorporando algumas dessas sugestões. Isso é evidenciado pela evolução das linhas de atuação e pela adoção de cinco eixos temáticos, além da exigência de que os projetos selecionem públicos-alvo de municípios com menos de 150 mil habitantes. No entanto, também é perceptível a carência de uma estrutura adequada para a criação e implementação do programa, uma vez que não houve uma validação prévia pela comunidade interna.

Por fim, a avaliação dessas políticas deve ser contínua, com a participação dos usuários que são de fato que devem acessá-las. É um percurso em que se vai desde a identificação do que realmente necessita para a elaboração dessa política, de que forma ela vai chegar à população, através de quais equipamentos sociais e quais sujeitos, quais recursos humanos, e também o orçamento que deve ser aprovado. (PROF.UNIV.01)

⁵² Docente universitária da área da Gestão de Políticas Públicas.

Quanto ao processo de avaliação de uma política institucional, a PROF.UNIV.01 nos fala da necessidade dele ser contínuo. Para ela, esse processo precisa ser democrático ao ouvir tanto a comunidade interna da universidade, quanto às comunidades externas que são usuárias dos serviços disponibilizados através das ações de extensão. Além do mais, a avaliação precisa levar em conta os recursos técnicos e instrumentais, humanos, financeiros e orçamentários.

Esse por sua vez é mais um ponto falho no gerenciamento das atividades de extensão da Universidade Federal da Paraíba, nesse caso personificadas no Programa UFPB no seu município. Durante os anos que atuamos no setor responsável pelo edital, não houve nenhum processo de avaliação profundo, nem análises de dados ou discussões para acompanhamento e monitoramento dos projetos. As avaliações tem se resumido apenas a poucos dados expostos nos Relatórios Anuais da Gestão. A primeira avaliação densa se deu apenas em nosso trabalho Barbosa (2020), no qual fizemos um levantamento de dados junto a várias bases de dados e com os coordenadores dos projetos.

Ainda sobre as avaliações, temos contribuições interessantes vinda do COLAB.EXT.01⁵³. Em seu ponto de vista, o mesmo cita a participação social como essencial para a construção de programas. Para ele, esses procedimentos dialógicos nos auxiliam a obter melhores informações. Ainda diz que é preciso que os gestores tenham uma visão mais humanista do mundo para ler melhor os problemas sociais.

Nessa perspectiva, acho que há uma coisa essencial que é o papel da participação social das comunidades. Ouvir a perspectiva do sujeito não apenas enquanto usuário dos programas, mas ouvir suas opiniões sobre a construção dessas políticas a partir da visão compartilhada entre usuário e universidade.

Muitas vezes os gestores têm dificuldades em aceitar as opiniões de outros públicos. Penso que através do diálogo com a sociedade podemos constituir coisas baseadas, mas a gente tem que ter uma visão mais humanista, para emular problemas e identificar algumas respostas. Daí você consegue captar melhores informações, melhores

⁵³ Colaborador Externo e Estudante de Gestão Pública.

dados, com conhecimento realmente do que a comunidade precisa. Então, você precisa parar para ouvir de fato essa comunidade.

Eu vejo como essencial esse item da participação. (COLAB.EXT.01, 2022).

Por isso, é importante organizar a política de extensão, qualificar o Sistema universitário, estabelecer outras fontes de financiamento e cuidar dos recursos humanos. Todos esses projetos são agregados para que possamos ter uma política social mais efetiva e justa.” (GEST.PÚB.01)

A GEST.PÚB.01⁵⁴ vê a extensão universitária como uma fortalecedora das políticas sociais. Nessa perspectiva, ela assinala que é preciso estruturar as políticas de extensão e criar novas fontes de financiamento. Em sua opinião, os projetos articulados podem tornar as políticas sociais mais efetivas. Com isso, podemos verificar uma visão da extensão universitária mais próxima das políticas públicas.

Por esse lado, ao analisarmos as relações entre áreas diferentes de políticas como as públicas, sociais e as de extensão, podemos encontrar paralelos promissores. De acordo com Barbosa (2020), as políticas de extensão possibilitam o fomento a implementação de novas políticas públicas, impactando positivamente o território a partir das ações de extensão. Desse modo, se houver a articulação entre extensionistas e tomadores de decisões nos territórios dos municípios, projetos de extensão podem contribuir para o aprimoramento de políticas já existentes ou provocar gestores públicos a formularem novas.

É complicado, né? Nós, que estudamos políticas, entendemos que há uma grande necessidade de se construir políticas a longo prazo. Não dá para mudar e transformar um contexto social com a política de um ano ou dois anos, principalmente na transformação cultural. Nesse sentido, a transformação social vai demandar um conjunto de ações em diversas áreas, como Educação, emprego e renda, saúde, entre outras. É preocupante ver políticas sendo construídas com datas específicas para acabar dentro de um ano. Isso é fadado ao fracasso, porque não é uma política pensada enquanto um conjunto de ações, mas sim como uma ação pontual. Isso contribui para a pulverização das ações em si. Realmente é complicado. (COLAB.EXT.01, 2022).

⁵⁴ Gestora pública municipal na área da Assistência Social.

No que tange a interdisciplinaridade e a interseção entre distintas áreas, o COLAB.EXT.01 relata a importância das mesmas no processo de formulação de políticas e da falta de planejamento de gestores. Lembremos da diretriz da interdisciplinaridade e interprofissionalidade (FORPROEX, 2012) e possibilidades geradas a partir delas não só de construção de novos conhecimentos, mas também da interação dialógica com o território. Enfim, aqui fica nítida a carência também de processos de planejamento mais arrojados e que mediante a interlocução entre diferentes áreas de conhecimento possam ser aprimorados de modo que criem planos de ações contextualizados com o território.

Bom, primeiramente, é importante ressaltar que os desafios na construção de políticas sociais são constantes e se renovam a cada época. Hoje, em especial, temos alguns desafios que merecem destaque. Um deles é a questão da desigualdade social, que ainda é muito presente em nosso país e precisa ser enfrentada de maneira mais efetiva. Além disso, a pandemia de Covid-19 trouxe novos desafios, como a necessidade de adaptação das políticas sociais para atender às demandas emergenciais. Outro desafio importante é a garantia da participação efetiva da sociedade civil na construção e execução dessas políticas, de forma a garantir a transparência e a democracia no processo. Por fim, destaco também a necessidade de investimento em educação e capacitação dos profissionais que atuam nessa área, de forma a garantir a qualidade dos serviços prestados e o atendimento adequado às demandas da população. (COLAB.EXT.01, 2022).

Os desafios na construção de políticas incluem a oferta de serviços que atendam a população local e viabilizem seus direitos, gestão participativa com a presença de usuários, a otimização da comunicação e informação para uma melhor compreensão dos direitos e acesso às políticas públicas [...], além da diminuição das desigualdades sociais. Infelizmente, muitas vezes as políticas são pensadas e executadas de acordo com os interesses dos governos, políticos e gestores institucionais, e não para a sociedade como um todo, prejudicando a população. A qualidade dos serviços deve ser assegurada por meio de servidores públicos de excelência, adquiridos por meio de concursos públicos. A informação adequada é necessária para que a população possa acessar seus direitos e políticas públicas. A gestão das políticas deve ser participativa e levar em conta as demandas da sociedade. (PROF.UNIV.01, 2022)

O COLAB.EXT.01 ainda nos sugere outros desafios da contemporaneidade e aflorados pela pandemia de Covid-19. Os principais desafios em sua opinião são as desigualdades sociais, a adequação emergencial de certas políticas, uma efetiva participação social na formulação das políticas e a volta de investimentos significativos para a formação de profissionais da área de educação. Já a PROF.UNIV.01 além de ratificar a importância da gestão participativa, enfatiza a demanda por meios de comunicação governamentais que efetivem os princípios de transparência e publicidade com a sociedade. Em suma, em ambas as falas emergem a relevância da construção de ecossistemas comunicativos em sociedade que assegurem a democracia participativa e o acesso à informação.

Atualmente, enfrentamos a maior dificuldade em relação ao financiamento dessas políticas. Apesar da organização jurídica e da previsão orçamentária, não há uma vinculação financeira específica e obrigatória para custear a assistência social. Dependemos, portanto, da boa vontade do governo federal, o que tem sido um grande desafio. Desde 2017, a decisão sobre o investimento dos recursos está nas mãos do governo federal, o que tem prejudicado a efetivação das políticas. Em 2004, as pessoas vinham atrás e se inscreviam em cursos de assistência social, mas o problema ainda persiste. (GEST.PÚB.01)

Na perspectiva da Gestão pública, para a GEST.PÚB.01 o maior desafio é o relacionado ao investimento das políticas públicas. Conforme a mesma, mesmo havendo previsão orçamentária, não há a obrigatoriedade do repasse das verbas, o que em sua opinião acaba por fragilizar o sistema público de assistência social. Concomitantemente, se não há verbas para políticas públicas como as de Desenvolvimento social, dificilmente os gestores públicos conseguirão destinar verbas para parcerias como as propostas pelo Edital UFPB no seu município.

Esta fala, se contraposta com os apontamentos iniciais do COORD.UNSM01, nos dá uma possível resposta quanto a dificuldade dos municípios entrarem com parcerias com a UFPB. Anteriormente, mesmo com os convites aos gestores municipais da Paraíba para o desenvolvimento de ações de extensão em colaboração, poucos eram os que se dispunham. Muito foi conversado em nossos diálogos no cotidiano de trabalho sobre as possibilidades de pontes, fossem

cedendo transporte, alimentação, estadias, bolsas e etc. Enfim, essa fala nos confirma uma hipótese formulada anteriormente de que muitos gestores possivelmente preferiam destinar os recursos escassos a outras ações.

As políticas públicas consistem em gestores e tomadores de decisão analisando um problema específico da sociedade e, a partir de um grupo de trabalho, considerando as possibilidades de ação para esse problema. Muitas vezes, a construção de políticas públicas ocorre mais no âmbito da gestão pública do que especificamente dentro da comunidade ou juntamente com o público-alvo que utilizará essa política pública. Na minha opinião, seguindo essa linha de raciocínio, muitas vezes, acaba-se construindo políticas públicas que não atendem e não respondem aos objetivos desejados, porque elas estão sendo desenvolvidas longe do público-alvo que vai utilizá-las. É como se fosse uma perspectiva da educação bancária, onde o gestor constrói a solução e leva para a comunidade como se fosse a solução verdadeira para aquela comunidade, sem dar a oportunidade da comunidade construir com ele uma solução. Na minha opinião, talvez seria mais efetivo construir políticas públicas com a comunidade, dando a oportunidade para a comunidade participar ativamente no processo, criando soluções juntos. (COLAB.EXT.01, 2022).

Aqui nós adentramos especificamente numa linha reterritorialização do pensamento, através da qual para compreendemos a gestão participativa, nossos interlocutores fazem o paralelo com as políticas públicas. Sendo que o maior problema para os mesmos é justamente o distanciamento social existente entre governantes e governados, entre representantes e representados, entre os tomadores de decisão e seguidores de decisão. Em suma, na opinião do COLAB.EXT.01 é preciso que construir as políticas “com” as comunidades ao invés de “para” as comunidades.

A importância da política pública social é especialmente evidente depois da aprovação da nossa Constituição Cidadã, que deve atender às expectativas da população geradora e não ser planejada apenas em gabinetes por gestores que desconhecem a realidade dos territórios e das pessoas que vivem neles. Para que uma política pública seja realmente efetiva e eficaz, ela precisa da participação dos usuários na equipe multidisciplinar ou profissional na elaboração das políticas. É necessário que os gestores tenham uma visão mais ampla e aberta à sociedade, compreendendo que os direitos sociais são garantidos constitucionalmente para atender um público que necessita de um dado serviço. O orçamento público deve ser aplicado de forma

positiva para que o recurso chegue verdadeiramente às demandas que a sociedade coloca para o estado. Quando o gestor tem uma visão aberta, os resultados são possivelmente favoráveis em relação à aplicação das políticas que podem ser materializadas através de programas e serviços. [...] Infelizmente, no Brasil, ainda ocorrem políticas públicas desenhadas e implementadas sem sucesso, pois não correspondem às expectativas da população que reside no território onde a realidade não condiz com a proposta, ou por não ouvirem o povo. Muitas vezes, o estado se torna ausente e distante, construindo um hiato entre o governante e seu povo. Quando isso acontece, a política pública é fadada ao fracasso, porque não corresponderá exatamente às expectativas da população. O recurso público é mal aplicado devido a uma gestão que não dialoga com a população e não busca compreender os verdadeiros anseios do povo. É necessário compreender a cultura, a história e a origem da população para elaborar políticas que atendam às suas reais necessidades e missões. Quando as políticas públicas não correspondem à realidade territorial e cultural das pessoas, elas se tornam ineficazes. (PROF.UNIV.01, 2022)

Nesse ponto, a PROF.UNIV.01 pontua o valor que teve a Constituição Federal de 1988 para uma nova caracterização das políticas públicas. Fundamentada na Carta magna, a PROF.UNIV.01 fala de traços significantes que eclodiram irradiando as demandas sociais, no entanto, ainda menciona o fato de muitos gestores públicos realizarem os processos de tomada de decisão sem consultas públicas e dentro de seus gabinetes. O que, em seu ponto de vista, só gera a implementação de políticas fadadas a fracassar e mal utilizarem recursos públicos que poderiam ser melhor aplicados.

Inegavelmente, a partir das falas é possível discernir que para a busca da transformação social e cultural nas políticas de extensão universitária é fundamental o fomento à participação social. Mas a pergunta que fica é: como os Coordenadores de Projetos têm realizado suas parcerias? Como a COORD.PROJ.01 nos mostra, seu processo de articulação se baseia em quatro processos: ouvir, avaliar, adaptar e desenvolver. Com esse ciclo ela espera direcionar com eficácia a ação para gerar impacto social positivo.

primeiramente a comunidade e avaliando através de pesquisas as necessidades detectadas, buscando adaptar e desenvolver o projeto

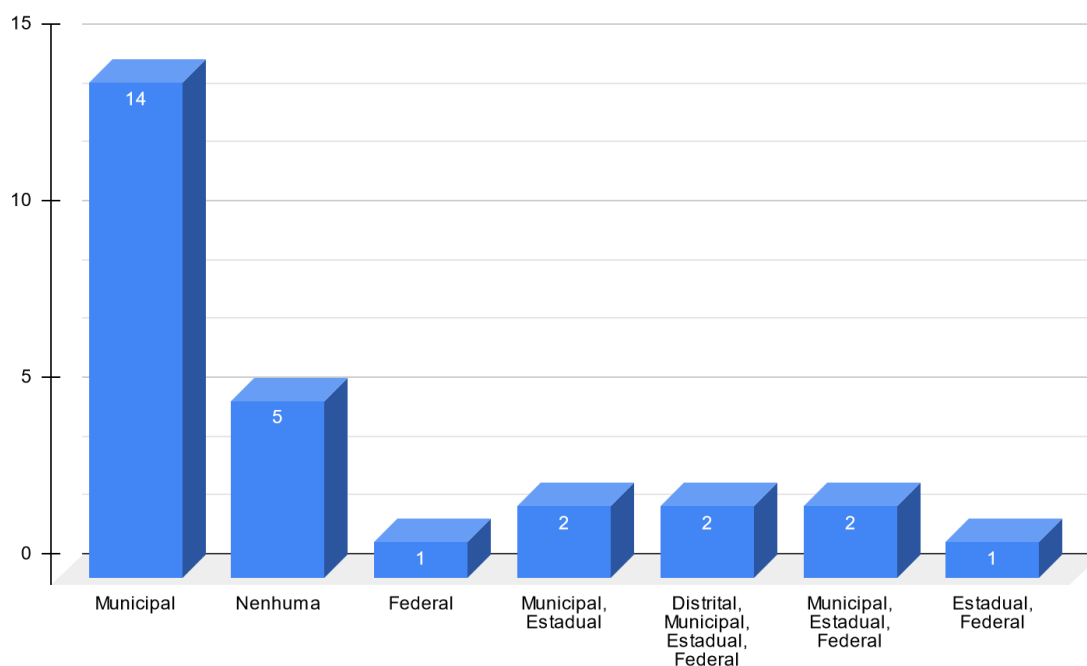
*direcionando-o ao melhor impacto social futuro junto à comunidade.
(COORD.PROJ.01, 2022)*

A realização dessas parcerias podem ser de vários tipos diferentes como os catalogados e expostos no Apêndice I. Elas podem ir desde Acordos de cooperação mútua, Assessorias e consultorias estratégicas, Feiras de tecnologia e empreendedorismo, Convênios, Cooperações técnicas ou internacionais, Fomentos a eventos, Doações de recurso e Financiamentos, etc. Para resumir, há dezenas de possibilidades diferentes e resguardadas legalmente para a elaboração de parcerias interinstitucionais, intersetoriais, interdisciplinares e interprofissionais.

5.3. (Inter)ações intersetoriais e atores sociais

Para assimilarmos o estabelecimento de parcerias realizadas a partir do Programa UFPB no seu município, é preciso que contemplemos as relações desenvolvidas. Assim sendo, ao analisarmos as ações de extensão executadas entre 2017 e 2018, identificamos que entre as 280, apenas vinte e duas, o equivalente a 7,85% realizaram parcerias diretas com gestores municipais, seja da esfera Federal, Estadual, Municipal ou mais de uma simultaneamente. Esses números nos revelam um baixo número de participação de Gestores Públicos no núcleo integrante dos projetos.

Gráfico 7: Quantidade de Parcerias formais criadas com Gestores públicos



Fonte: O autor, 2022.

Outro tipo de parceria realizada foram as com instituições da iniciativa privada. Num total de 280 atividades de extensão universitária, apenas onze projetos efetuaram parcerias com organizações do segundo setor. Esse número corresponde a 3,92% da totalidade das ações. De fato, esse número revela uma baixa articulação entre as ações de extensão e a iniciativa privada.

No entanto, esses dados fazem menção apenas às parcerias formalizadas. Após análise em Barbosa (2020), foi constatado que 71% (397) dos 559 locais de realização encontrados estão vinculados a órgãos das esferas Municipais, Estaduais e Federais. Outros 18,4% (103 locais) pertencem à Sociedade Civil, enquanto somente 2% (11 locais) estão vinculados a empresas privadas. Além disso, 2,9% (16 locais) não possuem vínculo com nenhum dos três setores. Por essa ótica, é possível afirmar que os projetos tem sim a capacidade de pactuarem parcerias informais.

Por exemplo, o que é que a gente tem hoje de empresas, organizações do terceiro setor ou de organismos das Esferas Federais, Estaduais e Municipais que poderiam ter esse papel de

articular as políticas entre os diferentes atores que estão fazendo esse papel no campo? São várias. (GEST.EXT.01, 2022)

A GEST.EXT.01 nos provoca pensar que atualmente há organizações públicas, privadas e do terceiro setor que têm o potencial para articular as comunidades nos territórios. De fato, um conceito que está cada vez mais forte é o de responsabilidades sociais, principalmente no segundo e no terceiro setor. A partir das ações de responsabilidade social de muitas organizações, exemplo disso é a disseminação de milhares de relatórios de responsabilidade social das organizações nos últimos anos.

Sobre a ação de funcionários públicos em projetos colaborativos, há algumas ressalvas apontadas pelo MEMBRO.EXT.01. A partir de seu cotidiano de trabalho, o mesmo acabou identificando um empecilho burocrático para o desenvolvimento de ações em campo, novamente a barreira dos recursos financeiros e custeios de ações. Mesmo os órgãos públicos tendo funcionários qualificados, muitas vezes os mesmo não conseguem sair de seus locais de trabalho e efetuar visitas aos territórios para a elaboração de projetos, pois necessitam de apoio no transporte.

Hoje unificou, mas o que falta no Incra⁵⁵ não são profissionais. Existem profissionais altamente qualificados, como engenheiros de pesca. Aqui mesmo, em Caaporã, temos dois profissionais de excelente qualidade. Agora, o que é necessário para eles darem continuidade à sua função social e técnica é condições. Mas na parte de campo, cada visita que faço, por exemplo, tem combustível e manutenção. Nem todo órgão é engessado, por exemplo, como na universidade, que você só pode sair se tiver diária. Alguns órgãos federais não podem sair, mesmo com uma demanda monstruosa no campo para ser atendida. O técnico quer ir, mas não pode sair sem uma diária para ele e o motorista. Infelizmente, essas questões também existem nesse caso. (MEMBRO.EXT.01)

[...] Mas nós estávamos respondendo às demandas da sociedade, não só fazendo com que os agricultores permaneçam no campo, mas também com políticas de educação voltadas para crianças e jovens. Além disso, tínhamos o objetivo de fornecer alimentos para aqueles que mais precisavam. Embora ainda existam desafios, nossos programas têm sido importantes do ponto de vista do governo federal. No entanto, não há uma dotação orçamentária suficiente para que esses programas funcionem. É isso que eu quero dizer, há falta de recursos. (MEMBRO.EXT.01)

⁵⁵ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Esse entendimento é acompanhado pela GEST.EXT.01 em relação aos profissionais extensionistas. A seu ver, ela enxerga que as instituições de ensino possuem excelentes quadros técnicos para auxiliar no desenvolvimento de ações nos municípios, mas por questões logísticas não conseguem chegar até as cidades mais distantes. Aqui, novamente vemos o impacto da falta de recursos financeiros para a efetivação de articulações entre diferentes setores da sociedade.

Então, no caso, é que existem recursos humanos com formação específica e conhecimento, mas não há logística para financiar a ida dos extensionistas para o campo. Isso significa que há competência, mas ela está centralizada na capital ou em grandes cidades e não pode ser estendida para os municípios que precisam porque não há logística de transporte, diárias ou alimentação. Basicamente, falta isso. Está se pagando um salário adequado para um profissional qualificado, mas muitas vezes ele não tem as condições para realizar seu trabalho no campo. (GEST.EXT.01, 2022)

Para a GEST.EXT.01 um pilar importante nesse processo de organização é justamente o aproveitamento de organizações já existentes nos municípios. Nessa perspectiva, podem ser parceiros de ações de extensão tanto atores físicos (sujeitos) e atores jurídicos (coletivos), seja realizando uma parceria específica, seja através de livre-concorrência a vagas disponibilizadas pelo edital, caso fosse esse o caso. Além de se utilizar de organizações já existentes, ela propõe que se fomente a criação de novas organizações e movimentos sociais dentro das comunidades.

É importante porque existem dois atores: um é um ator físico e o outro é um ator jurídico. Para viabilizar, então, o fortalecimento dessa política, uma palavra que é a “associação” que remete a uma organização social é concebida de maneira jurídica. E aí, a questão do político: o político, me parece, é a pessoa do prefeito. Existe esse conhecimento no município da responsabilidade do político acerca disso, o conhecimento dessas políticas, a competência do município diante dessas políticas é uma ação tanto de organização das comunidades como de acesso a essa informação e a capacitação para que essas associações possam, então, concorrer com demandas específicas. Você fala que é um edital, um projeto. Uma associação pode buscar parcerias, por que não? Ou seja, se eu sou um ser individualizado e eu não participo de associação enquanto pessoa jurídica, isso também não me deixa fora, posso ser um parceiro de uma ação específica. Então é isso: é preciso também constituir novas organizações sociais, associações, etc. Minha questão é o papel desse político, prefeito, frente a essa organização social e essa capacitação dessa organização para acessar esses editais, certo? (GEST.EXT.01, 2022)

Quanto à questão da GEST.EXT.01, é possível fazermos uma breve reflexão. Viver em sociedade como um representante social demanda estar atento às possíveis articulações que possam trazer benefícios para a sua cidade de representação. Com isso, é importante que um gestor público esteja ciente de onde e como buscar parcerias para transformar o contexto local de seu município. Essas buscas podem iniciar a partir de uma análise das potencialidades locais, para se levar já propostas contextualizadas com o território municipal e suas demandas específicas. Assim, a partir do chamamento de um Edital como o UFPB no seu município, se torna viável após análise de implementação e formulação de parceria formal, a execução do projeto.

Fui contratado exatamente para isso, mas essa é a realidade da Prefeitura de Caaporã. Você tem conhecimento de outras prefeituras que desenvolvem esse tipo de trabalho? Aqui em Caaporã, de 2019 a 2020, a primeira ação que realizamos foi organizar uma associação juridicamente para poder participar desse processo de licitação e ganhar. E a primeira chance que tivemos, ganhamos 100% da licitação. Buscamos mais recursos federais e municipais para a comercialização e doação de produtos para o nosso próprio município. Conseguimos comercialização em três processos e, em 2019, tivemos quase 600 mil reais para os agricultores, somando recursos do estado, do município e do PAA⁵⁶. No ano de 2020, conseguimos valores semelhantes. Infelizmente, não conseguimos ampliar os valores devido à chamada pública do Governo Federal, que nos limitou a um projeto de aproximadamente 150.000 reais, mesmo que tivéssemos capacidade de chegar a 400 mil reais. Na Paraíba, tivemos dois milhões de reais em projetos em 2014, e os municípios têm uma fiscalização monstruosa. Eu sempre faço questão de destacar a atenção que recebemos das instituições com as quais já participei no Nordeste. Trabalho com isso há 10 anos, e a atenção que eles nos dedicam é muito prazerosa. Respeitam os agricultores e regularizam os preços. Sempre fazemos questão de treinamento com o público-alvo, que são os agricultores. É muito gratificante para mim poder dizer isso para você. (MEMBRO.EXT.01, 2022)

Além da discussão sobre os papéis dos atores físicos e jurídicos, surge um terceiro ator que é o captador de recursos. Como bem nos trouxe o MEMBRO.EXT.01, esse agente pode auxiliar as organizações do território com a facilitação e o gerenciamento de recursos captados via editais e fontes de fomento públicas, das três esferas Federal, Estadual e Municipal. Através desse ator social,

⁵⁶ Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

regulamentado e legitimado como um possível funcionário da prefeitura municipal, o próprio município pode auxiliar as organizações e fomentar assim mais ações.

5.4. As políticas e os Territórios

Quanto ao processo de formulação de políticas para se articularem as necessidades reais da sociedade, a PROF.UNIV.01 nos faz alguns alertas. Segundo ela, atualmente as políticas são pensadas apenas em caráter de emergência e para públicos muito seletos em estado de vulnerabilidade social. Isso nos indica dois problemas, primeiro que no Brasil há uma dificuldade de se fazer planejamentos de desenvolvimento integrados de longo prazo, e segundo que as políticas públicas são criadas como reativas. Ou seja, os gestores públicos só atuam quando o problema já está instaurado, nunca para prevenir.

As políticas públicas hoje são pensadas na contemporaneidade, ao longo da história do capitalismo, com momentos naturalmente conjunturais distintos e situações distintas. Desde o estado de bem-estar que atingiu uma maior parcela da população, as políticas atuais no mundo globalizado são focalistas e seletivas em torno de pessoas que estão em situação de alto grau de vulnerabilidade social, desde o acesso às condições mínimas de sobrevivência, como alimentação e moradia, até o acesso à política mais universal. Infelizmente, as políticas públicas dependem muito do gestor, do político que assume a gestão e da perspectiva ideológica daquele político. Na história da formação política brasileira, as políticas públicas buscaram atender o imediato, às necessidades da população, muitas vezes com um caráter bastante emergencial, fugindo do que seria a viabilização dos direitos sociais para a população geral. Hoje, na sociedade em que vivemos, estamos tendo menos investimento nas políticas públicas e mais foco no mercado, o que só gera mais pobreza, menos renda e mais injustiça social. Mas a falta de políticas públicas pode implicar no agravamento da pobreza e na destituição dos direitos consagrados pela constituição. (PROF.UNIV.01)

Percebe-se o quão desafiador é formular políticas, principalmente no país em que vivemos. Porém, toda formulação de política deve ter um objetivo: a melhoria da qualidade de vida daquela comunidade ou bairro. Não deve haver outros fins a não ser esse. É perceptível que há muitas distorções nas formulações de políticas públicas, como no caso de programas sociais do governo federal, que estabelecem muitas metas que não condizem com a realidade local. Há diversas falhas nesses programas, especificamente na Assistência Social, por causa da quantidade de membros da família, entre outras questões. É importante que se pense na política da demanda, pois existem muitas

diferenças entre a realidade de cada município, o que torna o trabalho técnico voltado para essas questões muito mais difícil de ser executado. (GEST.PÚBL.01, 2022)

Outro problema é a formulação de políticas através de órgãos centralizadores. Para a GEST.PÚBL.01, as políticas devem ser produzidas de modo que possam ser implementadas nos municípios, mas não inviabilizem com metas e objetivos que sejam impossíveis de se alcançar por aquelas comunidades. Desse modo, as políticas devem ter um grau de adaptabilidade aos contextos locais das cidades. Nesse quesito o programa “UFPB no seu município” se destaca pela capacidade de geração de diferentes ações de extensão.

Então, hoje em dia, o que tenho observado é que, geralmente, fico batendo na tecla de que, infelizmente, em modelos totalmente centralizados de decisão política em nível global, no sentido de uma nação, tendemos a encontrar muitas falhas. E é o que temos hoje: um sistema centralizado que centraliza a renda e a maioria da própria construção dos objetivos e das metas das políticas, que atualmente é centralizado em Brasília. E tem um conceito que eu gosto muito e procuro estudar mais a cada dia, que é o conceito do poder local. Basicamente, o poder local vem dizer que entendemos a importância de uma centralização em nível nacional, mas precisamos entender que os recursos e as políticas são utilizados em nível municipal. Então, não dá para centralizar tanto os recursos quanto a maioria das decisões em um único governo que não compreende as especificidades totais dos 5568 municípios que temos. Não dá para o governo centralizar tudo isso. Cada município é um município específico, com sua própria realidade, suas regiões, etc. Porém, é necessário entender a necessidade de autonomia de cada município, nessa autonomia política e financeira também. Nesse sentido, o recurso não fica centralizado no governo federal, mas há esse processo de descentralização para que o município possa de fato selecionar quais são as políticas mais urgentes e construir esse plano com a população local. É isso que vejo que precisamos buscar, embora haja países de primeiro mundo que executem políticas de centralização. (COLAB.EXT.01, 2022)

Sobre a centralização de recursos num governo federal, o COLAB.EXT.01 expõe sua opinião. A partir de sua fala, ele nos traz que é preciso repensar também o modelo de centralização dos recursos e das decisões que dizem respeito a questões mais locais. De acordo com o mesmo, os recursos financeiros e orçamentários deveriam estar mais próximos aos territórios que irão se utilizar deles para evitar distorções em sua utilização e gastos desnecessários. Sucintamente,

podemos observar que nessa perspectiva há a percepção de que a descentralização desses recursos pode auxiliar o avanço das comunidades locais.

Nós discutíamos muito a importância da universidade estar em sintonia com as demandas emergentes e, além disso, a volatilidade do sistema era algo que discutíamos constantemente. No entanto, a universidade é muito grande e pode ser comparada a um elefante dentro de uma loja de cristais. Há também a questão de egos inflamados e outras dificuldades burocráticas que nos engessaram. Somente a partir do terceiro edital foi possível implementar a ideia de um programa UFPB no seu município, voltado para todos os aspectos da Coordenação Cultural, a fim de melhorar a qualidade de vida da população e os processos administrativos da sociedade. Você, inclusive, fez parte dessas discussões o tempo todo. (COORD.UNSM01)

Em relação ao Programa “UFPB no seu município” criar instrumentos para se articular com as demandas da sociedade paraibana, o COORD.UNSM01 nos diz que esse sempre foi um tema recorrente nas discussões do setor. Mas o aprimoramento desses instrumentos foi dificultado pelo tamanho da própria UFPB e conflitos relacionados a egos e burocracias que os impediram. Finalmente conseguiram realizar modificações significativas a partir da terceira edição do edital.

Por fim, ao analisarmos as microrregiões, percebemos que em sua maioria há áreas temáticas que se sobressaem às demais. Essa sobressaliência de áreas temáticas indicam um possível maior interesse ou deficiência de determinada microrregião por ações nessa área. Essa possível alta de projetos numa área específica pode indicar que há uma maior demanda pelo desenvolvimento dessas respectivas áreas. Com isso, podemos ver na tabela abaixo, na mesorregião do Sertão Paraibano as área enfatizada foi a da Cultura. Já no Agreste Paraibano e na Mata Paraibana foi a da Educação.

Tabela 1: Áreas enfatizadas por Microrregião

MESORREGIÃO	MICRORREGIÃO	ÁREA TEMÁTICA
Sertão Paraibano	Cajazeiras	Cultura
	Itaporanga	Cultura
Agreste Paraibano	Curimataú Ocidental	Cultura
	Curimataú Oriental	Educação
	Esperança	Meio Ambiente
	Brejo Paraibano	Educação
	Guarabira	Saúde
	Campina Grande	Educação
	Itabaiana	Cultura
Mata Paraibana	Litoral Norte	Educação
	Sapé	Tecnologia e Produção
	João Pessoa	Educação
	Litoral Sul	Educação

Fonte: O autor com base nos dados do SIGAA-UFPB.

5.5. Em busca do impacto social positivo da Cultura extensionista

Um dos objetivos de toda política é gerar transformação tanto nas populações usuárias quanto nas não-usuárias. Isso só é possível através de ações em rede num determinado território e com objetivos e metas muito nítidos. Dessa maneira, podemos repensar os resultados das políticas institucionais e públicas que formulamos em modo de cascata, em outras palavras, em série.

Acerca desses possíveis impactos, o SEC. EST.01 nos diz que é considerável verificar as capacidades tecnológicas e econômicas de um território, além das alternativas viáveis. Nessa perspectiva, ele ressalta que *“é necessário pensar em soluções com esses pequenos agricultores para que eles possam ter oportunidades*

de vida nessas áreas rurais” (SEC.EXT.01, 2022). Isso nos indica mais três categorias de análise: a tecnologia, a economia e o território.

Para o MEMBRO.EXT.01 é importante também que haja uma educação contextualizada para que as comunidades possam aprender a lidar com as potencialidades de seu território. Ele ainda reflete sobre a importância da educação para a formação de novos sujeitos com qualificação técnica. Assim, ele nos fala mesmo que indiretamente que é essencial que os próprios sujeitos ou seus filhos, nesse caso, os filhos dos homens e das mulheres do campo, possam aprender mais sobre as áreas que perpassam suas vidas e assim continuar no campo auxiliando suas comunidades.

Nesses usuários, porque se a gente não tiver segurança no campo também, se a gente não tiver uma educação ambiental no campo dessas comunidades, e se voltar para uma área de regeneração natural, só assim para a transformação de ambientes,. A gente está numa região muito rica, não apenas em cultura, mas, diferentemente da região nossa lá do sertão (eu sou de Conceição), é muito diferente da região em que estou hoje. (MEMBRO.EXT.01, 2022)

A não ser que seja para a aquisição de projetos, se eu não estou no campo levando essa informação, o técnico privado, essas condições de acessar o crédito, praticamente é impossível acessar. Certo, e de fato, qualificação técnica para construir a proposta, saber o que realmente o agricultor vai querer, vai necessitar e para a gente só melhorar o nosso conhecimento. (MEMBRO.EXT.01, 2022)

Nesse sentido, a PROF.UNIV.01 em suas contribuições enfatiza a carências por uma educação qualificada e capacitação, com investimentos e políticas integradas em diversas áreas. No que se refere a educação, ela ressalta que esta é uma área essencial que pode levar a sociedade a se transformar e vencer as barreiras. No mais, vemos que em sua compreensão, a educação é um dos pilares para a redução das desigualdades e dirimir problemas sociais complexos.

Acredito que as políticas públicas têm um papel fundamental na promoção da inserção social dos cidadãos. Isso se dá através da universalidade no atendimento às demandas da sociedade em áreas como saúde, educação, meio ambiente, habitação, assistência social, lazer, transportes e segurança pública, entre outras. É importante contemplar as necessidades da vida social como um todo e atender às demandas de todos os segmentos da sociedade, independentemente de escolaridade, sexo, raça, religião e nível social. A inserção social também passa pela capacitação e

qualificação das pessoas que precisam de oportunidades no mercado de trabalho, e a educação é uma das maiores oportunidades para a inclusão social. Além disso, a valorização e o respeito à política de educação são fundamentais para o desenvolvimento da nação, pois a educação é a base para a formação de cidadãos conscientes e capazes de fazer escolhas racionais. É importante que a diversidade de pensamento seja respeitada e que haja investimentos específicos para o povo. Acredito que a política de educação representa uma possibilidade concreta e viável no contexto de uma sociedade com seus problemas, limites e impasses, mas sobretudo suas possibilidades. (PROF.UNIV.01, 2022)

Em conclusão, mediante as falas das entrevistas e contextualizações com com referidos autores, acreditamos ter conseguido verificar os objetivos propostos nesta dissertação. A literatura utilizada nos auxiliou na busca para compreender um pouco mais sobre a cultura extensionista e de projetos, suas redes de atores extensionistas e sociais e como se articulam e geram processos colaborativos nos seus territórios paraibanos. Assim sendo, iremos nos desterritorializar mais uma vez para nos encontrarmos novamente na próxima sessão desse filme extensionista, as Considerações Finais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recapitulando, a pesquisa teve como objetivo geral mapear os elementos característicos da rede de extensão do programa "UFPB no seu município" e validar o conceito de interlocução dialógica. Para isso, foram estabelecidos objetivos específicos para analisar as relações estabelecidas, comparar o nível de interações, avaliar os impactos nas microrregiões, investigar ações de desenvolvimento local e analisar indícios do fomento à cultura de impacto social. Partindo deles e das contextualizações feitas neste trabalho, podemos afirmar que o foi possível cartografar etnograficamente elementos para analisar as múltiplas culturas extensionistas formadas da rede colaborativa de extensão do Programa UFPB no seu município. Esses elementos podem ser afigurados através do Ecossistema composto através: do Território; das Comunidades extensionistas; dos Objetivos e metas; e dos processo de Interlocução dialógica.

Aqui vale salientar que o objetivo de um trabalho de dissertação de mestrado, rizomaticamente falando, é se territorializar de um determinado campo produtor de conhecimentos. Esse conhecimento pode ser um território já conhecido ou pode ser também um processo de desterritorialização para novos territórios dos saberes. Nesse rizoma-dissertação ousamos através de conexões com autores já consagrados, "os clássicos", propor um microterritório de saber, o estudo das culturas extensionistas ou culturas de projeto.

Para nos desterritorializarmos, partimos da questão investigação sobre em qual medida a "Interlocução dialógica" pode contribuir para o aprimoramento das parcerias entre universidade e comunidades do território paraibano? Desde o princípio nosso trabalho versou e atuou como interlocutor da conexão, das parcerias, da colaboração em redes de extensão. Esse tema nos é caro por caracterizar nossa década de trabalhos com a extensão cidadã no território do Nordeste. Para utilizar um termo de Bourdieu, as culturas extensionistas são o nosso "campo de possibilidades". Nesse percurso foram encontradas várias lacunas, das quais abordaremos aqui as três maiores.

E é justamente por ser um campo de possibilidades, de transformação e de impacto social positivo que a compreendemos como uma grande tecedora de devires. Não o devir-animal de Deleuze e Guattari, mas um novo devir, o devir-multiplicador. Por meio do qual as ações de extensão reterritorializam a Universidade Federal da Paraíba a levando a todos os municípios deste Estado. Fazendo assim, a ampliação do campo de transformações de vidas através das multiplicidades de saberes.

Foi possível categorizar as relações estabelecidas entre a UFPB e as comunidades do território paraibano em três tipos: relações de serviço, parceria e diálogo. Nas relações de serviço, a UFPB prestou serviços sem interação mais aprofundada. As relações de parceria envolveram um acordo prévio entre a universidade e a comunidade para realizar um projeto conjunto. Já nas relações dialógicas, houve um diálogo mais profundo e uma construção conjunta de soluções para os problemas da comunidade. Em relação à classificação e análise dos tipos de relações estabelecidas, observou-se a predominância de relações assimétricas, nas quais a universidade é vista como detentora do conhecimento e as comunidades como receptoras passivas.

Aplicando a categorização proposta por Barbosa (2020), foi realizada uma análise comparativa dos níveis de interação em cada microrregião do território paraibano, evidenciando que algumas microrregiões apresentam interações mais avançadas e sugerindo um maior engajamento da comunidade nas ações extensionistas da UFPB. Os impactos positivos do Programa "UFPB no seu município" foram verificados por meio da coleta de dados junto aos participantes das ações extensionistas, evidenciando melhorias na qualidade de vida das comunidades, na formação dos estudantes e no fortalecimento das relações entre a universidade e as comunidades. Entretanto, a análise apontou que as interações dialógicas, que envolvem a troca de saberes e a busca conjunta de soluções, ainda são pouco frequentes no programa. Tais resultados destacam a importância de fortalecer as relações dialógicas entre a universidade e as comunidades, visando a construção coletiva de conhecimentos e práticas. No que se refere ao Programa "UFPB no seu município", constatou-se que suas ações extensionistas têm trazido

benefícios significativos para as comunidades locais, especialmente no âmbito da promoção da educação, saúde e cultura, contribuindo para a melhoria das condições de vida dos moradores das microrregiões.

Foram examinados indicadores que evidenciam o estímulo à cultura de impacto social nas ações extensionistas da UFPB no território paraibano. De fato, algumas dessas ações tiveram um impacto social significativo, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades e para o fortalecimento da cultura de impacto social na universidade. Além disso, os resultados também destacam o papel das ações extensionistas da UFPB na promoção da cultura de impacto social, disseminando valores como a responsabilidade social, a cidadania e a sustentabilidade e fortalecendo essa cultura tanto na universidade quanto nas comunidades do território paraibano.

A partir dos dados coletados junto aos participantes das ações extensionistas e das análises realizadas, foram identificadas possíveis medidas de desenvolvimento local nas microrregiões e microterritórios. Dentre as medidas destacam-se o fortalecimento da agricultura familiar, a promoção de atividades turísticas, a melhoria da infraestrutura das comunidades e o desenvolvimento de programas de capacitação profissional. A investigação das possíveis ações de desenvolvimento local também permitiu identificar que as ações extensionistas têm contribuído significativamente para a economia local, por meio da promoção de iniciativas de empreendedorismo e de geração de renda. É importante ressaltar que o fortalecimento da economia local está intimamente ligado ao desenvolvimento sustentável, que visa a promoção do bem-estar social e a preservação dos recursos naturais para as gerações futuras.

Além disso, o Programa tem contribuído para a formação de uma consciência crítica entre os estudantes universitários, incentivando-os a desenvolverem ações voltadas para o enfrentamento dos desafios sociais e ambientais. Em comparação com a literatura existente, os resultados desta pesquisa corroboram a importância da interlocução dialógica como meio para estabelecer relações mais colaborativas entre as instituições de ensino e as comunidades locais, e indicam que a extensão

universitária pode desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento local, fomentando a cultura de impacto social e contribuindo para a construção de territórios mais sustentáveis e democráticos.

As contribuições originais desta pesquisa incluem a validação do conceito de "interlocução dialógica" como um meio para aproximar a sociedade das instituições de ensino e contribuir para o desenvolvimento de novas teorias de gestão social dos territórios. Além disso, a metodologia imersiva utilizada pode ser replicada como um processo de design rizomático de ações extensionistas em outras instituições de ensino. A pesquisa também destaca a importância de objetivos concluídos e pragmáticos em comum acordo com todas as partes da rede, bem como múltiplas interações entre as instituições e os níveis de interações dialógicas para aprimorar as parcerias entre universidade e comunidades do território paraibano.

Os resultados desse trabalho enfatizam a importância da interlocução dialógica como uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento da extensão universitária e das parcerias entre universidade e comunidades do território paraibano. O diálogo aberto e horizontal entre as partes envolvidas foi identificado como um fator-chave para estabelecer relações de confiança, respeito e cooperação entre os atores sociais, permitindo a conquista de objetivos comuns e a construção conjunta de soluções para problemas locais. A metodologia imersiva surge como uma estratégia essencial para a promoção da interlocução dialógica, pois possibilita a aproximação da universidade com as comunidades locais, fornecendo um conhecimento profundo da realidade local e o estabelecimento de relações mais próximas e colaborativas. Consequentemente, esta pesquisa contribui para o fortalecimento da extensão universitária como um processo de construção conjunta do conhecimento e da promoção da transformação social. Isso ocorre destacando a importância da interlocução dialógica como uma forma de aproximar a universidade das demandas e necessidades das comunidades locais, resultando em ações mais efetivas e impactantes no território.

Dessa forma, a primeira lacuna que encontramos foi a da falta de avaliações sistemáticas das potencialidades de uma rede extensionista do porte do Programa

UFPB no seu município. Esse, ao novo ver, é um dos maiores erros que gestores públicos podem cometer, o de criarem programas institucionais e não monitorarem se seus objetivos e metas estão realmente causando impacto social positivo nos territórios. Apenas nos três anos investigados (2017-2019), em 280 ações de extensão foram investidos mais de R\$966.000,00 apenas em 345 bolsas estudantis de extensão universitária, isso sem contar gastos com transporte, alimentação, ajuda de custo, hora-trabalhada de servidores docentes, técnicos administrativos e técnicos de laboratórios, motoristas e demais servidores terceirizados. Em outras palavras, o estudo dessa política institucional, seus aprimoramentos com melhores acompanhamentos, monitoramentos e avaliações, podem ser benéficos tanto para a comunidade interna, quanto a comunidade externa usuária dos projetos e cursos de extensão.

A segunda lacuna, foi a ausência de um conceito nítido de interlocução dialógica e sua aplicabilidade. Essa foi sem dúvida uma longa viagem de reterritolização de um conceito, nela atracamos desde os portos das Linguagens, navegamos pelas Ciências sociais, até adentrarmos as feiras das Antropologias e nos deparamos com as barracas das Culturas. Ao nos deparamos com esse conceito, esperamos que sua aplicabilidade enquanto metodologia imersiva de elaboração de projetos e formulação de políticas de extensão seja degustada por mais curiosos das culturas extensionistas.

E por falar em Cultura Extensionista, aqui temos a nossa terceira maior lacuna. Ao encontrá-la ficamos intrigados, é claro que há uma certa dificuldade quando se fala no estudo da extensão. Geralmente, nós extensionistas nos fixamos somente em publicar os resultados de uma ação específica e deixamos de lado uma parte tão instigante quanto o próprio processo cultural da extensão. No mais, poder visualizar a extensão enquanto uma cultura toda complexa e seus projetos como subculturas, pode nos auxiliar nos processos de melhorias das nossas próprias ações em rede.

Essas três lacunas juntas compõem o cerne de trabalho, o Programa UFPB no seu município, a Interlocução dialógica e a Cultura Extensionista. Pois elas

indicam um caminho traçado com o objetivo de conhecer uma rede, aprimorar uma metodologia imersiva e investigar uma cultura. Dessa forma, essas lacunas se interseccionam com uma pequena singularidade no território da antropologia social e da comunicação.

Ao avaliarmos as limitações da pesquisa, percebemos que a metodologia utilizada pode ter influenciado os resultados obtidos. Embora a abordagem qualitativa e imersiva tenha permitido uma compreensão mais profunda das dinâmicas de interlocução dialógica entre a UFPB e as comunidades locais, devemos ressaltar que esses resultados não podem ser generalizados para outras realidades. Além disso, é importante considerar a subjetividade dos participantes da pesquisa, o que pode ter afetado a produção dos dados. Para minimizar essas limitações, utilizamos uma variedade de fontes de dados e adotamos a triangulação de informações. Adotamos também uma postura reflexiva e crítica durante todo o processo de pesquisa.

Apesar das limitações mencionadas, acreditamos que os resultados obtidos nesta pesquisa são relevantes e podem contribuir para o aprimoramento das parcerias entre a universidade e as comunidades do território paraibano. Destacamos, principalmente, a importância da interlocução dialógica como um processo de construção conjunta do conhecimento e de transformação social. Portanto, sugerimos que futuras pesquisas aprofundem o estudo das metodologias participativas e imersivas, a fim de aprimorar a prática da interlocução dialógica na extensão universitária e fortalecer as parcerias entre a academia e as comunidades.

Como resultados do trabalho de pesquisa, fora a construção epistemológica já apontada anteriormente, entre outros, foram identificados três grandes resultados. A saber: : 1 - “Programa UFPB no seu município” realmente tem impactado as microrregiões da Paraíba com suas ações e isso fomenta o desenvolvimento local e regional; 2 - A partir da rede de extensão foram realizadas dezenas de parcerias formais e informais; 3 - O Edital possibilita uma cultura de impacto social no Estado da Paraíba. Por consequência, temos a comprovação dos nossos objetivos específicos.

As contribuições que resultam deste trabalho são as para o campo das culturas organizacionais de instituições públicas de ensino que executam políticas e programas de extensão universitária. Nesse sentido, a Interlocução dialógica, desloca-se do campo de um termo vago da língua portuguesa para o campo dos possíveis enquanto metodologia imersiva. Como tal, é possível afirmar que há muitos estudos para reterritorializar e desterritorializá-la a partir do desenvolvimento de métodos e instrumentos de análise específicos para as culturas extensionistas.

Algumas das possibilidades de novas abordagens são: 1) Avaliação de outras iniciativas de extensão universitária com enfoque em interlocução dialógica, a fim de comparar os resultados encontrados e identificar boas práticas; 2) Investigação sobre a relação entre a interlocução dialógica e o desenvolvimento de projetos de pesquisa em parceria com as comunidades do território paraibano; 3) Estudo sobre o papel da tecnologia na interlocução dialógica, analisando como as ferramentas digitais podem ser utilizadas para fomentar o diálogo e a troca de conhecimentos entre a universidade e as comunidades; 4) Pesquisa sobre a relação entre a interlocução dialógica e a construção de políticas públicas participativas, avaliando como a extensão universitária pode contribuir para a construção de espaços de participação e engajamento social; e 5) Análise sobre como a interlocução dialógica pode ser utilizada para fortalecer a relação entre a universidade e as escolas públicas, identificando possibilidades de parcerias entre as instituições para a promoção do desenvolvimento educacional nas comunidades.

Este trabalho dá continuidade a nossa pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em Comunicação em Mídias Digitais na UFPB. Diante disso, é importante elucidar as limitações metodológicas deste trabalho. Para formular nossos conceitos, foram utilizadas pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas semi-estruturadas e análise quantitativa e qualitativa de dados. Logo, por conta também da pandemia do novo Coronavírus (Sars-CoV-19), não foi possível ir a campo tantas vezes quanto eram necessárias e realizamos esta pesquisa em modo de distanciamento social através de tecnologias digitais.

Nesta pesquisa, foi realizado um mapeamento da rede de extensão do programa "UFPB no seu município" com o objetivo de validar o conceito de interlocução dialógica e analisar como essa abordagem pode contribuir para o aprimoramento das parcerias entre a universidade e as comunidades do território paraibano.

Os resultados encontrados permitiram afirmar que o Programa "UFPB no seu município" possui uma rede de extensão bem estruturada, com relações estabelecidas entre a universidade e as comunidades do território paraibano baseadas em uma abordagem de interlocução dialógica. Os impactos do programa foram observados principalmente no desenvolvimento de ações de desenvolvimento local e na cultura de impacto social. Sendo que a pesquisa contribuiu com a validação do conceito de interlocução dialógica e com a proposta de ações concretas para aprimorar as parcerias entre universidade e comunidades do território paraibano, como o fortalecimento das redes de extensão e a adoção de práticas mais inclusivas e participativas.

Entre as limitações metodológicas encontradas, destacam-se a falta de dados precisos sobre alguns aspectos do programa e a impossibilidade de realizar entrevistas presenciais devido à pandemia. No mais, sugere-se para futuras pesquisas o aprofundamento em temas como a sustentabilidade dos projetos de desenvolvimento local, a ampliação da participação das comunidades nas atividades de extensão universitária e a aplicação da abordagem de interlocução dialógica em outras áreas além da extensão universitária.

Por fim, é importante ressaltar a relevância da extensão universitária e a importância do diálogo entre universidade e comunidades para o desenvolvimento de ações que contribuam com a transformação social. Através da interlocução dialógica, foi possível estabelecer uma relação de confiança entre a universidade e as comunidades, possibilitando uma troca de saberes e experiências que enriqueceu a prática da extensão. Portanto, é fundamental que sejam fomentadas práticas que visem à aproximação entre universidade e comunidades, de modo a promover o desenvolvimento conjunto e a construção de soluções compartilhadas para os

desafios enfrentados pelas diferentes regiões do país. A extensão universitária, portanto, deve ser encarada como uma atividade fundamental das instituições de ensino, que têm o papel de contribuir com a formação cidadã e com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ALVES, Jaime Leônidas Miranda. **DIREITOS FUNDAMENTAIS COMO REALIDADE DIALÓGICA E A TUTELA JUDICIAL COLETIVA NA CONSTRUÇÃO DA PERSONALIDADE**. Revista Direito & Paz, v. 1, n. 36, p. 139-156, 2017.

ANASTACIO, Mari Regina. II. **EMPREENDEDORISMO SOCIAL E INOVAÇÃO SOCIAL: CONTEXTO, CONCEITOS E TIPOLOGIAS DE INICIATIVAS DE IMPACTO SOCIOAMBIENTAL. SOCIAL E INOVAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO BRASILEIRO**, p. 31, 2018.

BAKHTIN, Mikhail M. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

BARBOSA, EMERSON LOPES. **Territórios de interlocução e participação: O Edital “UFPB no seu Município” como meio de interlocução multissetorial para o fomento de políticas públicas**. 2020.

BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Traduzido por: Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Disponível em https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 10/07/2020.

BRASIL. **Lei n.º13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários - PRAC. Universidade Federal da Paraíba. **EDITAL PRAC Nº 03/2017**. 2017. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/prac/contents/paginas/portaarquivos/edital-ufpb-no-seu-muni>

cipio-2017.pdf/view. Acesso em: 26 nov. 2018.

BRASIL. Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários : Prac. Universidade Federal da Paraíba. **Editai PRAC Nº 03/2018**: programa ufpb no seu município. PROGRAMA UFPB NO SEU MUNICÍPIO. 2018. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/prac/contents/documentos/editai/prac-1/publicado-editai-03-2018-ufpb-no-seu-municipio>. Acesso em: 25 out. 2018.

BRASIL. Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários - PRAC. Universidade Federal da Paraíba. **EDITAI PRAC Nº 03/2019**: programa ufpb no seu município. PROGRAMA UFPB NO SEU MUNICÍPIO. 2019. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/prac/contents/documentos/editai/prac-1/divulgado-o-editai-ufpb-no-seu-municipio-2019/EDITAIUFPBNOSEUMUNICIPIO2019_FINAL.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo**: estruturas econômicas temporais. Tradução de Silvia Mazza et al. 1979.

_____. 1990 (1980). **The Logic of Practice**. Cambridge: Polity.

_____. 1990 (1985). **From Rules to Strategies**. Cultural Anthropology, v. 1, n. 1, p. 110-120, Feb.

_____. **Sobre o Estado - cursos no College de France**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2012.

BOUTINET, Jean Pierre. **"Antropologia do projeto"**. 5ª Edição. Porto Alegre: Artimed, 2002.

BRUNDTLAND, Gro Harlem.. **Relatório Brundtland**: Nosso Futuro Comum. Our Common Future: United Nations, 1987.

CASTELLS. M. (2003). **Galáxia da Internet**: Reflexões sobre a Internet, os negócios e a Sociedade. Rio de Janeiro: Zahar.

CARAYANNIS, Elias G.; CAMPBELL, David FJ. **'Mode 3' and 'Quadruple Helix': toward a 21st century fractal innovation ecosystem**. International journal of technology management, v. 46, n. 3-4, p. 201-234, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. **Comportamento organizacional**: a dinâmica do sucesso das organizações. Editora Manole, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. 1988. **Administración de Recursos Humanos**. Primera Edición en español. Mc Graw Hill. Santa Fe de Bogotá. Colombia.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL - CRPRS (Brasil). **40 anos do CRPRS**: de que compromisso social estamos falando?. ENTRELINHAS, Porto Alegre, v. 67, p. 06-11, 18 ago. 2014. Trimestral. Disponível em: <https://www.crprs.org.br/entrelinhas/assets/edicaopdf/e29a4-arquivo67.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2022.

CORRÊA, Edison José; FORPROEX. **Extensão universitária**: organização e sistematização. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

CUCHE, Denis. A noção de cultura nas ciências Sociais. Bauru: EDUSC, 1999.

DE FREITAS, Carolina Abdalla Normann. **O Desenvolvimento da Competência Criatividade no Currículo do Ensino Superior Online**. 2020. Tese de Doutorado. Universidade de Lisboa (Portugal).

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs—Capitalismo e Esquizofrenia**, vol. 1, Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DELEUZE, Gilles. **Logique du Sens**. Paris: Minuit, 1969.

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/> [consultado em 18-01-2023]

DRYZEK, J. S. Legitimidade e economia na democracia deliberativa. In: COELHO, V. S.; NOBRE, M. (Org.). **Participação e deliberação**: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: 34, 2004. p. 41-62.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio; ALI, E. T. **Métodos e técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2011.

FLEURI, R. M.; COSTA, Ricardo Jorge. **"Ser democrático não significa apenas deixar o outro falar; mas entender o que ele tem para dizer"**. Jornal a Página da Educação, Portugal, ano 13, nº 139, Novembro 2004.

FLEURI, Reinaldo M. **Relações dialógicas e interculturais na Escola**. 2007.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. Editora Paz e Terra, 1983.

Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: 2012. Disponível em: "<https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Política-Nacional-de-Extensão-Universitária-e-book.pdf>". Acesso em 10/05/2021.

GARCIA-PARPET, Marie-France. **A gênese social do homo-economicus**: a Argélia e a sociologia da economia em Pierre Bourdieu. Mana, v. 12, p. 333-357, 2006.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**:: Coleção Pesquisa Qualitativa. 1. ed. São Paulo -SP: Bookman Editora, 2009.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2002.

GOMES, Wilson. **A democracia no mundo digital**: História, problemas e temas. Edições Sesc, 2018.

GOMES, Wilson. **Democracia digital**: que democracia. II Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Comunicação e Política. UFMG, Belo Horizonte, v. 5, 2007.

GOMES, Wilson. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. Fronteiras-estudos midiáticos, v. 7, n. 3, p. 214-222, 2005.

GONÇALVES, M.J. **A Gestão Colaborativa de Conflitos entre Turismo e Território: o caso do Litoral Troia-Melides**. Lisboa: Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, 2012 (Tese de Doutoramento).

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. trad. Flávio Beno Siebeneichler, v. 2, p. 2, 1997.

HALL, J. **Quem eram os gregos?** Revista do Museu de Arqueologia e etnologia, São Paulo, 11, p. 213-225, 2001.

HALL, Stuart. 2000 [1992]. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A.

HALL, Stuart; CERNICCHIARO, Ana Carolina (Trad). **Etnicidade: identidade e diferença**. Crítica Cultural – Critic., Palhoça, SC, v. 11, n. 2, p. 317-327, jul./dez. 2016.

HERZFELD, Michael. **A produção social da indiferença: explorando as raízes simbólicas da burocracia ocidental**. [Tradução de Flávio Gordon]. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2016.

ISUANI, Ernesto Aldo. **Três enfoques sobre o conceito de Estado**. Revista de Ciência Política, v. 27, n. 1, p. 35-48, 1984.

KAPLÚN, Mario. **Una pedagogía de la comunicación**. Ediciones de la Torre, 2010.

KRADER, Lawrence. **The formation of the State**. New Jersey, Prentice Hall, 1968.

LADEIRA, M. I. **Yvy Rupa, onde se assenta o mundo ou território/espço geográfico do mundo**. Em: Espaço geográfico Guarani-M'bya: significação, constituição e uso. Maringá: Eduem; São Paulo: Edusp, 2008.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**, v. 5, 2003.

LOPES, J. **Fazer do Trabalho Científico em Ciências Sociais Aplicadas**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2006.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978

MARCHIORI, Marlene. **Cultura e comunicação organizacional**: um olhar estratégico sobre organização. São Caetano do Sul: Difusão, 2006.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Ciberpolítica**: conceitos e experiências. 2016.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **A comunicação na educação**. São Paulo: Contexto, p. 7-42, 2014.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Edusp, 1974. v. 2, p. 49-209.

MAYR, Luiz Roberto. **Falhas de projeto e erros de execução**: uma questão de comunicação. 2000.

MEDEIROS, V. M.; SOUSA, B. A. (Org.) . **Rede rizoma**: Movimento de Extensão no IFPB. 1ª. ed. João Pessoa/PB: Editora do IFPB, 2016. v. v.1. 108p .

MEDEIROS, Crisvalter R. de A.; BARBOSA, Emerson Lopes; AMARAL, Daniel Theodósio do. **Servidores e alunos do IFPB participam de Oficinas de Vídeos para Mídias Sociais realizadas pelo programa Educomunicação/Proexc**. Rede Rizoma: ação reflexão, João Pessoa, v. 2, p.01-05, 14 dez. 2017. Anual. Disponível em: <<http://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/rederizoma/article/view/1805>>. Acesso em: 23 jan. 2020.lo programa Educomunicação/Proexc.

METELLO, Daniela Gomes. **"Design Etnográfico" em políticas públicas**: inovação na prática. 2018.

MIDEPLAN (2004), **Conceptos fundamentales**: Sistema de protección social Chile Solidario, Santiago, ministerio de planificación y Cooperación.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINKOWSKI, Eugène. **LE TEMPS VÉCU**. (Études Phénoménologiques et Psychopathologiques). Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies, v. 13, n. 2, p. 365-368, 2007.

MONTOYA-GALLEGO, Erney. **La Calle como escenario de Comunicación y como Microterritorio Urbano**: descripción a partir de cinco calles de Rionegro. Desarrollo y Territorio III: comunidad, familia y educación, p. 163.

NEPOMUCENO, Renata Santana et al. **Cultura organizacional em instituições públicas brasileiras**: uma revisão sistemática da literatura Organizational culture in Brazilian public institutions: a systematic. Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 11, p. 105594-105611, 2021.

OLIVEIRA, Henrique Soares. **O Cerimonial como ferramenta para a consolidação da imagem institucional dos Grandes Comandos do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação em Comunicação e Marketing Institucionais), Universidade Castelo Branco, 2010.

PLATÃO. **O problema da convencionalidade do signo**: Crátilo, 384c-d, 433e, 435a-b, 438d-e, tradução de Danilo Marcondes.

PLATÃO. **A natureza da proposição, o verdadeiro e o falso**: Sofista, 262d, tradução de Danilo Marcondes.

PLATÃO. **Crítica à retórica**: Górgias, 453a, 454d-455a, tradução de Danilo Marcondes.

PLATÃO. **A origem da escrita**: Fedro, 277c, tradução de Danilo Marcondes.

PINTO, Álvaro Vieira. O conceito de tecnologia. 2005.

PISTORI, Maria Helena Cruz. **Relações dialógicas e persuasão**. Linha D'Água, v. 29, n. 2, p. 173-193, 2016.

QUINTANILLA, Miguel Ángel. Técnica e Cultura. **Guairacá-Revista de Filosofia**, v. 32, n. 2, p. 85-105, 2016.

REMEDI, Alione E. **La institución**: un entrecruzamiento de textos. In: REMEDI, Alione E. (Coord.). Instituciones educativas: sujetos, historias e identidades. México: Plaza y Valdés, 2004. p. 48-59.

REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo. **O papel político do Supremo Tribunal Federal e a hermenêutica constitucional**: considerações a partir da teoria, da cultura institucional e da jurisprudência. Direito Izabela Hendrix, v. 1, n. 1, 2003.

ROBBINS, Stephen Paul. **Comportamento Organizacional**. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

ROCHA, José Cláudio. **A reinvenção solidária e participativa da universidade**: um estudo sobre rede de extensão universitária no Brasil. 2006.

RODRIGUES, Alexsandro Sutil et al. Gestão do tempo aplicada à produtividade, qualidade de vida e desempenho: análise de publicações do banco de dados da CAPES e do Google Acadêmico. In: **Congresso Internacional de Administração Sucre: UEPG**. 2018.

SAMPAIO, Rafael. et. al. **Concepções, debates e desafios da democracia digital** In: SILVA, Silvado et. al. Democracia digital, comunicação política e redes: Teoria e Prática. RJ: Folio Digital, Letra e Imagem, 2016, p. 17-37.

SANO, Hironobu. **Inovação no setor público**. 2020. Disponível em: <https://ccsa.ufrn.br/portal/?p=12587>. Acesso em: 15 set. 2022.

SANTANA, Solange Alves. **Políticas e programas institucionais de apoio a periódicos científicos em universidades públicas estaduais paulistas**: panorama histórico e indicadores de atividade. 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SANTOS, Boaventura S. **A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo:Cortez, 2004. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 11).

SARTORI, Ademilde Silveira. **Ecossistema educomunicativo**: comunicação e aprendizagem em rede. Revista Linhas. Florianópolis, v. 22, n. 48, p. 62-79, jan./abr. 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, Vozes, 2007.

SILVA, Silvado Pereira da; BRAGATTO, Rachel Callai; SAMPAIO, Rafael Cardoso. **Democracia digital, comunicação política e redes**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

SILVEIRA, Pedro Castelo Branco; BUTI, Rafael Palermo. **A vida e a morte dos guaïamuns**: antropologia nos limites dos manguezais. Anuário Antropológico, n. I, p. 117-148, 2020.

SOARES, I de O. **Educomunicação**: o conceito, o profissional, a aplicação – contribuições para a reforma do ensino médio. São Paulo: Paulinas, 2011

SOARES, Ismar de Oliveira. **Ecossistemas comunicativos**. São Paulo: NCE/ECA/USP, sd (a), 2006.

TSING, Anna. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019. 284 p.VEIROS DE CASTRO, E. B. 1996. “Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio”. In Mana, vol. 2, nº2.

WACQUANT, Loïc. Seguindo Pierre Bourdieu no campo. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 26, p. 13-29, jun. 2006

WEBER, Max. **The theory of social and economic organization**. New York. Oxford University Press. 1947.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Resolução Nº 61/2014**: Regulamenta as

atividades de Extensão da UFPB e dá outras providências.. João Pessoa, 2014. 04 p. Disponível em: <http://plone.ufpb.br/prac/contents/paginas/portaarquivos/resolucao-atividades-de-extensao-no-61-2014.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

MOURA, R., Coelho, V., Moura, K., Raposo, R., Brites, R., Cardim, J., et al. (2004). **Responsabilidade Social das Empresas:** Emprego e Formação Profissional (pp. 19-41). S. I.: MundiServiços LDA.

ŽIŽEK, Slavoj; MEDEIROS, Carlos Alberto. **Acontecimento:** uma viagem filosófica através de um conceito. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2017.

ANEXO A⁵⁷

Tabela 2: Quantidade de Núcleos da Rede Rizoma: Tecnologia em Extensão

Área Temática	Quantidade
Cultura	21
Meio Ambiente	14
Direitos Humanos e Justiça	5
Comunicação	6
Tecnologia e Produção	27
Saúde	5
Educação	47
Trabalho	6

Fonte: Relatórios institucionais da Extensão do SUAP-IFPB (2022)

Tabela 3: Quantidade de total de Núcleos de extensão do IFPB

Campus articulador	Registrados	Aprovados	Pendentes de avaliação	Ativos	Desativados
CAMPUS SOUSA	9	7	2	7	2
CAMPUS SANTA RITA	4	4	0	4	0
CAMPUS CABEDELO	11	10	0	10	1
CAMPUS CATOLÉ DO ROCHA	3	3	0	3	0
CAMPUS CAMPINA GRANDE	14	13	1	13	1
CAMPUS ITAPORANGA	2	0	2	0	2
CAMPUS ITABAIANA	1	1	0	1	0
CAMPUS JOÃO PESSOA	33	31	0	31	2
CAMPUS PATOS	6	5	1	5	1
CAMPUS GUARABIRA	6	5	0	5	1
CAMPUS SANTA LUZIA	1	1	0	1	0

⁵⁷ Os relatórios da extensão do IFPB podem ser encontrados em:
<https://www.ifpb.edu.br/proexc/sobre/relatorios-1>

CAMPUS PICUÍ	12	12	0	12	0
CAMPUS ESPERANÇA	1	1	0	1	0
CAMPUS PRINCESA ISABEL	8	7	0	7	1
CAMPUS MONTEIRO	14	8	2	5	9
REITORIA	15	14	1	14	1
CAMPUS CAJAZEIRAS	12	9	1	5	7
Total	152	131	10	124	28

Fonte: Relatórios institucionais da Extensão do SUAP-IFPB (2022)

Tabela 4: Quantidade de Ações de Extensão do IFPB

Ano	Quantidade
2014	82
2015	144
2016	258
2017	220
2018	227
2019	253
2020	270
2021	257
2022	239

Fonte: Relatórios institucionais da Extensão do SUAP-IFPB (2022)

APÊNDICE I

Quadro 11: Tipos gerais de interlocuções dialógicas interinstitucionais.

SETORES	TIPOS DE PARCERIAS POSSÍVEIS
ID01 (PP+IE+SC) - Orientação pelo Compromisso social	Ações de prevenção; Acordos de cooperação mútua; Assessorias e consultorias estratégicas; Convênios; Doações; Financiamento mútuo de ações e projetos; Fornecimento de bolsas de pesquisa e inovação; Projetos de desenvolvimento; Projetos de ensino, tutoria ou monitoria; Projetos de extensão; Projetos de inovação; Projetos de intervenção; Projetos de pesquisa;
ID02 (PP+IE+IP) - Orientação pela Inovação	Acordos de cooperação mútua; Assessorias e consultorias estratégicas; Convênios; Feiras de tecnologia e empreendedorismo; Fornecimento de bolsas de pesquisa e inovação; Patentes; Patrocínios de programas de capacitação e desenvolvimento de talentos; Prêmios para estudantes e pesquisadores; Prestação de serviços; Projetos de desenvolvimento; Projetos de inovação; Projetos de intervenção; Projetos de pesquisa;
ID03 (PP+IP+SC) - Orientação pela Responsabilidade social	Ações compensatórias de interesse público; Ações de compensação ambiental; Acordos de cooperação mútua; Assessorias e consultorias estratégicas; Convênios; Incubadoras de empreendedorismo social; Fornecimento de bolsas de pesquisa e inovação; Patrocínios de programas de capacitação e desenvolvimento de talentos; Prestação de serviços;
ID04 (IE+SC+IP) - Orientação por interesses compartilhados	Ações de Responsabilidade social; Acordos de cooperação mútua; Assessorias e consultorias estratégicas; Convênios; Cooperação técnica; Criação de espaços de reflexão e inovação; Doação de material bibliográfico; Doação em espécie, nos termos legais vigentes; Doações de outros insumos à Faculdade como softwares, terminais de computação entre outros; Fomento a eventos de interesse comum; Fornecimento de bolsas de pesquisa e inovação; Montagem de salas de aula ou pesquisa; Montagem de salas de computação; Mecanismos legais de incentivo ao financiamento privado; Montagem de laboratórios didáticos, incluindo equipamentos

	eletrônicos e móveis; Patrocínios de programas de capacitação e desenvolvimento de talentos; Prêmios para estudantes e pesquisadores; Projetos de desenvolvimento; Projetos de inovação; Projetos de intervenção; Projetos de pesquisa; Projetos em torno de problemas elencados pela Instituição Privada ou pela Sociedade Civil;
ID05 (PP+IE+IP+SC) - Orientação pelo Bem-estar social	Criação de centros de pesquisa de temas de interesse compartilhado; Fomento a políticas públicas; Todos os tipos anteriores.

Fonte: O autor, adaptado do Guia para colaboração USP+Empresas e do Manual de Parcerias do Ministério da Educação.

APÊNDICE II

Quadro 12: Ecossistema da Interlocução Dialógica

ÁREAS	DESCRIÇÕES
TERRITÓRIO	Crenças e pressupostos; Expressões artísticas; Coletivos, Agrupamentos e Organizações Sociais; Héreis; Histórias e mitos; Meio ambiente; Mesorregião; Microrregião; Microterritórios; Normas de ações; Processos comunicativos; Região de Influência; Região intermediária; Região imediata; Ritos, Rituais e Cerimônias; Símbolos; Subculturas; Tabus; Tecnologias; Valores; etc.
OBJETIVOS	Gerais Específicos
NÍVEL DE INTERLOCUÇÃO DIALÓGICA	• ID01 (PP+IE+SC) - Orientação pelo Compromisso social; • ID02 (PP+IE+IP) - Orientação pela Inovação; • ID03 (PP+IP+SC) - Orientação pela Responsabilidade social; • ID04 (IE+SC+IP) - Orientação por interesses compartilhados; • ID05 (PP+IE+IP+SC) - Orientação pelo Bem-estar social.
COMUNIDADES	Internas: • Servidores (Docentes, Técnicos Administrativos e Terceirizados); • Discentes (Educação Básica; Educação Profissional e Tecnológica; Educação de Jovens e Adultos; Educação Superior)

	Externas: • Gestores públicos; • Públicos-alvo das comunidades parceiras; • Atores sociais; • Atores da iniciativa privada; Elementos passíveis de análise: • População estimada; • Público-alvo; • Densidade demográfica; • Faixa salarial; • Ocupação; • Taxa de escolarização; • Nível de escolaridade; • PIB; • IDHM; • Mortalidade Infantil; • Aparelhos públicos; • Meio ambiente; • Área da urbanizada; • Área rural; • Saneamento básico; • Bioma;
--	--

Fonte: O autor, baseado em Chiavenato (2005) e Sartori (2021).

APÊNDICE III

Tabela 5: Total de Público Atingido por microrregião

Microrregião	2017	2018	2019	TOTAL
João Pessoa	12987 (35.01%)	24756 (49.96%)	66516 (86.89%)	104259 (63.89%)
Guarabira	15000 (40.44%)	15000 (30.27%)	0 (0%)	30000 (18.38%)
Litoral Norte	550 (1.48%)	6625 (13.37%)	205 (0.26%)	7380 (4.52%)
Brejo Paraibano	960 (2.58%)	590 (1.19%)	1406 (1.83%)	2956 (1.81%)
Curimataú Ocidental	0 (0%)	1286 (2.59%)	0 (0%)	1286 (0.78%)
Cajazeiras	800 (2.15%)	0 (0%)	0 (0%)	800 (0.49%)
Campina Grande	0 (0%)	784 (1.58%)	0 (%)	784 (0.48%)
Curimataú Oriental	472 (1.27%)	115 (0.23%)	0 (0%)	587 (0.35%)
Esperança	0 (0%)	200 (0.40%)	0 (0%)	200 (0.12%)
Itaporanga	150 (0.40%)	0 (0%)	0 (0%)	150 (0.09%)
Litoral Sul	0 (0%)	150 (0.30%)	0 (0%)	150 (0.09%)
Sapé	50 (0.13%)	0 (0%)	45 (0.05%)	95 (0.05%)
Itabaiana	0 (0%)	45 (0.09%)	0 (0%)	45 (0.02%)
<i>Outras microrregiões⁵⁸</i>	6120 (16.50%)	0 (0%)	8372 (10.93%)	14492 (8.88%)
TOTAL	37.089	49.551	76.544	163.184

Fonte: O autor com base nos dados do SIGAA-UFPB.

Tabela 6: Total de ações de extensão por microrregião

Microrregião	2017	2018	2019	TOTAL
João Pessoa	37	64	76	177 (63.21%)
Brejo Paraibano	5	12	13	30 (10.71%)
Litoral Norte	5	12	9	26 (9.28%)
Curimataú Oriental	3	3	1	7 (2.5%%)

⁵⁸ As referidas microrregiões são de outras unidades da federação.

Guarabira	1	1	0	2 (0.71%)
Sapé	1	0	1	2 (0.71%)
Itabaiana	0	2	0	2 (0.71%)
Curimataú Ocidental	0	2	0	2 (0.71%)
Cajazeiras	1	0	0	1 (0.35%)
Itaporanga	1	0	0	1 (0.35%)
Campina Grande	0	1	0	1 (0.35%)
Esperança	0	1	0	1 (0.35%)
Litoral Sul	0	1	0	1 (0.35%)
<i>Outras microrregiões*</i>	2	0	25	27 (9.64%)
TOTAL	56	99	125	280

Fonte: O autor com base nos dados do SIGAA-UFPB.

Tabela 7: Total de Público Atingido por Área Temática

Área Temática	2017	2018	2019	TOTAL
Educação	6.555 (17.67%)	36.370 (73.39%)	57.087 (74.58%)	100.012 (61.28%)
Cultura	11.334 (30.55%)	10.210 (20.60%)	16.873 (22.04%)	38.417 (23.54%)
Saúde	15.000 (40.44%)	470 (0.94%)	248 (0.32%)	15.718 (9.63%)
Comunicação	3.415 (9.20%)	1.215 (2.45%)	0 (0%)	4.630 (2.83%)
Tecnologia e Produção	300 (0.80%)	10 (0.02%)	1998 (2.61%)	2.308 (1.41%)
Direitos Humanos e Justiça	280 (0.75%)	746 (1.50%)	300 (0.39%)	1.326 (0.81%)
Meio ambiente	130 (0.35%)	530 (1.06%)	38 (0.04%)	698 (0.42%)
Trabalho	75 (0.20%)	0 (0%)	0 (0%)	75 (0.04%)
TOTAL	37.089	49.551	76.544	163.184

Fonte: O autor com base nos dados do SIGAA-UFPB.